

**“Uma Vasta Caieira”:
Um estudo sobre os fabricantes
de cal da Freguesia da
Ilha do Governador (1861-1900)**



“Uma Vasta Caieira”: Um estudo sobre os fabricantes de cal da Freguesia da Ilha do Governador (1861-1900)

Judite Paiva Souto

Rio de Janeiro 2016



Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro
Eduardo Paes

Vice-Prefeito
Adilson Nogueira Pires

Secretário Chefe da Casa Civil
Guilherme Nogueira Schleder

Diretora do Arquivo Geral da Cidade
Beatriz Kushnir

Produtora Executiva
Carolina Ferro (Em Tempo Consultoria)

Comissão Julgadora composta pelos professores doutores
André Luiz Vieira de Campos
Beatriz Kushnir
Ismênia de Lima Martins
Paulo Knauss
Tânia Maria Bessone

Revisão
Bella Stal

Projeto Gráfico
www.ideiad.com.br

Capa: "Fours a Chaux", 1835. Prancha de Jean-Baptiste Debret, contida na obra *Voyage pittoresque et historique ai Brésil*. Tome II. Paris: Firmin Didot Frères, Imprimers de L'Institut de France, 1835, n. 35.
(Acervo: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro / BN Digital)

Catálogo na fonte
Bibliotecária Andréa Machado – CRB-7/5466

Souto, Judite Paiva

S 728 v

"Uma vasta caieira": Um estudo sobre os fabricantes de cal da Freguesia da Ilha do Governador (1861 – 1900). – Prefeitura do Rio. Casa Civil/ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2016.

164 p. : il.
ISBN 978-85-88530-18-8
Concurso de Monografias Arquivo da Cidade/Prêmio Prof. Afonso Carlos Marques dos Santos – 2015.

1. Freguesia da Ilha do Governador – Fabricantes de cal – História. 2. Rio de Janeiro, 1861 – 1900 – História. II. Título.

CDD 981.53

Para Antônio

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Humberto Fernandes Machado, por sua receptividade e sua gentileza na construção deste trabalho.

Às professoras Dr.^a Maria Aparecida Rezende Mota, Dr.^a Gizlene Neder e Dr.^a Magali Engel pelos debates enriquecedores durante os cursos ministrados. Aos professores Dr. Cezar Honorato, Dr.^a Laura Maciel e Dr.^a Anita Correia de Lima Almeida, integrantes das bancas do mestrado.

Ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro por todo apoio e delicadeza na edição deste trabalho, bem como à comissão julgadora do Prêmio Afonso Carlos Marques dos Santos – 2015, Dr. André Luiz Vieira de Campos, Dr.^a Beatriz Kushnir, Dr.^a Ismênia de Lima Martins, Dr. Paulo Knauss e Dr.^a Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira.

Ao Dr. Vigdor Teitel, juiz titular, à diretora Adriana Sales e a todos os amigos da 11^a Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

À minha família, pela compreensão e pelo apoio, apesar das inúmeras ausências em importantes dias festivos, e ao meu marido, Antônio Seixas, principal incentivador desta pesquisa.

E, finalmente, a todos os que lutaram e lutam pelo ensino público de qualidade e a todos aqueles que se empenham diariamente para permitir a conservação e a organização de documentos históricos e de interesse público.



Sumário

Prefácio	11
Introdução	13
Capítulo 1: A Ilha do Governador Oitocentista	17
1.1 Lazer para a nobreza: uma coutada para D. João	19
1.2 Uma “freguesia de fora”: fazendas e proprietários insulanos	22
1.3 A vida cotidiana na Ilha do Governador	30
1.3.1 Estradas e ferrovias	30
1.3.2 Transporte marítimo	32
1.3.3 Abastecimento de água e saneamento básico	36
1.3.4 Trabalhadores livres e cativos em uma freguesia rural	38
1.4 Proprietários se antecipam à abolição	43
Capítulo 2: “Uma Vasta Caieira”: a economia da Ilha do Governador	55
2.1 Atividades econômicas da freguesia da Ilha do Governador (século XIX)	57
2.2 Primeiros relatos e diferentes usos da cal	62
2.3 Trabalho e técnica: a produção de cal na segunda metade do Oitocentos	68
2.4 Ilha caieira: unidades de produção e fabricantes insulanos	77
2.5 O Convênio da Cal: disputas pelo monopólio de fornecimento de cal na Baía de Guanabara	82
Capítulo 3: Desenhando a Rede: Caieiros da Ilha do Governador e seus vínculos sociais	99
3.1 Os caieiros na vida política da Ilha do Governador	101
3.2 Espaços de sociabilidade	107
3.3 Sociabilidades caieiras: análise das famílias Bittencourt, Coelho da Silva e Guedes	111
3.3.1 Família Bittencourt	111
3.3.2 Família Coelho da Silva	116
3.3.3 Família de Emília Rosa Corrêa Guedes	124
3.4 Sociabilidades insulanas: fabricantes de cal e suas redes de compadrio	127
3.5. “A cal só enriquece os pais e empobrece os filhos”: a crise da cal	132
Considerações Finais	141
Fontes Primárias	145
Referências Bibliográficas	153
Apêndice – Cargos e Atividades dos Caieiros da Ilha do Governador conforme o <i>Almanak Laemmert</i> e registros paroquiais (1861-1900)	159

Lista de Ilustrações

Capítulo 1	
Imagem 1. Suposta jaula da Real Coutada, situada nas Flexeiras	21
Imagem 2. Mapa da cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX	22
Imagem 3. Mapa da Freguesia da Ilha do Governador para o ano de 1870	23
Imagem 4. Mapa da Ilha do Governador de 1845	24
Imagem 5. Igreja de Nossa Senhora da Ajuda em 1907	26
Imagem 6. Cemitério localizado na Freguesia em 1907	26
Imagem 7. Imagem de São Bento, procedente da Capela de Nossa Senhora de Nazareth da Ilha do Governador	27
Imagem 8. Colônia de São Bento. Dr. Paulo Afonso de Araújo Costa (Alienista da Assistência)	28
Imagem 9. Localização das Colônias de Alienados. Detalhe de mapa da Ilha do Governador em 1922 (parte oriental).	29
Imagem 10. Bilhete de passagem da Companhia Niterói & Inhomirim, estação São Gonçalo, para passageiros calçados	34
Capítulo 2	
Imagem 1. Fábrica de formicida na Praia da Bandeira. Foto de 1931	61
Imagem 2. Representação de uma caieira por Jean Baptiste Debret	63
Imagem 3. Interior de fábrica de cal no Espírito Santo (1916)	69
Imagem 4. Localização das fábricas de cal na Ilha do Governador em 1870	70
Imagem 5. Detalhe de mapa da Ilha do Governador em 1922. Parte Oriental	72
Imagem 6. Caieira situada no Cocotá. Foto de 1931	72
Imagens 7 e 8. Fornos para produção de cal de pedra que poderiam ser aplicados na calcinação de conchas e mariscos	74
Imagem 9. Anúncio de cal de marisco em outubro de 1865	78
Imagem 10. Anúncio de cal de marisco em abril de 1863	90
Imagem 11. Anúncio de cal de marisco em junho de 1863	90

Lista de Quadros

Capítulo 1	
Quadro 1. Embarcações da Ilha do Governador em 1861	33
Quadro 2. Profissões na paróquia da Ilha do Governador (1870 - 1871)	39
Quadro 3. Pescadores do Município do Rio de Janeiro (1872)	40
Quadro 4. População da Freguesia da Ilha do Governador por condição social (1821-1838-1849-1872)	41
Capítulo 2	
Quadro 1. Relação das principais fábricas da Ilha do Governador	58
Quadro 2. Localização de fábricas de cal na freguesia de Ilha do Governador	70
Quadro 3. Caieiras na província do Rio de Janeiro	79
Quadro 4. Fabricantes de cal da freguesia da Ilha do Governador. (1861-1900)	80
Quadro 5. Local de atuação de integrantes do convênio da cal em 1862	84
Capítulo 3	
Quadro 1. Votantes da Ilha do Governador segundo a profissão (1877)	103
Quadro 2. Eleitores da Ilha do Governador (1857-1881)	104
Quadro 3. Juizes de paz da Ilha do Governador (1861-1900)	105
Quadro 4. Subdelegados da Ilha do Governador (1861-1900)	106
Quadro 5. Fiscais municipais da Ilha do Governador (1861-1900)	107
Quadro 6. Composição da fortuna (em mil-réis) acumulada por Francisco Antonio Bittencourt (1885)	112
Quadro 7. Rendimentos (em mil-réis) de Francisco Antonio Bittencourt (1886)	113
Quadro 8. Composição da fortuna (em mil-réis) acumulada por Emília Rosa Corrêa Guedes	125
Quadro 9. Compadrio através do batismo na Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda (1861-1900)	128
Quadro 10. Compadres de Antônio Leal Goulart	129
Quadro 11. Compadres de Joaquim Pereira Alves de Magalhães (1861-1900)	131

Prefácio

Os estudos sobre as questões urbanas tornaram-se cada vez mais frequentes nas pesquisas dos historiadores nos últimos anos, especialmente com o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação. A cidade do Rio de Janeiro ocupou um lugar privilegiado como sede da Corte e depois capital da República, favorecendo várias abordagens e a diversificação dos objetos de análise. Este estímulo foi ampliado a partir da maior organização dos acervos nos arquivos, principalmente o do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que, além desses aspectos, os estudos não se restringiram mais ao centro da cidade, mas também buscaram desvelar os fatos ocorridos em outras regiões consideradas periféricas, como o estudo pormenorizado feito por Judite Paiva Souto sobre os caieiros da Ilha do Governador no século XIX.

Apresentado originalmente como Dissertação de Mestrado no programa de Pós-Graduação da UFF, sob minha orientação, mereceu amplos elogios por parte da banca examinadora pela primorosa organização, pela originalidade do tema e qualidade do estilo, agradável à leitura. A autora apresentou um assunto praticamente ignorado pela historiografia: a atuação dos fabricantes de cal – caieiros – na segunda metade do século XIX, e como os seus vínculos pessoais e sociais facilitaram a obtenção de prestígio naquela sociedade predominantemente aristocrática e elitizada. Esse é outro mérito do texto quando busca a abordagem de uma facção da elite, não vinculada aos cafeicultores ou aos negociantes de grosso trato, que, no entanto, fazia parte da “boa sociedade” e utilizava relações clientelísticas estabelecendo uma rede de sociabilidade por meio de casamentos e batizados, com o objetivo de preservar a estrutura de poder.

A autora descreveu as primeiras ocupações da Ilha do Governador e como os caieiros foram se estabelecendo no decorrer do século XIX, e a forma como se desenvolveu o processo de produção, incluindo as condições precárias a que estavam submetidos os escravos para a obtenção de conchas nas praias da região, matéria-prima para a produção de cal. A insalubridade do trabalho no mar, as doenças respiratórias, provocadas pela exposição aos fornos para a transformação em cal, e as queimaduras derivadas do contato da mão de obra com a cal viva demonstram a violência que caracterizava essa atividade.

A grande demanda por cal decorria de sua utilização nas construções, incluindo os revestimentos, como também na agricultura. Como Judite destaca, foi a “mais importante indústria empreendida na Ilha do Governador durante todo o século XIX, tendo declinado no século seguinte”.

Ela verificou os inventários demonstrando o grande interesse pelo produto, a sua rentabilidade no período e como os fabricantes de cal assumiram um papel destacado na região, verdadeiros chefes locais, mas mantendo vínculos com a sociedade imperial por meio das transações comerciais da cal.

Este livro é o resultado de um exaustivo levantamento de fontes inéditas, trabalhadas de forma cuidadosa a partir de um instrumental teórico-metodológico bastante sólido e pertinente. O cuidado da autora na coleta de dados, no arranjo das informações pacientemente obtidas na documentação e nos jornais, demonstra uma disciplina inerente ao pesquisador. Seu “olhar” sobre a Ilha do Governador revela a profunda empatia com o seu objeto; no entanto, isto não implica a existência de parcialidade; ao contrário, revela o perfil do historiador nato que demonstra isenção no trato das fontes e, ao mesmo tempo, um carinho todo especial com a sua pesquisa.

Este é o assunto apresentado neste livro bem fundamentado, que nos transporta para a Ilha do Governador do século XIX, que busca se integrar à Corte por meio da comercialização do seu principal produto. Mas não quero estragar a surpresa de ninguém adiantando além da conta esse texto agradável que não se atém a discussões estéreis que afastam o leigo da História.

Humberto Fernandes Machado
Professor da Pós-Graduação de História
Universidade Federal Fluminense

Introdução



Ponta da Ostra da Ilha do Governador. Tela de J. Carvalho. Revista Ilustração Brasileira, março de 1994. Acervo: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Compadrio, boa sociedade, prestígio social. Durante o século XIX, havia um forte sentimento aristocrático, uma busca por diferenciação, e uma das marcas dessa distinção eram os vínculos pessoais¹. Nesta pesquisa, cuja temática é a sociedade da Ilha do Governador oitocentista, buscamos identificar as práticas sociais desenvolvidas pelos fabricantes de cal da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador, no Município Neutro da Corte, na segunda metade do século XIX.

O recorte temporal escolhido (1861-1900) se justifica por ter início no ano de maior número de unidades produtoras de cal – com 20 caieiras em

funcionamento – e por terminar no ano em que os primeiros relatos de uma crise da cal são publicados na imprensa. Cumpre explicitar que, assim como Maurício de Abreu, entendemos a Ilha do Governador como “um pedaço mensurável do mundo, um *tópos*, um segmento da superfície da terra dotado de alguma individualidade material e de certa identidade coletiva²”.

Pretendemos identificar quem foram, como e com quem se relacionavam os caieiros da freguesia, que alianças estabeleceram, enfim, que lugar ocuparam na sociedade imperial. Sustentamos que a produção de cal era uma atividade própria da “boa sociedade” insulana, e que muitos caieiros, integrantes de redes clientelísticas, foram chefes locais na Ilha do Governador.

Para comprovar esta hipótese, aliamos a análise quantitativa à qualitativa, muito utilizada nos estudos microanalíticos, a partir da redução da escala de análise, convictos, nos termos de Jacques Revel, de que, assim como na cartografia, “a escolha de uma outra escala de representação não equivale a representar em tamanhos diversos uma realidade constante, e sim a transformar o conteúdo da representação mediante a escolha do que é representável³”.

Sem dúvida, o período em análise é marcado pela atuação dos grandes produtores de café e negociantes de grosso trato. Contudo, procedendo à redução da escala, pudemos identificar um grupo que ainda não foi objeto de estudo e cuja análise, esperamos, “revelará fatores previamente não observados”, como adverte Giovanni Levi⁴.

A coleta de informações acerca desses personagens teve o nome próprio como fio condutor, adotando-se a metodologia onomástica em fontes diversas⁵, tais como almanaques, processos judiciais, inventários *post mortem* e registros paroquiais, no intuito de localizar os caieiros nas suas diversas áreas de atuação.

Buscamos informações sobre os fabricantes de cal da Ilha do Governador em diversos locais, como no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, no Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional, no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Importantes dados sobre os caieiros da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador encontram-se dispersos nas diversas fontes sobre o Município Neutro, como relatórios de fiscais e subdelegados à Câmara Municipal e volumosos livros sobre casas comerciais presentes no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Não fossem as atuais facilidades de acesso proporcionadas pela disponibilização de parte do acervo de periódicos da Biblioteca Nacional por meio da Hemeroteca Digital Brasileira⁶, não teríamos conseguido consultar

um número extraordinário de periódicos que mencionavam os produtores de cal insulanos. Sem os rápidos mecanismos de busca, não teríamos tido tempo hábil para acessar e processar os dados das mais de três dezenas de impressos consultados, com destaque para o *Correio Mercantil* e o jornal *O Suburbano*, principais fontes de informações sobre os fabricantes de cal da Ilha do Governador.

O uso da imprensa como fonte permitiu identificar aspectos do cotidiano da Freguesia da Ilha do Governador, como eleições, aniversários e falecimentos, funcionando como facilitadores para a consulta em outros documentos, como as atas de eleições e registros paroquiais. Também verificamos rixas políticas e desentendimentos entre moradores que exigiram muito cuidado na análise, bem como diversos anúncios de fábricas situadas na freguesia e problemas enfrentados em infraestrutura.

Assim, o principal desafio deixou de ser a localização de informações e passou a ser a maneira como estas deveriam ser processadas, e, principalmente, definir o momento de finalizar a pesquisa. A análise dessas fontes exigiu, como ressalta Humberto Machado, “a responsabilidade de exercer uma reflexão constante sobre os escritos veiculados para esclarecer, inclusive, os silêncios e os aspectos ocultos nas entrelinhas⁷”. Foi preciso considerar a seção em que se publicava, autoria, interesses, repercussão, entre outros aspectos.

Para abordar os diversos aspectos que envolviam a Freguesia da Ilha do Governador, seus principais proprietários e as práticas sociais por eles desenvolvidas, dividimos este trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo procuramos situar a Ilha do Governador no contexto do Rio de Janeiro oitocentista, com ênfase no cotidiano da Corte. Tratamos da presença do monarca no local, da ocupação das terras, dos recursos naturais, dos meios de acesso e da mão de obra empregada. Cabe registrar que a grafia das citações foi atualizada, tendo sido mantidos originais apenas títulos de documentos e livros.

No segundo capítulo, nos voltamos para a economia local e para a produção de cal. Mapeamos as principais fábricas em funcionamento na freguesia e tratamos especificamente das caieiras. Foram considerados os primeiros relatos do uso da cal no Brasil e no Rio de Janeiro e foi analisada a fabricação deste produto na Ilha do Governador, incluindo aspectos como regime de trabalho, técnica, material necessário, capital empregado, preços, localização das fábricas, transporte, destino final da produção e denúncias de monopólio comercial envolvendo caieiros.

Por fim, verificamos a atuação desses fabricantes na vida política da freguesia e procedemos à busca das relações desses produtores com outros indivíduos, com o fito de desenhar sua rede de sociabilidades. Detivemo-nos em três famílias que se destacaram na freguesia e analisamos as alianças

estabelecidas por meio de casamentos e batizados a fim de avaliar os ganhos por eles obtidos e situá-los na hierarquia social.

Apesar das limitações de acesso às freguesias centrais da Corte e de ter poucos representantes no eleitorado carioca, a Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador da segunda metade do século XIX se destacou no contexto guanabarrino por sua fabricação de cal, e teve eleições intensamente disputadas. Ao tratar da Ilha do Governador oitocentista, buscamos entrar em um período caracterizado pelo compadrio, pela busca de prestígio e por fortes disputas pelo poder local, marcas que não permanecem idênticas, mas que certamente ainda falam muito sobre os dias de hoje.

NOTAS

¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Acces, 1994, p. 118.

² ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia histórica do Rio de Janeiro*, v. 2. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010, p. 15.

³ REVEL, Jacques. *Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado*. Revista Brasileira de Educação. V. 15, n. 45, set./dez. 2010. p. 438.

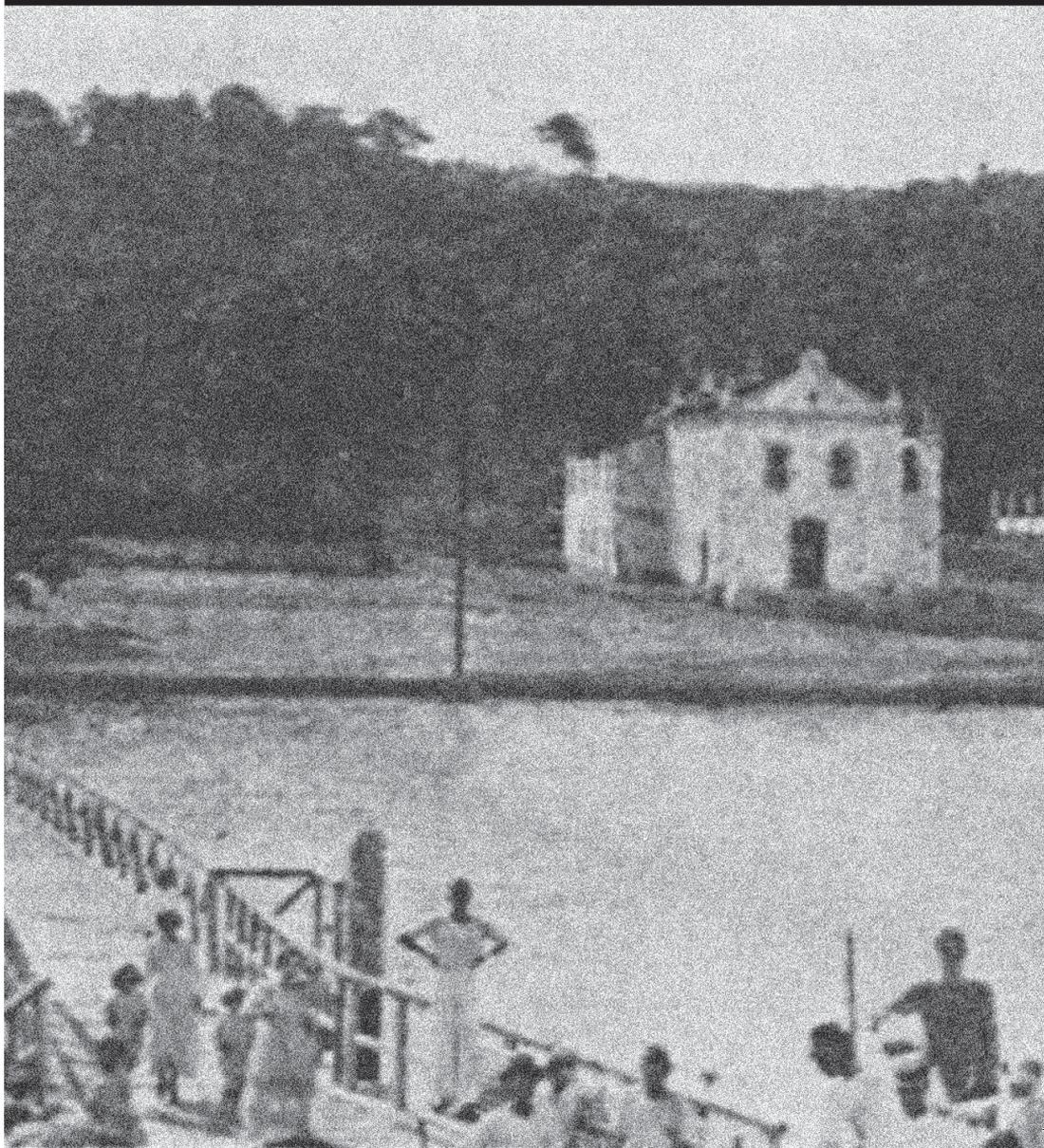
⁴ LEVI, Giovanni. Sobre micro-história. BURKE, PETER (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 135-163.

⁵ GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro. DIFEL, 1991.

⁶ Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2014.

⁷ MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói, Editora da UFF, 2014. p. 119.

CAPÍTULO 1
A Ilha do Governador Oitocentista



Praia da Freguesia. Revista *O Malho*, 7 de agosto de 1920.

Durante o século XIX, o Rio de Janeiro passou por significativas transformações, a começar por aquelas decorrentes da vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808. Nesse período, a Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador integrava as “freguesias de fora” ou “rurais” da cidade¹. Sua denominação é uma referência ao sesmeiro Salvador Correia de Sá, proprietário do primeiro engenho de açúcar no local e governador da cidade durante os anos de 1568 a 1572 e de 1578 a 1599².

Neste capítulo, buscaremos situar a Ilha do Governador no contexto do Rio de Janeiro oitocentista, abordando aspectos políticos, econômicos e culturais, com ênfase no cotidiano da Corte.

1.1 Lazer para a nobreza: uma coutada para D. João

O estabelecimento do príncipe regente português e sua família no Brasil exigiu a criação de condições que estruturassem melhor a cidade para seus novos moradores. Diversas foram as medidas tomadas neste sentido: autorizou-se a abertura de fábricas e manufaturas no Brasil (1808); estabeleceu-se a Fábrica Real de Pólvora, na Lagoa Rodrigo de Freitas (1808); restabeleceu-se a Junta de Comércio (1808); demarcaram-se os terrenos de marinha (1809); criou-se o Banco do Brasil (1809), assim como a Real Academia Militar (1809), importante espaço para a discussão dos problemas urbanos locais³.

A preocupação com a aparência e a arquitetura da nova sede do império motivou a vinda da Missão Artística Francesa em 1816, um ano após a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves. Artistas como os pintores Jean-Baptiste Debret e Nicolas Antoine Taunay, o escultor Auguste, o gravador Charles Pradier e o arquiteto Grandjean de Montigny deveriam trazer a arte europeia para as terras brasileiras. Dentre os poucos projetos executados estão o prédio da Praça do Comércio, inaugurado em 1820, atual Casa-França Brasil, e o Palácio de Belas-Artes, cujo pórtico se encontra no Jardim Botânico do Rio de Janeiro⁴.

A transmigração da família real portuguesa também trouxe alterações na força política da Câmara dos Vereadores, retirando-lhe grande parcela de poder. A figura do intendente-geral da Polícia e os secretários de Estado acabaram por se sobrepôr aos vereadores, e estes tiveram progressivamente

diminuído seu papel de administradores da cidade e de intermediários, visto que muitos grupos e indivíduos passaram a ter acesso direto aos membros da Corte⁵.

A Ilha do Governador recebeu o príncipe regente em seus momentos de lazer. Antes de ter um local próprio, D. João se hospedava na propriedade de Joaquim José de Azevedo⁶, localizada na parte oriental da Ilha:

uma linda casita pertencente ao barão do Rio Seco, primeira no gênero a ser erguida no Brasil em local que o Regente visitava com prazer na época em que não possuía casa de campo própria que fosse metade tão boa quanto essa⁷.

A casa foi logo substituída por um palacete oferecido pelos monges beneditinos⁸. Segundo o viajante inglês John Luccock, era compreensível ser este o “retiro favorito” de D. João:

[...] pois que domina belíssimo panorama das partes inferior e média da baía, de sua entrada, da cidade e de todos os mastros semafóricos, desfrutando da plena influência vitalizante da brisa marinha. A casa possui quatorze cômodos, num só pavimento. Os aposentos diretamente reservados ao uso do Soberano constam de uma pequena sala de visitas, [...] e, comunicando com esses por meio de um corredor estreito, um quarto de dormir pequeníssimo. Os quartos dos dois príncipes são do mesmo tipo e porte [...]. Anexa a esses aposentos, acha-se uma larga ‘varanda’, na extremidade oposta à sua entrada uma capela e por trás dela um cômodo de bom tamanho, com adorno e acabamento de excelente estilo. [...] A criadagem do rei dorme em quartos compridos e estreitos, na ala ocidental do edifício [...]⁹.

Nas proximidades do palacete foi estabelecido um campo de caça, sob a direção do conselheiro Joaquim José de Azevedo¹⁰. Estavam subordinados a ele dois coiteiros e guardas que deveriam fiscalizar desde a extração de madeira até o cercamento de sítios na Ilha do Governador¹¹.

Enquanto no campo de caça real podiam ser encontrados araras, perdizes, siriemas, antas e veados, aos moradores e seus escravos só era permitido caçar cobras, lagartos, sapos e gambás¹². Sua existência não foi muito duradoura, tendo sido extinto em 2 de maio de 1821 por decisão de D. Pedro I, sob a justificativa de ser prejudicial para a agricultura¹³. No entanto, alguns moradores da Ilha de fins do Oitocentos diziam que o medo de uma fatalidade foi o motivo para o fim da coutada, morada de dois ursos, um leão e uma pantera¹⁴.

Da passagem de D. João pela Ilha não restam vestígios. Contudo, até a década de 1930, permanecia de pé uma edificação que se suspeitava ter sido uma cadeia mandada construir pelo príncipe¹⁵. Há os que defendam tratar-se

de uma antiga jaula da coutada, posteriormente utilizada como cadeia¹⁶. De fato, encontramos referências do funcionamento de uma casa de detenção na localidade das Flecheiras¹⁷, onde funcionou o campo de caça de D. João e que atualmente abriga o Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim (Imagem 1).

A vinda do príncipe regente português e a instalação de sua Corte no Rio de Janeiro geraram um aumento da demanda por mercadorias, serviços e habitação. Certamente, as freguesias centrais foram as que passaram por maiores impactos, por causa da concentração de tantos representantes da nobreza portuguesa. Contudo, as mudanças mais significativas nas estruturas de transportes, abastecimento de água e rede de esgotos ocorreram somente na segunda metade do século XIX. Vejamos como se organizava a freguesia da Ilha e quais suas especificidades nesse período.



Imagem 1. Suposta jaula da Real Coutada, situada nas Flecheiras¹⁸.

1.2 Uma “freguesia de fora”: fazendas e proprietários insulanos

Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana constituíam as principais freguesias urbanas do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Enquanto os mais abastados se concentravam nas duas primeiras, a população com menos recursos residia em Santa Rita e Santana, originando o que hoje são os bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa¹⁹ (Imagem 2).

Quanto às freguesias rurais, as mais distantes mantiveram-se como fornecedoras de gêneros agrícolas. As mais próximas, inicialmente frequentadas apenas nos fins de semana pelos mais ricos, progressivamente passaram a local de residência permanente. Foi o caso do atual bairro de Botafogo e dos bairros de Laranjeiras, Glória e Catete, integrantes da freguesia da Glória em 1834²⁰.

Desta forma, com a facilidade proporcionada pela construção de estradas e caminhos abertos pela administração imperial, aqueles com mais recursos conseguem deslocar-se do centro urbano para as freguesias da Glória



Imagem 2. Mapa da cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX²¹.



Imagem 4. Mapa da Ilha do Governador de 1845³³.

A Freguesia incluía o atual bairro de mesmo nome, Bancários e parte do Tauá. Nela estava situada a Matriz de Nossa Senhora da Ajuda, cuja sede, anterior a 1710, foi erguida em novo local em 1745 e ampliada em 1811. No terreno da antiga matriz passou a funcionar o cemitério da paróquia³¹. Os dois cemitérios da freguesia estavam situados nessa seção: um pertencente à paróquia e outro privativo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, da qual trataremos adiante (Imagens 5 e 6).



Em 1870, os principais proprietários de terras na Freguesia eram os caieiros João Coelho da Silva, Emília Guedes e os herdeiros de Manoel José Rosa. A localidade apresentava cerca de 90 fogos (domicílios), uma escola pública primária para meninos, seis fábricas de cal, sendo que uma não estava em funcionamento, e três casas de negócio³⁶.

As terras da Fazenda São Bento, propriedade dos beneditinos, correspondem ao atual bairro do Galeão. Boa parte de sua área era arrendada, abrigando cerca



Imagem 5. Igreja de Nossa Senhora da Ajuda em 1907³⁴.

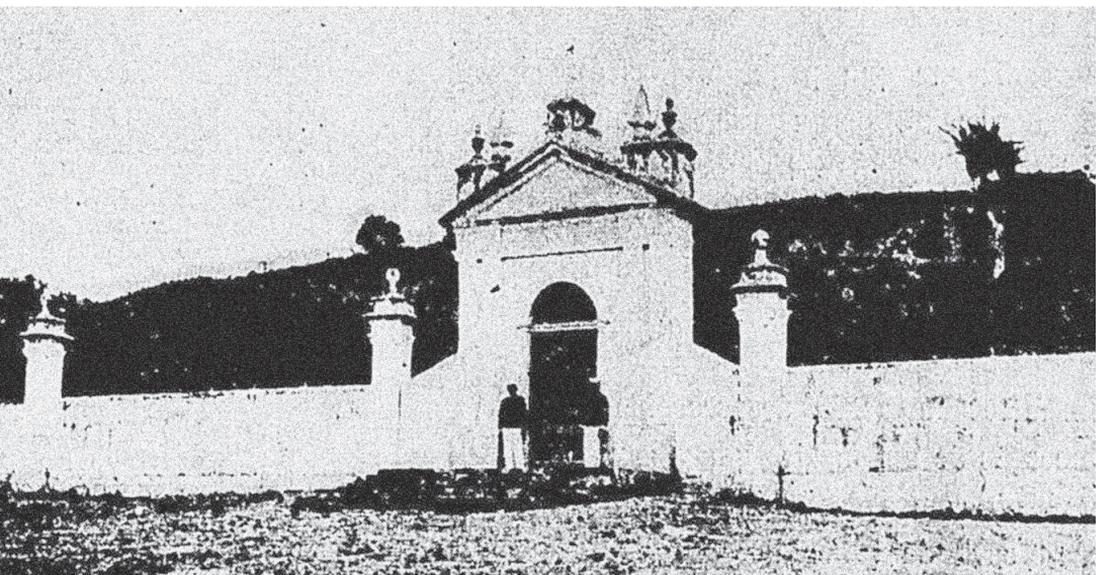


Imagem 6. Cemitério localizado na Freguesia em 1907³⁵.

de 200 casas. Havia os seguintes núcleos populacionais: Tubiacanga, Itacolomi, Flecheiras, Galeão e São Bento. Em Tubiacanga, havia uma casa de negócio, lavoura de cana para produção de aguardente, cultivo de mandioca para fabricação de farinha e pesca de camarão; em Itacolomi, três casas de negócio e pesca de camarão; nas Flecheiras, quatro casas de negócio, sendo uma delas padaria; na ponta do Galeão, duas casas de venda, uma padaria e uma fábrica de vinagre e vinho que funcionava em um palacete, provavelmente antiga casa do barão do Rio Seco, e São Bento, onde, em um outeiro, estava situada a capela do mosteiro e o palacete mandado construir para D. João³⁷.

Considerando as áreas rurais no ano de 1831, os beneditinos também possuíam terras em Botafogo, Iguaçu, Jacarepaguá, na Praia Grande, em Cabo Frio, em Maricá e em Campos dos Goytacazes, onde obtinham receitas com aluguéis, criação de gado, produção de açúcar, de tijolos e de telhas. A prática do arrendamento tornou-se política muito comum, uma vez que constituía importante mecanismo para a garantia de lucros e da propriedade da terra. Entre 1870 e 1872, a fazenda da Ilha rendeu 1:595\$426 ao Mosteiro de São Bento³⁸, o que não parecia representar muito frente às receitas obtidas em outras localidades, como Maricá (4:554\$200), Iguaçu (3:441\$190) e Campos (63:810\$770)³⁹.

A origem das terras beneditinas na Ilha do Governador está na doação do capitão Manuel Fernandes Franco, que, quando morreu, em 1695, deixou à Ordem de São Bento um engenho de açúcar com a obrigação perpétua de três missas anuais⁴⁰. Segundo monsenhor Pizarro, desde 1783 já estava estabelecida nesse local a capela de Nossa Senhora de Nazaré, que permaneceu em pleno funcionamento durante todo o século XIX, com a celebração de missas, batismos e casamentos⁴¹. No Museu de Arte Sacra do Rio de Janeiro encontramos um exemplar da imaginária devocional beneditina pertencente a essa capela (Imagem 7).

Em 1890, foram inauguradas no local duas Colônias de Alienados, espaços destinados à assistência de doentes mentais. Uma delas chamava-se Conde de Mesquita e estava situada na Ponta do



Imagem 7. Imagem de São Bento, procedente da Capela de Nossa Senhora de Nazareth da Ilha do Governador⁴².

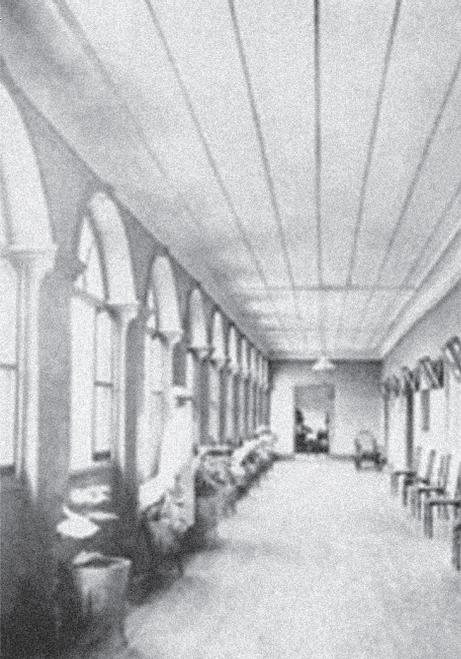


Imagem 8. Colônia de São Bento. Dr. Paulo Afonso de Araújo Costa (Alienista da Assistência)⁴⁵.

Galeão. A outra, antiga casa beneditina, distante cerca de três quilômetros da primeira, denominava-se São Bento e ficava nas cercanias do morro de mesmo nome⁴³ (Imagens 8 e 9).

As Colônias da Ilha do Governador surgiram da necessidade de solução para os problemas da superlotação do Hospício Nacional dos Alienados e da mistura de pacientes curáveis e incuráveis em um mesmo estabelecimento. Os trabalhos agrícolas e artesanais desenvolvidos nesses locais eram realizados pelos pacientes considerados “incuráveis tranquilos”, de modo a compensar a dificuldade das famílias para custear o tratamento⁴⁴.

Em 1870, as terras da Fazenda da Bica pertenciam ao caieiro José Antônio da Costa Gama e correspondem aos atuais bairros de Jardim Guanabara, Cacuia e Jardim Carioca. Seu nome se refere a uma bica, fonte de água potável que permanece no local até os dias de hoje⁴⁷. Ali podiam ser encontrados 25 fogos, uma casa de negócios, plantação de cana para produção de aguardente e uma olaria (praia do Engenho Velho)⁴⁸. Parte das terras era arrendada, sendo a maioria delas na Praia da Bica. Algumas casas podiam indicar certa busca por refinamento, como aquela anunciada em 1862: “pintada e forrada com papel fino, com muitos cômodos”⁴⁹. Nas cercanias da casa do proprietário funcionava a capela de Nossa Senhora da Conceição, cuja origem remonta ao século XVII⁵⁰.

A Fazenda Amaral situava-se no Morro do Matoso, em península destacada pelo Saco do Jequiá, atual bairro do Cacuia. Estava limitada pelas praias do Matoso, do Amaral ou do Curral e a praia Brava por um lado, e pelo Rio Jequiá do outro. Em 1870, havia nessa parte um oratório e cerca de 11 casas, dentre elas a da proprietária Maria Isabel Ribeiro do Amaral no alto do morro. A grande fábrica de cal que funcionara nas proximidades estava desativada⁵¹.

Também conhecida como São Sebastião, foi adquirida pelo governo por 40 contos de réis (40:000\$000) em 1871. Passou, então, a ser destinada ao Hospital de Convalescentes e Asilo de Inválidos da Marinha. Em 1875, abrigava o quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros e a residência do comandante e de demais oficiais⁵².

As terras da Fazenda da Ribeira ou do Jequiá pertenciam a Bernardo José Serrão em 1870 e correspondem aos atuais Zumbi, Ribeira e parte das



Imagem 9. Localização das Colônias de Alienados. Detalhe de mapa da Ilha do Governador em 1922 (parte oriental)⁴⁶.

Pitangueiras. Seus moradores ocupavam cerca de 100 casas. O local possuía duas escolas primárias – uma para cada sexo, três vendas, botequim, padaria, tanoaria, ferraria, charutaria, médico, botica e nove fábricas de cal, das quais duas não estavam em funcionamento⁵³.

Na Ponta da Ribeira, perto da casa do proprietário da fazenda, havia uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Carmo, fundada pelo padre José de Souza Corrêa em provisão de 30 de agosto de 1759. Esteve abandonada em fins do Setecentos e no início do Oitocentos, período em que teria sido abrigo para quilombolas. Recuperada pelo pai de Bernardo José Serrão, a capela voltou a receber a imagem de sua santa protetora⁵⁴. Seus momentos

de culto seriam, contudo, definitivamente encerrados em 1893, durante os conflitos da Revolta da Armada:

E ainda a lembrar-nos quão desgraçada foi essa luta fratricida que enegreceu na História o dia 6 de setembro de 1893, está no alto de um comoro, a cavaleiro da praia, a ermida arruinada de Nossa Senhora do Carmo. Uma bala do ex-*Aquidaban* lançou por terra a parede da frente e as que formavam o altar ao fundo. Onde era recinto sagrado, é agora pasto livre de muare; onde se prosternavam os crentes, rola hoje o esterco; onde havia uma imagem de expressão divina, cresce a erva selvagem por entre os escombros solitários⁵⁵.

As terras da sexta seção, da Ponta do Tiro até o Cocotá, correspondem a parte dos atuais bairros da Praia da Bandeira e Cocotá. A parte da Ponta do Tiro, propriedade do caieiro Antônio da Cunha Pereira, abrigava a casa dele e uma fábrica de cal. Já a Tapera, de propriedade do também caieiro Manoel Rodrigues Pereira Alves, tinha 10 habitações arrendadas ou aforadas a particulares. As terras no Saco de Olaria pertenciam a diversos proprietários e possuíam pelo menos 11 habitações e pequena plantação de cana para aguardente. A praia do Cocotá abrigava seis casas de particulares, perfazendo aproximadamente 28 habitações para esta seção⁵⁶.

Ressalta Antônio Estevão da Costa e Cunha que, apesar da divisão em fazendas, a Ilha do Governador não possuía grandes extensões de terras produtoras de gêneros agrícolas. Havia uma preferência pelo arrendamento dos terrenos, os quais variavam entre 500 e 3\$000 réis (três mil-réis) anuais por braça. Quanto mais perto da praia, mais se pagava. Esta preferência provavelmente ocorria pela maior facilidade de transporte, tema que abordaremos adiante⁵⁷.

1.3 A vida cotidiana na Ilha do Governador

1.3.1 Estradas e ferrovias

A inauguração da primeira ferrovia do Brasil, ligando o porto de Mauá a Raiz da Serra, na Vila de Estrela, em 1854, apontava para um período de modernizações. Complementada por uma linha de navegação a vapor pela baía, o transporte permitiu não só a condução de passageiros, mas também de gêneros agrícolas provenientes do interior fluminense e de Minas⁵⁸.

Do mesmo modo, se anteriormente o escoamento da produção de café e de outros gêneros, como açúcar, aguardente, couro, madeiras, frutas, cereais e carvão, era feito no lombo de burros e em carros de boi, a partir de 1858 o transporte pode ser realizado por meio de ferrovias. A inauguração do trecho ferroviário entre a estação D. Pedro II, no Campo de Santana, e a de

Queimados possibilitou maior agilidade, menos gastos, e liberou boa parte da mão de obra escrava mobilizada em um momento em que sua obtenção passava pelas dificuldades da proibição do tráfico intercontinental⁵⁹.

Contudo, o transporte de cargas no interior da cidade demorou a ser feito sobre trilhos. Somente em agosto de 1872 a Companhia Locomotora começou seus serviços. Embora não tenha auferido grandes lucros, entre 1873 e 1876 a empresa monopolizou a condução do café aos trapiches antes de serem embarcados. O transporte de passageiros foi iniciado pela mesma companhia em 1874. Já em 1878, fundiu-se com mais três companhias de carris, formando a Companhia de Carris Urbanos⁶⁰.

Na Ilha do Governador, tanto moradores quanto produtores da pequena lavoura não tinham alternativas para seu deslocamento ou para o transporte de mercadorias. Em 1892, o jornal *O Paiz*, publicou em sua primeira página comentários sobre a freguesia baseados em reclamações enviadas pelos moradores do local:

[...] A sua população já é grande, porque ali há estabelecimentos fabris, fazendolas e casas de comércio. Mas a ilha não tem estradas, e a comunicação entre os seus diversos pontos oferece insuperáveis dificuldades. Há, desde já, urgente necessidade de um serviço pronto e fácil de navegação entre ela e o continente, não só para o gozo dos seus moradores, mas ainda, e principalmente, para o transporte dos produtos da pequena lavoura – o que ia abastecer o mercado e, assim, diminuir, talvez, a carestia de vários gêneros [...]⁶¹.

A ausência de estradas e de transporte para o continente certamente não se deu pela falta de projetos que incluíssem a freguesia de Nossa Senhora da Ajuda. Em 1879, o Decreto 7.534 já autorizava o engenheiro civil José Américo dos Santos a “construir, usar e gozar” uma estrada de ferro entre a praia da Chichorra, na cidade do Rio de Janeiro, e a praia da Guia, em Magé, província do Rio de Janeiro, passando pela Ilha do Governador⁶².

A partir de 1893, estudou-se a construção de uma estrada de ferro com ramal para a Ilha. Nesse ano, a Câmara Municipal fez publicar edital autorizando o prefeito do Distrito Federal a conceder privilégio por 40 anos ao engenheiro Félix Antônio Pereira Lima para construção, uso e gozo de estrada de ferro de bitola, com um ramal para a Ilha⁶³.

Duas propostas no mesmo sentido foram discutidas paralelamente pelo Conselho Municipal e pelo Congresso Nacional durante os anos de 1895 e 1896. A primeira delas dizia respeito a projeto que concedia uma estrada de ferro de Sapopemba à Ilha do Governador para os engenheiros José Martins da Silva e João Franklin de Alencar Lima⁶⁴. A segunda, amplamente discutida no

Congresso, tratava de contrato com os engenheiros Ayres Pompeu Carvalho de Souza e José Augusto Vieira⁶⁵.

Apesar de ter enfrentado oposições, em 1898 o Senado aprovou, após emendas, projeto da Câmara autorizando o Poder Executivo a contratar a construção de um ramal férreo da Estrada de Ferro Central do Brasil a partir da estação de Sapopemba (atual Deodoro) até a Ponta da Ribeira, e o estabelecimento de cais, docas e instalações para o serviço de carga, descarga, depósito e entreposto de mercadorias para a alfândega de Juiz de Fora⁶⁶.

O presidente da República assinou o decreto de concessão⁶⁷, a Secretaria do Ministério da Viação, Indústria e Obras Públicas assinou contrato com os engenheiros Ayres de Souza e José Vieira⁶⁸, mas o ramal foi encampado após restituição de 30:000\$000 em 1904, não tendo sido encontrada qualquer notícia de inauguração ou de funcionamento⁶⁹.

Assim, nenhum dos projetos foi bem-sucedido. A Ilha do Governador permaneceu por todo o século XIX sem alternativas para o transporte de mercadorias em seu interior além do uso de animais e carroças, e sem ligação terrestre com o continente.

1.3.2 Transporte marítimo

A navegação marítima era a única forma de acesso à Ilha do Governador. Inicialmente, embarcações a vela e a remos faziam a ligação da área central da cidade com a ponta do Galeão. Em 1838, os barcos da Companhia da Piedade passaram a atender regularmente aos passageiros do local⁷⁰.

Essa Companhia empregou barcos a vapor pelo menos desde 1844. Segundo os proprietários Ignacio Ratton e Pires, passageiros, cargas e animais viajavam em cômodos apropriados⁷¹. Contudo, não parecia ser rara a ocorrência de acidentes no ponto de desembarque, como a ocasião em que o barco da Companhia destruiu uma das paredes do cais da Prainha, na Ilha de Paquetá. O mestre da barca reconheceu a dificuldade de diminuir a velocidade⁷².

Em 1861, as embarcações particulares eram principalmente barcos (50) e catraias (7). Embora apenas 58 embarcações possuíssem registro no Conselho da Intendência nesse ano – a maioria pertencente a proprietários de cal –, é provável que o número tenha sido maior, uma vez que a atividade desenvolvida pela maioria da população era a pesca⁷³ (Quadro 1).

No mesmo ano, a Companhia Niterói e Inhomirim anunciava que as suas barcas para o porto de Estrela (no atual território do município de Magé) tocariam a Ilha do Governador⁷⁵. As embarcações a vapor partiam diariamente do cais da Praia dos Mineiros às 11 horas da manhã e retornavam às 3 horas da tarde. Seus preços variavam para pessoas calçadas maiores (1\$500 réis)

Quadro 1. Embarcações da Ilha do Governador em 1861⁷⁴.

Relação dos barcos, catraias, faluas, botes e lanchas existentes na Ilha do Governador (1861)	
Proprietário	Número de embarcações
Emília Rosa Corrêa Guedes	4 barcos
João Pires Ribeiro de Moraes	3 barcos
Viúva de J. da Rocha Freire	Não especificado
Antônio José de Souza Gomes	6 barcos
Constâncio José Rosa	3 barcos
João Rodrigues Carrilho	4 barcos
Manoel José Rosa	7 barcos e 1 catraia
João Coelho da Silva	2 barcos e 1 catraia
João Pereira Alves de Magalhães	1 barco
Manoel Rodrigues Pereira Alves	2 barcos e 1 catraia
Antônio da Cunha Pereira	5 barcos
Manoel José de Borba	5 barcos
Antônio Leal Goulart	3 barcos
Antônio Carneiro	1 catraia
Manoel Caetano Lima	1 catraia
Manoel Ferreira de Araújo	2 barcos
Anna, viúva de Luis Pinto da Gama	2 barcos e 1 catraia
Domingos José Rosa	1 barco e 1 catraia

e menores (500 réis) de doze anos; pessoas descalças maiores (640 réis) e menores (320 réis) de doze anos, e por cabeça de gado. Cavalos, bois e burros custavam 3\$000 a seus proprietários, e ovelhas, porcos e cabras, 320 réis cada. Não havia abatimento de preços para passageiros que desciam na Ilha do Governador⁷⁶ (Imagem 10).

O transporte que ligava a Ilha do Governador diretamente às freguesias centrais da Corte não parecia muito frequente ou regular. Em 1870, as catraias dos “Correios” partiam em direção à cidade às 5 ou 6 horas da manhã, dependendo da estação climática, e de lá retornavam à uma hora da tarde⁷⁷.

Em 1875, a Companhia Bondes Marítimos anunciava duas lanchas para as viagens da ponte Mauá até Paquetá e Ilha do Governador apenas nos domingos e dias santos⁷⁸. Em 1876, essa Companhia estabeleceu linhas regulares para a Ilha do Governador e para a Penha. A primeira tinha quatro estações: Freguesia, Zumbi, Ponta da Ribeira e Tapera. A segunda fazia escalas pelo porto de Maria Angu, Estrada da Pedra (continente) e Ilha do Governador, nas Flecheiras e Galeão⁷⁹. Sabemos que o serviço foi interrompido porque a

empresa divulgou sua retomada em julho de 1880⁸⁰, com poucas modificações, para novamente suspendê-lo no mês seguinte⁸¹. O novo anúncio de lanchas diárias em 1883 não parece ter tido sucesso diferente dos anteriores⁸².

COMPANHIA
Nitherohy & Inhomerim
S. GONÇALO
CALÇADO.

Imagem 10. Bilhete de passagem da Companhia Niterói & Inhomerim, estação São Gonçalo, para passageiros calçados⁸³.

Em dias de festa o panorama se modificava; barcas extras eram reservadas, chegando a haver até mesmo concorrência entre empresas⁸⁴. Na festa de Nossa Senhora da Ajuda de 1881, a Companhia de Bondes Marítimos destinou todas as suas embarcações a vapor para a “pomposa festa”, e a fim de identificá-las melhor, avisava que as mesmas tinham o sinal da empresa na proa⁸⁵. A concorrência oferecia a barca Izabel, à disposição no cais das Marinhas⁸⁶.

Em 1890, os moradores da Ilha puderam vislumbrar a possibilidade de uma ponte que a ligasse ao continente. O projeto propunha a ligação da Penha à Ilha do Governador, incluindo uma linha de bondes daquela até a ponta da Pedra, de onde haveria uma ponte até a ilha do Fundão, uma ponte do Fundão para a Ponta do Galeão (Ilha do Governador) e estrada até a Freguesia, com ramal para a praia entre a ponta da Ribeira e da Coisa Má⁸⁷.

A justificativa para tal empreendimento era que “a Ilha do Governador, com cerca de 6.000 almas e grandes estabelecimentos industriais, está sequestrada do centro comercial desta capital, por falta de um meio regular de comunicações, dispondo apenas de incômodos e perigosos barcos, à remo e à vela⁸⁸”. O projeto da ponte não foi autorizado sob a justificativa de que a linha de navegação subvencionada não seria de competência municipal⁸⁹, mas o engenheiro fiscal de carris aprovou contrato da Intendência Municipal para uso e gozo de uma linha de *tramways* dentro da Ilha do Governador, que tampouco saiu do papel⁹⁰.

O requerimento de Paulo Edgar Manoel Schifflen, de abril de 1891, para estabelecimento de linha de bondes da Estrada de Ferro Central até a Ilha do Governador previa um viaduto sobre o canal que a separava do litoral e traçado até a ponta da Ribeira, de onde saíam vapores para Paquetá.

Um ponto interessante da petição era a ênfase na possibilidade de se levarem águas do Rio do Ouro à localidade. Contudo, o projeto não teve êxito⁹¹.

Em 1898, o transporte da freguesia da Ilha para a Candelária passou por novos problemas. A empresa Camuyrano e Cia, encarregada do transporte de passageiros para a localidade, alegava que a subvenção de 500 mil-réis mensais não lhe era suficiente, tendo em vista a alta do preço do carvão, e solicitava a elevação do valor para um conto de réis⁹². A Prefeitura não aceitou o aumento, não pagou o valor contratado com a empresa e decidiu abrir nova concorrência. Mesmo com a intervenção de moradores para tentar resolver a questão⁹³ e após o fracasso da concorrência à qual não compareceu nenhum interessado⁹⁴, a Prefeitura determinou o fim do serviço a partir de agosto de 1898⁹⁵.

Novas propostas foram apresentadas em outubro do mesmo ano⁹⁶. Os concorrentes eram José Soares Maciel, Companhia Cantareira e Camuyrano e Cia, tendo sido o primeiro o vencedor. Contudo, não tardou muito para que a concorrência fosse questionada e falhas no serviço fossem apontadas. Dizia-se que houvera favorecimento pelo então prefeito Van Erven⁹⁷.

Foram constatadas várias infrações no serviço de navegação, como a duração de 45 a 50 minutos de viagem entre o Zumbi e o cais Pharoux (nas cercanias da atual Praça XV), quando o contrato previa somente 34 minutos; a capacidade para 46 passageiros em vez de 70; a falta de disponibilidade de uma segunda lancha no caso de grande contingente de passageiros e o desrespeito ao horário estipulado. José Soares Maciel, concessionário do serviço, foi intimado a retirar as lanchas que não cumpriam o contrato de navegação⁹⁸.

Posteriormente, em março de 1899, foi inaugurado o serviço de barcas a vapor da Companhia Cantareira e Viação Fluminense⁹⁹. Se nos primeiros anos eram feitas apenas duas saídas nos dias úteis, a partir da Freguesia, uma pela manhã (8h30) e uma à tarde (16h10), rumo à capital¹⁰⁰, com o tempo foram sendo incluídas escalas no Cocotá e no Zumbi¹⁰¹, e foram ampliados os horários. Em 1930, estavam previstas 10 partidas de barcas e quatro de lanchas, fazendo-se ainda diferenciação entre passageiros calçados e descalços¹⁰².

Quanto ao transporte no interior da Ilha, era feito a cavalo ou a pé. Em 1904, apenas 29 veículos eram registrados, dos quais três eram carroças particulares e 26 carroças de lavoura¹⁰³. Os bondes só começaram a circular em 1922 nas proximidades das praias do Zumbi, do Canto, Pitangueiras, Bandeira, Cocotá, Paranaquan e Freguesia¹⁰⁴.

Dessa forma, o comércio com outras freguesias só era possível por meio de embarcações, panorama que se manteve até 1949, quando foi construída a primeira ponte de ligação com o continente¹⁰⁵.

1.3.3 Abastecimento de água e saneamento básico

Se na primeira metade do século XIX o abastecimento da cidade se deu principalmente por meio de chafarizes e bicas públicas, nos anos seguintes uma parcela da população carioca pôde experimentar mudanças. A partir de 1850, algumas casas passaram a contar com a distribuição de água através de tubos de ferro e aparelhos hidráulicos vindos da Inglaterra. Para o abastecimento de prédios foram instaladas penas d'água – encanamento sob pressão –, que em 1860 já totalizavam 1900 unidades¹⁰⁶.

Diante das frequentes estiagens e da crescente demanda, em 1880 foi inaugurado um novo sistema de abastecimento contratado pelo governo imperial. O projeto havia sido elaborado por engenheiros da Inspetoria Geral das Obras Públicas da Corte e incluía o aproveitamento dos rios d' Ouro, Santo Antônio e São Pedro, na serra do Tinguá, a cerca de 53 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro, bem como a ampliação de antigos mananciais¹⁰⁷.

A construção do novo sistema de abastecimento ficou a cargo de Antonio Gabrielli, engenheiro responsável pela construção do sistema de abastecimento de Viena, na Áustria. Barragens situadas nas encostas da Serra de Petrópolis foram ligadas a linhas adutoras de longo percurso¹⁰⁸. Para viabilizar a manutenção do sistema, foi instalada uma estrada de ferro para Rio d'Ouro¹⁰⁹.

A ampliação dos antigos mananciais e a construção de novos reservatórios deveriam garantir diariamente a distribuição de 250 litros de água para cada um de seus 300 mil habitantes. Mas o aumento da população logo reduziu esta proporção e exigiu novas obras. A instalação de mais chafarizes em diversos pontos da cidade tampouco resolveu o problema. O abastecimento permanecia insuficiente, principalmente nas freguesias ocupadas por classes trabalhadoras.

Em 1870, a Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda possuía fontes de água na Freguesia, na Fazenda da Bica, na Fazenda Amaral e na Ponta do Tiro. Contudo, a distância destes mananciais levava muitos moradores a utilizar a água insalubre de poços, contraindo doenças¹¹⁰. Essa situação perdurou durante todo o século XIX¹¹¹, como sugere a notícia de 1900:

ÁGUA

Caiu na 3ª discussão do orçamento da indústria, na Câmara dos Deputados, uma emenda apresentada pelo Sr. Dr. Sá Freire, autorizando o governo a abastecer de água potável a Ilha do Governador [...] é com tristeza que declaramos aos moradores desta Ilha que a Câmara dos Senhores Deputados entendeu ainda este ano não precisarmos de água potável [...]¹¹².

Se os mais rudimentares sistemas de abastecimento de água permaneciam distantes da Ilha do Governador, mais ainda estava a realização de obras para saneamento e a implementação de uma eficiente limpeza pública.

Durante a primeira metade do Oitocentos, a coleta de dejetos e de lixo não variou muito: na parte da noite, escravos, denominados tigres, se encarregavam do transporte da carga em barris até determinados pontos da cidade, depositando-a em valas e praias, lagoas, charcos, terrenos baldios, fossas e sumidouros¹¹³.

Além da contaminação de lençóis freáticos, essas práticas provocavam a disseminação de doenças, preocupando diversos segmentos da sociedade, especialmente os médicos. O problema seria amenizado em 1840, quando a Câmara Municipal autorizou os serviços da Companhia de Limpeza, que passaria a fazer a coleta do material em barris apropriados e o despejo no meio da Baía¹¹⁴.

Como o asseio da cidade ainda permanecesse insatisfatório, em 1854 a Câmara discutiu um projeto que incluía as seguintes medidas: divisão da cidade em distritos e bairros, cuja fiscalização seria confiada a um residente; limpeza de logradouros públicos e de focos de infecção em casas particulares e proibição de despejo de detritos nas praias e no mar; eles passariam a ter lugares fixos de depósito¹¹⁵. Um dos pontos escolhidos estava situado na Ilha do Governador, na Ponta de Mãe Maria¹¹⁶, em terras pertencentes aos monges beneditinos, com a devida concordância de seu abade. Em janeiro de 1855, o depósito já estava em pleno funcionamento, trabalhando nele escravos africanos que auxiliavam a condução do lixo em batelões e saveiros¹¹⁷.

Os transtornos causados pelo depósito de detritos nas proximidades de suas terras levaram Caetano José Cardoso, morador da Ilha do Governador, a protocolar requerimento na Câmara Municipal pedindo providências quanto ao arrematante do lixo, encarregado de levá-lo à Ilha, para que cessasse o depósito em seu terreno cultivado¹¹⁸.

Caetano não era o único a fazer reclamações acerca dos serviços prestados. Em 1892, o jornal *O Paiz* publicou em sua primeira página uma denúncia sobre as condições da Ilha, constatando que “com todos os requisitos para ser próspera, é, no entanto, completamente descurada pelos poderes públicos”. O cemitério era um dos exemplos do abandono, visto que, repleto de matagal, servia de pasto aos animais. Do delegado de higiene, Bernardo Figueiredo, dizia-se que nunca havia estado em seu local de trabalho¹¹⁹.

Ao contestar a crítica pública, o delegado de higiene da Ilha não fez muito mais que lembrar sua atuação na aplicação de vacinas, na exigência de aterro de pântanos e na fiscalização de armazéns. Bernardo Figueiredo também enfatizou que vinha buscando melhorias, o que apenas confirmava

o péssimo estado em que se encontravam alguns serviços administrados pelo governo municipal¹²⁰.

Houve forte campanha por melhorias no saneamento da cidade. A partir de 1862, o serviço domiciliar de esgotos, um dos três primeiros a serem instalados no mundo, ficou a cargo da Companhia The Rio de Janeiro City Improvements. Em 1875, 46,5% das 30 mil habitações da cidade já estavam ligadas à rede. Os avanços nas condições de higiene da cidade, contudo, foram limitados, uma vez que a empresa foi acusada de contaminar o solo e o interior das casas¹²¹.

Dentre as primeiras áreas alcançadas pelas melhorias estavam São Bento, Gamboa e Glória (1866), e também São Cristóvão, Engenho Velho, Rio Comprido e Tijuca. Quanto aos moradores da Ilha do Governador, só veriam obras de saneamento no século seguinte.

1.3.4 Trabalhadores livres e cativos em uma freguesia rural

A sociedade brasileira oitocentista era profundamente hierarquizada. Seus atributos fundamentais eram a propriedade e a liberdade¹²². Neste sentido, homens livres pobres e escravos integravam os estratos inferiores. Os homens livres podiam ser pescadores, ferreiros, alfaiates, sapateiros, pequenos lavradores e tropeiros, entre outros. O apoio e a deferência desses indivíduos eram sinal de prestígio social, de modo que os proprietários buscavam incluí-los em suas redes clientelísticas, numa demonstração de poder. Essas relações, contudo, podiam se tornar conflituosas, considerando-se tanto as imposições de condutas por autoridades públicas como a disputa pela terra¹²³.

Segundo os relatórios do Ministério dos Negócios do Império, no que diz respeito aos homens livres, em 1870 a Freguesia da Ilha do Governador abrigava majoritariamente pescadores (406). Interessante notar que, do total de pescadores computados (500), apenas 25% eram cativos (94). Em quantitativo bastante inferior, eram encontrados comerciantes (59), lavradores (55) e trabalhadores de manufaturas, artes e ofícios (56). Se, por um lado, não havia mulheres entre comerciantes e pescadores, elas correspondiam à metade dos proprietários (4) e predominavam no serviço doméstico (589) (Quadro 2).

Quanto aos pescadores, ao compararmos o número destes trabalhadores com os de outras freguesias, podemos ter uma dimensão da importância dessa atividade para a população local. Em 1872, de um total de 1.216 pescadores no município do Rio de Janeiro, mais de 1/3 (437) atuava na Ilha do Governador (Quadro 3).

Em 1900, o jornal *O Suburbano*, periódico local da Freguesia da Ilha do Governador, dedicou várias de suas colunas para tratar de temas ligados àquela “pobre classe”. Nas páginas do jornal eram debatidos impostos, dificuldades, condições de trabalho e cercadas de peixe. Segundo o redator da coluna:

Quadro 2. Profissões na paróquia da Ilha do Governador (1870 - 1871)¹²⁴.

Profissões na Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda (1870-1871)							
Profissões	Homens livres	Mulheres livres	Total	Homens cativos	Mulheres cativas	Total	Total geral
Eclesiásticos	1	*	1	*	*	*	*
Militares	*	*	*	*	*	*	*
Empregados Públicos	6	1	7	*	*	*	7
Profissão Literária	1	*	1	*	*	*	1
Comerciantes	59	*	59	*	*	*	59
Capitalistas	0	*	*	*	*	*	*
Proprietários	4	4	8	*	*	*	8
Lavradores	55	4	59	23	34	57	116
Pescadores	406	0	406	94	*	94	500
Marítimos	7	*	7	136	*	136	143
Manufaturas, artes e ofícios	56	*	56	13	15	28	84
Agências	1	*	1	15	*	15	16
Serviço Doméstico	26	589	615	67	171	238	853
Sem Profissão Conhecida	362	335	697	64	45	109	806

[...] a maior parte dos filhos da Ilha do Governador, pela natureza propriamente do meio em que vive, se vê na contingência de, entregando-se à pescaria, dela tirar os meios de subsistência¹²⁵.

Esses dados nos permitem inferir que a pesca era a principal atividade dos homens livres pobres. Ainda assim, a principal força motriz do Rio de Janeiro oitocentista foi o braço escravo. Eles conduziam mercadorias, transportavam pessoas, carregavam barris de água, faziam mudanças, trabalhavam nas plantações, cuidavam das crianças, calçavam ruas, construíam as edificações e auxiliavam artífices em diversos ofícios, podendo eles mesmos virem a ser artesãos.

O período de maior número de escravos na cidade foi entre os anos 1808 e 1850, e, conseqüentemente, grande era a preocupação dos proprietários com a segurança, isto é, com a possibilidade de insurreições como as ocorridas na Bahia (1835) e no Haiti (1792-1805). Com raras exceções, pouco se falava contra o referido regime de trabalho¹²⁷.

O temor de revoltas de cativos, e não apenas a questão econômica, favoreceu algumas transformações ocorridas nas décadas de 1850 e 1860: intensificou-se a venda de escravos para a região do Vale do Paraíba, onde a vigilância enfrentava menos dificuldades, e cresceu o número de alforrias¹²⁸.

Quadro 3. Pescadores do Município do Rio de Janeiro (1872)¹²⁶.

Pescadores do Município do Rio de Janeiro - 1872							
Freguesias	Brasileiros		Estrangeiros		Escravos		Total
Freguesias Urbanas	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Sacramento	1	-	2	-	-	-	3
Santa Ana	42	-	32	-	11	-	85
Santa Rita	4	-	27	-	-	-	31
São José	4	-	36	-	1	-	41
Espírito Santo	17	-	-	-	-	-	17
Santo Antônio	18	-	-	-	15	-	33
Candelária	1	-	-	-	1	-	2
São Cristóvão	9	-	11	-	3	-	23
Engenho Velho	-	-	-	-	-	-	-
Glória	3	-	24	-	-	-	27
Lagoa	4	-	-	-	21	-	25
Total	103	-	132	-	52	-	287
Freguesias Rurais	Brasileiros		Estrangeiros		Escravos		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Irajá	33	-	1	-	2	-	36
Inhaúma	39	-	10	-	6	-	55
Guaratiba	247	-	16	-	12	-	275
Jacarepaguá	-	-	-	-	-	-	-
Campo Grande	-	-	-	-	-	-	-
Santa Cruz	56	-	4	-	14	-	74
Ilha do Governador	317	-	42	-	78	-	437
Ilha de Paqueta	37	-	5	-	10	-	52
Total	729	-	78	-	122	-	929
Total Geral	832	-	210	-	174	-	1.216

Na segunda metade do século XIX, os debates acerca da escravidão tornaram-se mais frequentes. Se em 1850 o tráfico atlântico de escravos foi abolido principalmente por pressão inglesa, em 1867 o próprio imperador D. Pedro II apontava para a necessidade de um projeto emancipacionista¹²⁹.

No que diz respeito ao quantitativo de cativos, se considerarmos o censo de 1870, veremos que o percentual de escravos residentes na área urbana da cidade era bastante inferior ao da área rural. Dos 235.381 habitantes da cidade, 192.002 residiam nas paróquias urbanas e 43.379 em paróquias rurais. Nas áreas urbanas, 154.649 eram livres e 36.352 escravos, ou seja, cerca

de 18% da população era cativa. Nas áreas rurais, a proporção de escravos aumentava: 30.640 eram livres e libertos e 13.739 eram escravos, isto é, 31% eram cativos¹³⁰.

Na Ilha do Governador, o número de escravos superou o de pessoas livres em 1821. Essa proporção se alterou progressivamente durante a primeira metade do Oitocentos, passando por drástica alteração na segunda metade do século. Em 1872, o número de cativos não chegava a ¼ da população livre, o que pode ser compreendido a partir da proibição do tráfico de escravos em 1850 (Quadro 4).

No que concerne à profissão, em 1870 os cativos ligados à pesca eram muitos (94), mas a maioria era formada por marítimos (136). As mulheres predominavam no serviço doméstico, mas a presença de cativas na lavoura (34), diferentemente dos números referentes a trabalhadores livres, superava o de homens (23)¹³¹ (Quadro 2).

Embora não estivesse incluída no referido relatório do Ministério dos Negócios do Império, havia ainda, a profissão de caieiro entre os escravos. No inventário do fabricante de cal Francisco Antônio Leite, dos 27 escravos relacionados, nove eram caieiros, cinco eram empregados no serviço doméstico e os demais não tiveram o ofício identificado¹³².

Quadro 4. População da Freguesia da Ilha do Governador por condição social (1821, 1838, 1849 e 1872)¹³³.

População da Freguesia da Ilha do Governador (séc. XIX)				
Ano	Domicílios	Livres	Escravos	Total
1821	182	708	987	1.695
1838	262	1.281	1.110	2.391
1849	349	2.006	1.451	3.457
1872	432	2.253	603	2.856

Outra referência à profissão foi encontrada na notícia do inventário de Constâncio José Rosa, caieiro na freguesia da Ilha, em seção referente a arrematações judiciais:

No dia 24 do mês corrente, terá lugar a última praça em audiência do Exmo. Sr. Dr. juiz de órfãos, dos seguintes bens, pertencentes ao inventário de Constâncio José Rosa, a saber: 10 escravos, alguns dos quais são perfeitos trabalhadores no fabrico da cal, calafates, 1 cozinheiro e mais móveis, e 5 barcos: as avaliações acham-se no cartório do escrivão Pires Ferrão, cujos bens podem ser vistos na Ilha do Governador, na praia do Bananal¹³⁴.

Joaquim Pereira Alves de Magalhães, fiscal da freguesia, em officio à Câmara Municipal, ao informar acerca das casas comerciais da freguesia, incluiu os trabalhadores voltados para a produção de cal¹³⁵. Segundo ele, em 1865 havia 14 fabricantes de cal, dos quais nove eram brasileiros e cinco eram portugueses. Havia 231 empregados trabalhando nessa produção: 15 eram livres (dois brasileiros e 13 portugueses) e 216 eram escravos, o que quer dizer que cada caieira contava com uma média de 15 escravos. Considerando-se que a freguesia possuía cerca de 750 cativos¹³⁶, podemos estimar que mais de 1/4 da mão de obra escrava da Ilha do Governador estava dedicada à produção de cal.

Em que pese o fato de os produtores de cal da Ilha do Governador não terem sido, em geral, grandes proprietários de escravos, encontramos o registro de alguns que reuniram sob seu comando considerável quantidade. O primeiro foi um fabricante de cal da Ilha do Governador, cujo nome não foi divulgado, que teve 45 cativos mortos na epidemia de cólera de 1855¹³⁷. Do mesmo modo, o caieiro Zeferino José Serrão teve 40 escravos inventariados em 1857¹³⁸.

Esses escravos reagiam ao cativeiro de diversas formas, entre elas a fuga. Segundo Mary Karasch, em 1826 havia na Ilha do Governador 34 escravos fugitivos, e seis deles foram presos no quilombo de Garahy, em local hoje ocupado pelo aeroporto internacional¹³⁹.

Alguns conseguiam ficar longo período sem serem capturados, a exemplo de Manoel, caracterizado como crioulo. Encontrado em Valença em 1871, declarou estar fugido havia mais de dez anos e pertencer aos herdeiros de falecido negociante de escravos e morador na Ilha do Governador¹⁴⁰.

Nas proximidades da Baía de Guanabara, não surpreende que um dos recursos para fuga tenha sido o uso de embarcações. Uma barca de casca, utilizada para extração de conchas que seriam transformadas em cal, foi o veículo de fuga de cinco escravos do major e caieiro da freguesia de São Gonçalo, João Manoel da Silva, em 1859¹⁴¹.

Assim como nas outras freguesias da Corte, não faltavam anúncios de proprietários da Ilha do Governador em busca de seus escravos:

50\$000

Fugiu no dia 1º de abril de 1878 o escravo Joaquim Magina, cor preta, africano, idade 50 anos, altura regular, tem alguns cabelos brancos, mas ainda está forte, foi escravo da viúva Guedes, com caieira na Ilha do Governador, e andava nos barcos de cal: desconfia-se que esteja para os lados de Icaraí, Praia Grande; onde tem uma preta que lhe dá couto ou cozinhando oculto em alguma casa visto entender de cozinha, quem der notícias dele à rua do Propósito n. 1, receberá a quantia acima¹⁴².

Escravos fugidos buscavam refúgio com protetores que lhes eram solidários ou que precisavam muito de seus serviços. A suspeita de que uma “preta” dava abrigo a Joaquim Magina pode estar relacionada ao frequente auxílio oferecido a escravos fugidos por seus amigos, parentes e amantes¹⁴³. A necessidade também levava muitos patrões a esconder fugitivos entre seus próprios escravos, correndo o risco de serem presos. Assim se justifica a suspeita refletida no anúncio de que Joaquim poderia estar oculto em alguma casa prestando serviços de cozinheiro¹⁴⁴. A fuga de Magina aos 50 anos tampouco constitui novidade, pois mesmo que predominasse a escapada de indivíduos com 20 a 40 anos, não era difícil encontrar entre os fugitivos idosos e crianças¹⁴⁵.

Ao longo do século, as formas de resistência dos escravos foram as mais diversas, como fugas, agressões a senhores, ações judiciais e interferência na venda de sua força de trabalho. Buscavam a liberdade ou apenas melhorar o cotidiano, procurando estar perto de familiares¹⁴⁶.

A garantia do direito de formar pecúlio para a compra de alforria, a libertação dos filhos de escravas em 1871 e o fim da escravidão para sexagenários em 1885 são algumas marcas do longo processo que antecedeu a abolição do trabalho compulsório. Mesmo com uma legislação que pouco lhes garantia, houve, principalmente entre 1850 e 1871, escravos que ingressaram com processos na Justiça para defender seus direitos. Eles reclamavam de maus-tratos, demandavam alforria mediante indenização, exigiam o cumprimento de testamentos que lhes garantira a liberdade, entre outras ações¹⁴⁷.

Embora resquícios da escravidão tenham permanecido na sociedade, a abolição do trabalho cativo em 1888 colocou em outro patamar a relação entre trabalhador e proprietário de terras, possibilitando ao primeiro buscar com mais subsídios o exercício de seus direitos civis.

1.4 Proprietários se antecipam à abolição

Desde a lei de 28 de setembro de 1885, que dizia respeito à libertação de cativos sexagenários, diversos caieiros tiveram seus escravos emancipados. Pudemos verificar a libertação de alguns cativos na Ilha do Governador, que não superavam três libertos por proprietário em um ano. Exemplo disso temos no fabricante de cal Antônio da Cunha Pereira, que durante todo o ano de 1886 teve três escravos libertados pelo efeito dessa lei¹⁴⁸.

Por outro lado, verificamos que houve proprietários de cativos da Ilha do Governador, como o caieiro José Antônio da Costa Gama e Anastácio José Rocha, que se anteciparam à lei de 1888 – que aboliria o trabalho forçado no Império – e libertaram seus escravos, divulgando o fato na imprensa, o que lhes dava prestígio. O teor da publicação aponta para uma exaltação da figura

do senhor, cujo nome vinha acompanhado de diversas qualidades, numa atitude pouco desinteressada. Vejamos o que diz a notícia de 31 de dezembro de 1887 intitulada “Prodígios faz a libertação humanitária e civilizadora”:

O Sr. José Antônio da Costa Gama, 2º tenente reformado da armada imperial e lavrador na província de S. Paulo, acaba de libertar sem condição 16 escravos, únicos que possuía, na sua fábrica de cal na Ilha do Governador, tendo já há tempo dado liberdade a 10. Há dois anos em praça do juiz de órfãos, em Araras, libertou 12 escravos, com condição de prestação de serviços por 4 anos, dando a cada um 30\$ anuais, bom tratamento, roupa, medicina, e terreno para cultivarem nos dias santificados, para seu benefício presente e futuro. Se o filantropo, laborioso e modesto Sr. Gama tiver êmulos, é sublime¹⁴⁹.

Faltavam menos de seis meses para a Lei Áurea, e na seção de “Publicações a pedido”, espaço destinado pelos jornais para publicações variadas mediante pagamento¹⁵⁰, José Antônio da Costa Gama, proprietário da Fazenda da Bica na Ilha do Governador¹⁵¹, foi adjetivado como “filantropo, laborioso e modesto”, entre outros. Não se tratava de um caso particular. Segundo Lilia Schwarcz, que tratou do tema no âmbito da cidade de São Paulo:

Essas notícias tinham estilo e enunciados muito similares, já que a libertação era sempre entendida com um “ato”, uma “dáviva” exclusivamente ofertada pelo senhor branco, que concedia a manumissão a seus cativos¹⁵².

Por outro lado, nem todos foram libertados incondicionalmente: os doze escravos de Araras ainda deveriam prestar serviços por mais quatro anos, o que revela a tentativa do senhor de controlar a liberdade¹⁵³. Além disso, foi um período de forte mobilização antiescravista com fugas em massa, o que levou alguns fazendeiros a alforriar seus escravos a fim de garantir mão de obra para suas fazendas¹⁵⁴.

Havia uma expectativa de transformar o escravo em cliente. Daí a previsão de serviços a serem prestados por determinado número de anos, uma espécie de agregação temporária¹⁵⁵. Nesse caso, o fabricante de cal parecia esperar pelo menos um reconhecimento por sua “sublime” atitude, provavelmente com a permanência dos trabalhadores em suas terras.

Em 1880, um grupo de proprietários e caieiros da Ilha do Governador fundou uma sociedade denominada Junta Paroquial de União e Beneficência, que tinha entre suas finalidades “concorrer para a libertação do bom escravo: nunca, porém, em discordância com seus senhores”¹⁵⁶. Isso reforça a tese da alforria como uma dáviva do senhor. Era ele quem deveria decidir pela liberdade do cativo, ainda que se tratasse de um “bom escravo”.

Desse modo, a libertação de cativos era uma concessão do senhor, que poderia se utilizar das mais diversas datas comemorativas para fazê-lo, fossem nascimentos, batizados, casamentos, formaturas e novos cargos¹⁵⁷. A chegada ao poder do Ministério Cotegipe pareceu ao proprietário na Ilha do Governador Anastácio José Rocha uma ótima ocasião para libertar um escravo:

Ilha do Governador

Partido Conservador

Anastacio José da Rocha, em regozijo pela ascensão ao poder do Ministério Cotegipe, resolveu nesta data conferir liberdade a seu escravo Manoel (sic) de 50 anos, só com a condição de lhe servir até 2 de dezembro do ano próximo vindouro.

Para firmeza assino o presente¹⁵⁸.

Contudo, o esforço empreendido pelos senhores com o fito de preservar o prestígio frente à sociedade não foi suficiente para evitar a falta de trabalhadores e a saída de libertos, pela Lei de 1888, da propriedade do antigo senhor. É o que demonstra a busca de Joaquim Pereira Alves de Magalhães em 1889:

Precisa-se de trabalhadores para uma fábrica de cal de marisco, na Ilha do Governador, praia da Freguesia, paga-se 30\$ por mês, casa e comida, ou 5\$ por dia a seco; para tratar na mesma fábrica com Joaquim Pereira Alves de Magalhães¹⁵⁹.

O caieiro não demonstra estar em busca de um ou dois trabalhadores; a carência parecer ser maior que esta. Duas são as possibilidades de remuneração: o salário “molhado”, com comida, e o salário “a seco”.

Segundo Hebe Mattos e Ana Rios, referindo-se a trabalhadores de fazendas, os salários “molhados” normalmente se destinavam à mão de obra contratada por empreitada ou por prazo determinado que poderia residir na propriedade com família, mas não tinha o direito de manter roça. Já os salários “a seco” não incluíam comida, mas traziam a possibilidade de acrescentar à renda familiar o salário de mulheres e crianças e dava acesso à roça¹⁶⁰.

Identificamos, portanto, uma preocupação por parte dos caieiros de garantir mão de obra para sua produção e ressaltar sua benevolência frente a esses trabalhadores. A abordagem de diversos aspectos que envolviam o Rio de Janeiro oitocentista nos fornece subsídios para situar melhor a Freguesia da Ilha do Governador no espaço da Corte, considerando seus costumes, limitações e possibilidades. Tratava-se, portanto, de uma freguesia que dispunha de acesso diário ao centro do Império e que, ao contrário das demais áreas rurais, tinha na fabricação de cal sua principal atividade econômica.

NOTAS

¹ Esta nomenclatura dizia respeito à divisão eclesiástica da cidade do Rio de Janeiro. SANTOS, Noronha. *Corographia do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguiar Edictor, 1907, p. 192-194.

² ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia histórica do Rio de Janeiro*. Vol 2. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010, p. 77.

³ CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2004, p. 95-101.

⁴ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992. p. 36-39.

⁵ CAVALCANTI, op. cit., p. 101.

⁶ Joaquim José de Azevedo foi agraciado com o título de Barão do Rio Seco em 1812, Visconde do Rio Seco em 1818, com honras de Grande do Império e Marquês de Jundiá em 1826. VIANNA, Helio. *Vultos do Império*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1968. p. 203.

⁷ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. p. 223. Segundo monsenhor Pizarro esta era uma casa “muito nobre de habitação”. ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. 4º vol. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1946. p. 81.

⁸ LUCCOCK, op. cit., p. 223.

⁹ LUCCOCK, op. cit., p. 223-224.

¹⁰ A Real Coutada foi estabelecida pelo Decreto de 12 de agosto de 1811. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-39846-12-agosto-1811-570764-publicacaooriginal-93885-pe.html>. Acesso em: 25 de maio de 2013. D. João também possuía uma Coutada na Real Fazenda de Santa Cruz, onde passava pequenas temporadas. MARTINS, Ismênia de Lima. Dom João. Príncipe Regente: um soberano e muitas controvérsias. *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v.6, n.11, p. 24-42, jun. 2010.

¹¹ BRASIL. Decreto de 22 de agosto de 1811.

¹² IPANEMA, Cybelle Moreira de. *História da Ilha do Governador*. 2 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. p. 111.

¹³ BRASIL. Decisão de 2 de maio de 1821.

¹⁴ CUNHA, Antônio Estevão da Costa e. *Notícia descritiva da Ilha do Governador*. 1870. Arquivo Nacional. NP – Diversos Códices da Antiga SDH, Cód. 807, vol. 3. p. 265-302.

¹⁵ *Correio da Manhã*, 28 de junho de 1930. p. 3.

¹⁶ IPANEMA, op. cit., p. 112.

¹⁷ Almanak Laemmert, 1879, p. 456.

¹⁸ *Revista da Semana*, 13 de maio de 1933, p.21.

¹⁹ BENCHIMOL, op. cit., p. 26.

²⁰ ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2006, p. 37.

²¹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer Lobo. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. 1º vol. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

²² ABREU, op. cit., 2006, p. 37-43.

²³ *Ibidem*, p. 37- 43.

²⁴ SANTOS, Noronha, *op. cit.*, 1907, p. 192-194. A freguesia de Nossa Senhora da Ajuda permaneceu vinculada à cidade do Rio de Janeiro em suas diferentes denominações. Com o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 passou a integrar a Corte ou Município Neutro, em 1892 fez parte do Distrito Federal, de 1960 a 1975 formou o Estado da Guanabara e desde então integra o Município do Rio de Janeiro. Atualmente a Ilha do Governador pertence à XX Região Administrativa e está dividida em 14 bairros: Ribeira, Zumbi, Pitangueiras, Praia da Bandeira, Cacuaia, Jardim Guanabara, Jardim Carioca, Portuguesa, Moneró, Cocotá, Tauá, Bancários, Freguesia e Galeão. Decreto 3.157 de 1981.

²⁵ BR RJ AGCRJ 68.3.6, Limites das freguesias das ilhas de Paquetá e do Governador, 1833. Ofício do fiscal suplente Joaquim Carrilho à Camara Municipal. 11 de fevereiro de 1833. p. 8.

²⁶ BR RJ AGCRJ 68.3.6, Limites das freguesias das ilhas de Paquetá e do Governador, 1833. Ofício do fiscal suplente Joaquim Carrilho à Camara Municipal. 11 de fevereiro de 1833. p. 8; Ofício do juiz de paz João Coelho da Silva ao presidente da Câmara Municipal. 8 de fevereiro de 1833. p. 6.

²⁷ BR RJ AGCRJ 68.3.6, Limites das freguesias das ilhas de Paquetá e do Governador, 1833. Mapa da população da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda. p. 6.

²⁸ BR RJ AGCRJ 68.3.33. Limites das freguesias das ilhas de Paquetá e do Governador, 1870-1871. Ofício do fiscal Joaquim Pereira Alves de Magalhães à Câmara Municipal da Corte. 28 de janeiro de 1871, p. 5.

²⁹ Antônio Estevão da Costa e Cunha, natural da Bahia, foi farmacêutico, professor primário e secundário, residente no Rio de Janeiro, colaborador da Revista Instrução Pública (1872-1874), autor de obras didáticas, tendo atuado na Instrução Pública da Ilha do Governador. SCHUELER, Alessandra. Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (Corte imperial, 1860-1889). *Revista de Educação Pública*. Universidade Federal do Mato Grosso, n. 17, 2008; *Almanak Laemmert*, 1882-1889.

³⁰ CUNHA, Antônio Estevão da Costa e. *Notícia descritiva da Ilha do Governador*. 1870. Arquivo Nacional. NP – Diversos Códices da Antiga SDH, Cód. 807, vol. 3. p. 265-302.

³¹ A Paróquia foi criada em 1710, em capela sob a mesma invocação, edificada por Jorge de Souza (o Velho). ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. 4º vol. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1946, p. 77-78, 213-214. O atual templo foi danificado por um incêndio em 1871, tendo sido reformado no mesmo ano e tombado em 26 de julho de 1938 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

³² CUNHA, *op. cit.*, p. 265-302.

³³ MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, J. C. R. [Mapas do] Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil: contendo a origem e história de cada província, cidade, vila e aldeia. Paris [França]: J. P. Aillaud, 1845. 6 mapas, il. [1 col.], 35 cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1004808/cart1004808.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2014. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1004808/gallery/index.htm>. Acesso em: 23 dez. 2014.

³⁴ *Revista da Semana*, 27 de janeiro de 1907.

³⁵ *Revista da Semana*, 27 de janeiro de 1907.

³⁶ A expressão “fábrica de cal” e o termo “caieira” foram utilizados tanto por Antônio Estevão da Costa e Cunha quanto pelo *Almanak Laemmert* para designar unidades de produção de cal, não havendo diferenciação quanto ao uso de máquinas e é neste sentido que os empregamos. Vale lembrar que, na primeira metade do século XIX no Brasil, o termo “fábrica” era aplicado às organizações maiores que oficinas e menores que manufaturas e, quando as oficinas eram amplas ou faziam uso de maquinismos (hidráulicos ou a vapor), eram consideradas fábricas, conforme OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. *Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed., 1992. p. 17, 182.

³⁷ CUNHA, *op. cit.*, p. 265-302.

³⁸ 1:595\$426 = um conto, quinhentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e vinte e seis réis.

³⁹ MOTTA, Márcia Maria Menendes. Terras da Igreja: arrendamentos e conflitos no Império do Brasil. IN: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2007, p. 436.

⁴⁰ II Livro de Tombo 1688-1793. Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, p. 23-24.

⁴¹ ARAÚJO, op. cit., Vol. 2, 2008, p. 57.

⁴² ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário da Arte Sacra Fluminense*. Vol. 2. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008. p. 60.

⁴³ *O Suburbano*, 15 de outubro de 1900. Segundo notícia do *Jornal do Commercio* de 14 de julho de 1935, a Colônia São Bento teria dado espaço à Escola João Luiz Alves, hoje administrada pelo Departamento Geral de Ações Socioeducativas, órgão vinculado à Secretaria do Estado de Educação.

⁴⁴ Mostra *Memória da Loucura*, organizada pelo Centro Cultural da Saúde. Disponível em: <<http://www.ccs.saude.gov.br/memoria%20da%20loucura/mostra/apresenta.html>>. Acesso em: 17 de setembro de 2011.

⁴⁵ Acervo Instituto Municipal Nise da Silveira. Disponível em: <<http://www.ccs.saude.gov.br/memoria%20da%20loucura/mostra/apresenta.html>>. Acesso em: 17 de setembro de 2011.

⁴⁶ Rio de Janeiro: Serviço Geográfico Militar, 1922. Acervo Fundação Biblioteca Nacional. 1:10.000.

⁴⁷ IPANEMA, Cybelle de. *Indicador da Ilha do Governador: litoral relevo e hidrografia*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Marcelo de Ipanema, 1993. p. 53-54.

⁴⁸ CUNHA, op. cit., p. 265-302.

⁴⁹ *O Paiz*, 15 de agosto de 1862.

⁵⁰ SANTA MARIA, Agostinho de. *Santuário Mariano e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora: tomo décimo e último*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2007, p. 229. A capela foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) em 09 de dezembro de 1966.

⁵¹ CUNHA, op. cit., p. 265-302.

⁵² SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio antigo*. Edições O Cruzeiro: Rio de Janeiro, 1965, p. 71.

⁵³ CUNHA, op. cit., p. 265-302.

⁵⁴ CUNHA, op. cit., p. 265-302.

⁵⁵ Uma excursão à Ilha do Governador. *O Paiz*, 08 de setembro de 1895.

⁵⁶ CUNHA, op. cit., p. 265-302.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ BENCHIMOL, op. cit., p. 45.

⁵⁹ BENCHIMOL, op. cit., p. 46.

⁶⁰ BENCHIMOL, op. cit., p. 54-56.

⁶¹ *O Paiz*, 16 de agosto de 1892.

⁶² BNRJ. II, 31, 24,015, nº 001. Projecto da estrada de ferro do Rio de Janeiro a praia da Guia. O decreto pode ser encontrado na íntegra na página virtual do Senado Federal. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=64139&norma=80043>>. Acesso em: 17 de outubro de 2014. A praia da Chichorra ficava no fim da praia da Gamboa, na freguesia de Santana. MORAES, Alexandre José Mello. *Historia da trasladação da corte portuguesa para o Brasil em 1807-1808*. Rio de Janeiro: Livraria da Casa Imperial, 1872. p. 308.

⁶³ *Cidade do Rio*, 12 de julho de 1893.

⁶⁴ *Cidade do Rio*, 22 de setembro de 1895. AGCRJ C/CAR 55.3.30. Carris: Linhas para a Ilha do Governador. Concessão Henrique de Alencastro Autran, petição e outros papéis de 1890 (consta uma planta). Petição de Manoel E. Schinfler de 1891 (consta uma planta). Concessão Dr. José Martins da Silva e Dr. João Franklin D’Alencar Lima. Projeto do Conselho (1895). Projeto substitutivo de nº 56 e análise.

⁶⁵ *Cidade do Rio*, 29 de setembro de 1895.

⁶⁶ *Cidade do Rio*, 29 de novembro de 1896. *O Paiz*, 15 de dezembro de 1898. A alfândega de Juiz de Fora (MG) parece ser a mesma que foi tombada pelo Decreto Municipal nº 7145 de 08 de outubro de 2001, prédio atualmente ocupado pelo Exército Brasileiro.

⁶⁷ *O Paiz*, 7 de novembro de 1899.

⁶⁸ *O Paiz*, 7 de dezembro de 1899.

⁶⁹ *O Paiz*, 4 de junho de 1904.

⁷⁰ RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. *O Rio de Janeiro Imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 145.

⁷¹ BR RJAGCRJ 57.4.2. Navegação: Lavradores e proprietários de embarcações e transportes de suas mercadorias. 1830-1899. Ofício dos empresários da Companhia Piedade ao presidente e vereadores da Câmara Municipal. 1844. p. 20-21.

⁷² BR RJAGCRJ 57.4.2. Navegação: Lavradores e proprietários de embarcações e transportes de suas mercadorias. 1830-1899. Ofício do fiscal da freguesia de Paquetá à Câmara Municipal, 13 de dezembro de 1844. p. 24.

⁷³ BR RJAGCRJ 57.3.14. Embarcações, 1818-1895. Coleção Conselho de Intendência, p. 29-30.

⁷⁴ Os nomes em negrito se referem a caieiros. João Pires Ribeiro de Moraes tornou-se caieiro por volta de 1863.

⁷⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 1º de dezembro de 1861.

⁷⁶ *Almanak Laemmert*, 1861, p. 406. A Praia dos Mineiros estava situada entre a alfândega e o Arsenal de Marinha, na freguesia da Candelária, e nela começavam as ruas do Sabão, de São Pedro, das Violas e dos Pescadores. MORAES, *op. cit.*, 1872, p. 308.

⁷⁷ CUNHA, *op. cit.*, p. 265-302.

⁷⁸ *O Globo*, 20 de janeiro de 1875.

⁷⁹ *Gazeta de Notícias*, 4 de abril de 1876.

⁸⁰ *Gazeta de Notícias*, 29 de junho de 1880.

⁸¹ *Gazeta de Notícias*, 10 de setembro de 1880.

⁸² *Gazeta de Notícias*, 10 de julho de 1883.

⁸³ WEHRS, Carlos. *Niterói: tema para colecionadores*. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda., 1987, p. 18. il.

⁸⁴ *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1876; 14 de julho de 1876; 10 de julho de 1876; 7 de junho de 1879; 8 de junho de 1879; 04 de fevereiro de 1882; 07 de dezembro de 1883.

⁸⁵ *Gazeta de Notícias*, 23 de outubro de 1881.

⁸⁶ *Gazeta de Notícias*, 23 de outubro de 1881; *Gazeta de Notícias*, 22 de outubro de 1881.

⁸⁷ BR RJAGCRJ CI CAR 55.3.30. Carris: Linhas para a Ilha do Governador. Concessão Henrique de Alencastro Autran, petição e outros papéis de 1890 (consta uma planta). Petição de Manoel E. Schinfler de 1891 (consta uma planta). Concessão Dr. José Martins da Silva e Dr. João Franklin D’Alencar Lima. Projeto do Conselho (1895). Requerimento feito por Henrique de Alencastro Autran ao presidente e membros da Intendência Municipal. 4 de outubro de 1890. fl. 2.

⁸⁸ BR RJAGCRJ CI CAR 55.3.30. Carris: Linhas para a Ilha do Governador. Concessão Henrique de Alencastro Autran, petição e outros papéis de 1890 (consta uma planta). Petição de Manoel E. Schiflen de 1891 (consta uma planta). Concessão Dr. José Martins da Silva e Dr. João Franklin D’Alencar Lima. Projeto do Conselho (1895). Requerimento feito por Henrique de Alencastro Autran ao presidente e membros da Intendência Municipal. 4 de outubro de 1890. fl. 2.

⁸⁹ BR RJAGCRJ CI CAR 55.3.30. Carris: Linhas para a Ilha do Governador. Concessão Henrique de Alencastro Autran, petição e outros papéis de 1890 (consta uma planta). Petição de Manoel E. Schiflen de 1891 (consta uma planta). Concessão Dr. José Martins da Silva e Dr. João Franklin D’Alencar Lima. Projeto do Conselho (1895). Parecer de engenheiro fiscal de 24 de fevereiro de 1891. fl. 4 verso.

⁹⁰ BR RJAGCRJ CI CAR 55.3.30. Carris: Linhas para a Ilha do Governador. Concessão Henrique de Alencastro Autran, petição e outros papéis de 1890 (consta uma planta). Petição de Manoel E. Schiflen de 1891 (consta uma planta). Concessão Dr. José Martins da Silva e Dr. João Franklin D’Alencar Lima. Projeto do Conselho (1895). Minuta de contrato da Intendência Municipal com Henrique de Alencastro Autran para construção, uso e gozo de uma linha de tramways dentro da Ilha do Governador. fl. 5-10.

⁹¹ BR RJAGCRJ CI CAR 55.3.30. Carris: Linhas para a Ilha do Governador. Concessão Henrique de Alencastro Autran, petição e outros papéis de 1890 (consta uma planta). Petição de Manoel E. Schiflen de 1891 (consta uma planta). Concessão Dr. José Martins da Silva e Dr. João Franklin D’Alencar Lima. Projeto do Conselho (1895). Requerimento de Paulo Edgard Manoel Schiflen. fl. 10b.

⁹² BR RJAGCRJ 57.4.2. Navegação: Lavradores e proprietários de embarcações e transportes de suas mercadorias. 1830-1899. Ofício dos empresários Camuyrano e Cia ao Diretor de Obras do Distrito Federal. 27 de abril de 1898. p. 171.

⁹³ BR RJAGCRJ 57.4.2. Navegação: Lavradores e proprietários de embarcações e transportes de suas mercadorias. 1830-1899. Ofício de representante dos moradores da Ilha ao prefeito. 28 de maio de 1898. p. 169.

⁹⁴ BR RJAGCRJ 57.4.2. Navegação: Lavradores e proprietários de embarcações e transportes de suas mercadorias. 1830-1899. Ata da segunda concorrência para navegação a vapor entre a Capital e a Ilha do Governador. 28 de junho de 1898. p. 167.

⁹⁵ BR RJAGCRJ 57.4.2. Navegação: Lavradores e proprietários de embarcações e transportes de suas mercadorias. 1830-1899. Ofício da Diretoria Geral de Obras e Viação ao senhor Luiz Camuyrano. 29 de julho de 1898. p. 166.

⁹⁶ BR RJAGCRJ 57.4.2. Navegação: Lavradores e proprietários de embarcações e transportes de suas mercadorias. 1830-1899. Ofício da Companhia Cantareira e Viação Fluminense ao Prefeito. 18 de novembro de 1898. p. 172.

⁹⁷ *O Paiz*, 16 de março de 1899.

⁹⁸ BR RJAGCRJ 57.4.2. Navegação: Lavradores e proprietários de embarcações e transportes de suas mercadorias. 1830-1899. Ofício do fiscal do contrato de navegação para a Ilha do Governador. 16 de março de 1899. p. 182.

⁹⁹ *O Paiz*, 23 de março de 1899. *Jornal do Brasil*, 23 de março de 1899.

¹⁰⁰ *Almanak Laemmert*, 1902, p. 178; 1903, p. 725.

¹⁰¹ *Almanak Laemmert*, 1905, p. 887.

¹⁰² *Almanak Laemmert*, 1930.

¹⁰³ SANTOS, op. cit., 1907, p. 293.

¹⁰⁴ *Arquitetura no Brasil: engenharia e construção*. Ano 1, vol. 1, nº 5. Fev. 1922. p. 180-181.

¹⁰⁵ *Diário Carioca*, 01 de fevereiro de 1949; *Correio da Manhã*, 01 de fevereiro de 1949.

¹⁰⁶ BENCHIMOL, op. cit., p. 66.

- ¹⁰⁷ BENCHIMOL, op. cit., p. 71-72.
- ¹⁰⁸ MARQUES, E. C. *Da higiene à construção da cidade: o Estado do Rio de Janeiro: História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, II (2): 51-67, jul-out. 1985.
- ¹⁰⁹ ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013. p. 53.
- ¹¹⁰ CUNHA, op. cit., p. 265-302.
- ¹¹¹ *O Suburbano*, 1º de abril de 1900; 15 de novembro de 1900; 1º de dezembro de 1900.
- ¹¹² *O Suburbano*, 1º de dezembro de 1900.
- ¹¹³ BENCHIMOL, op. cit., p. 73. RIOS FILHO, Adolfo Morales de Los. *O Rio de Janeiro imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora Univercidade, 2000. p. 105.
- ¹¹⁴ RIOS FILHO, Adolfo Morales de Los, op. cit., 2000. p. 106.
- ¹¹⁵ *Correio Mercantil*, 22 de outubro de 1854. *Diário do Rio de Janeiro*, 14 de novembro de 1854.
- ¹¹⁶ Boletim da Ilustríssima Câmara Municipal da Corte contendo todos os seus trabalhos, Rio de Janeiro, vol. III, p. 13-14, mar. 1865.
- ¹¹⁷ *Correio Mercantil*, 31 de janeiro de 1855.
- ¹¹⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 28 de fevereiro de 1866.
- ¹¹⁹ *O Paiz*, 16 de agosto de 1892.
- ¹²⁰ *O Paiz*, 17 de agosto de 1892.
- ¹²¹ BENCHIMOL, op. cit., p. 74.
- ¹²² MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Acces, 1994. p. 103-120.
- ¹²³ Acerca das relações entre autoridades públicas e homens livres ver: GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p. 41-60. Sobre a disputa pela terra no século XIX ver: MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. 2. ed. Niterói: EDUFF, 2008.
- ¹²⁴ BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Relatórios do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentados à 2ª e 3ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1870-1871. Levantamento de M. B. Levy. LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. 1º vol. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, p. 430-431.
- ¹²⁵ *O Suburbano*, 15 de março de 1900. A atividade pesqueira foi abordada nas seguintes edições: *O Suburbano*, 1 de março de 1900; 15 de março de 1900; 15 de abril de 1900; 1 de maio de 1900; 15 de maio de 1900; 1 de julho de 1900; 15 de julho de 1900.
- ¹²⁶ SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007. p. 418.
- ¹²⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 175-233.
- ¹²⁸ CHALHOUB, op. cit., 2009, p. 175-233.
- ¹²⁹ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 152-153.
- ¹³⁰ LOBO, op. cit., p. 228.
- ¹³¹ *Ibidem*, p. 431.

¹³² Inventário de 1875: Francisco Antonio Leite (falecido) e Manoel Antonio Leite (inventariante). Acervo Museu da Justiça Estadual do Rio de Janeiro. Código 985. Caixa 33. RG 178.

¹³³ SOARES, *op. cit.*, 2007. p. 363-380.

¹³⁴ *Correio Mercantil*, 22 de novembro de 1862.

¹³⁵ AGCRJ 58.4.9. Casas de comércio da Ilha do Governador (relação), 1865. Ofício do fiscal da municipalidade à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. 22 de novembro de 1865.

¹³⁶ Falamos em aproximação, uma vez que o número é baseado em documento de 1870. CUNHA, *op. cit.*, p. 265-302.

¹³⁷ A referência foi dada pelo Conselheiro Dr. Tavares em sessão da Academia Imperial de Medicina de 1º de setembro de 1862. Annaes Brasilienses de Medicina. Vol. 14, 14º ano, nov/1862, fl. 127.

¹³⁸ Inventário de 1857: Zeferino José Serrão (falecido) e Alexandrina Rosa Serrão (inventariante). Acervo Arquivo Nacional. BR AN RIO, Fundo/Coleção: Juízo Municipal da 3ª Vara do Rio de Janeiro – ZW. nº 158, caixa 57, Gal. A.

¹³⁹ KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 406 e 412.

¹⁴⁰ *Jornal da Tarde*, 26 de abril de 1871.

¹⁴¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 22 de outubro de 1857.

¹⁴² *Gazeta de Notícias*, 14 de novembro de 1879.

¹⁴³ SOARES, *op. cit.*, 2007.p. 241.

¹⁴⁴ KARASCH, *op. cit.*, p. 407.

¹⁴⁵ SOARES, *op. cit.*, 2007.p. 238.

¹⁴⁶ CHALHOUB, *op. cit.*, 2009. p. 175-233.

¹⁴⁷ *Ibidem*. p. 175-233. Sobre o tema ver também CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: Luiz Felipe de Alencastro (org.). *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.p. 337-383.

¹⁴⁸ *O Paiz*, 13 de junho de 1886; 20 de agosto de 1886. *Gazeta de Notícias*, 21 de agosto de 1886. *Diário de Notícias*, 03 de setembro de 1886. Para mais informações sobre a libertação de escravos de outros caieiros ver: *O Paiz*, 11 de junho de 1886. *Diário de Notícias*, 08 de setembro de 1886.

¹⁴⁹ *Gazeta de Notícias*, 31 de dezembro de 1887.

¹⁵⁰ MACHADO, Humberto Fernandes. “Imprensa abolicionista e a censura no Império do Brasil”. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. (org.) *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 247.

¹⁵¹ CUNHA, *op. cit.*, p. 265-302.

¹⁵² SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p. 198.

¹⁵³ SCHWARCZ, *op. cit.*, p. 203.

¹⁵⁴ NEVES, Lúcia Maria B. Pereira & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 384.

¹⁵⁵ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012. p. 75-76.

¹⁵⁶ *Gazeta de Notícias*, 29 de setembro de 1880.

¹⁵⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz. *op. cit.*, p. 198.

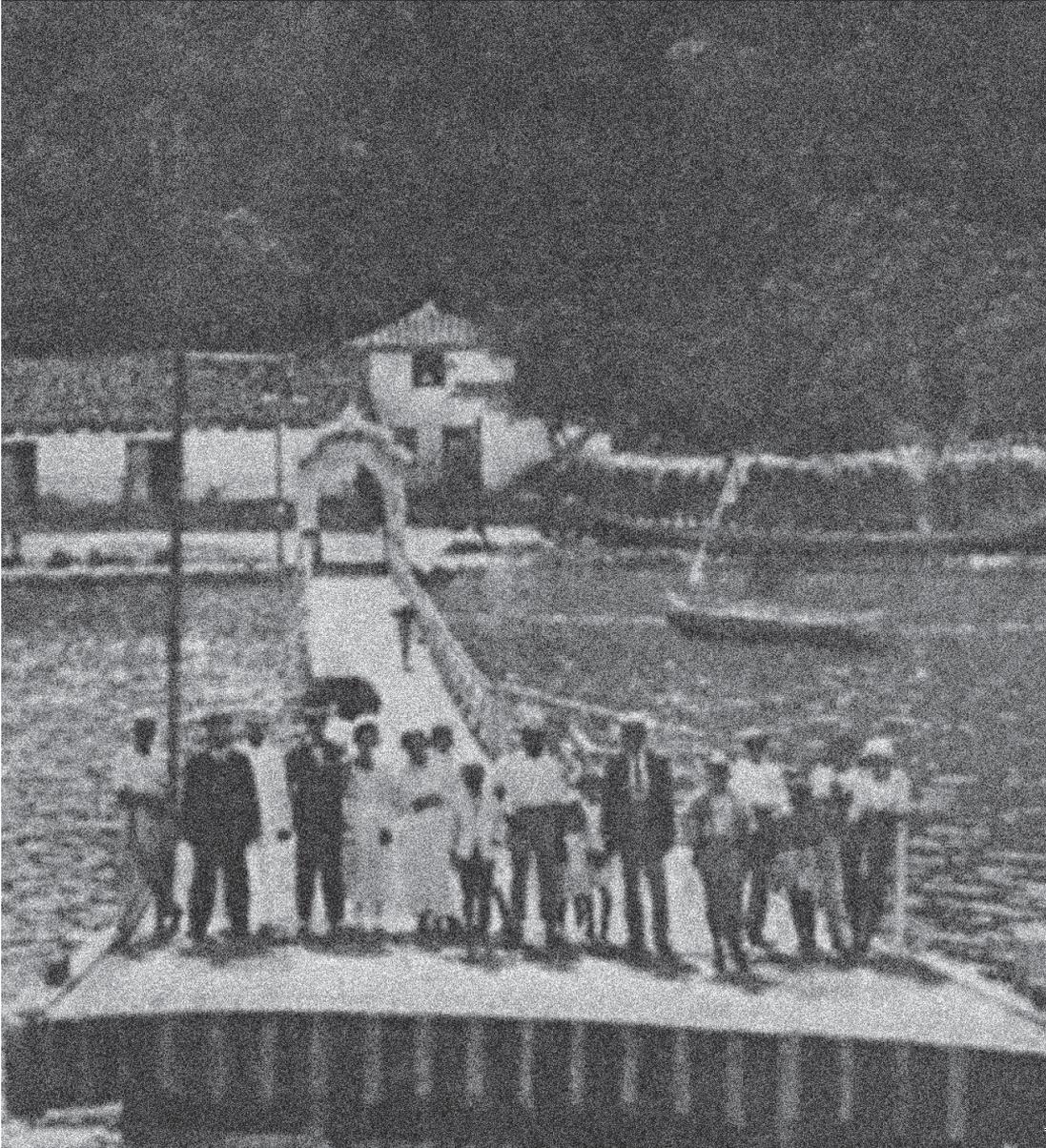
¹⁵⁸ *Diário de Notícias*, 27 de agosto de 1885.

¹⁵⁹ *Gazeta de Notícias*, 10 de março de 1889.

¹⁶⁰ RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe Maria. Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-abolição. IN: CUNHA, Olívia Maria Gomes da.& GOMES, Flávio dos Santos. (Org.) *Quase-cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CAPÍTULO 2

“Uma Vasta Caieira”: a economia da Ilha do Governador



Caieira do Cocotá. Revista *O Malho*, 7 de agosto de 1920.
Acervo: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Em 1861, a Ilha do Governador possuía 20 fábricas de cal, o maior quantitativo da freguesia em todo o século XIX. Neste capítulo, analisaremos essa atividade produtiva, situando-a na economia da cidade do Rio de Janeiro. Serão considerados variados aspectos, tais como número de trabalhadores mobilizados, a técnica empregada, capital envolvido na atividade, embarcações e equipamentos necessários, preços e lucratividade. Ademais, buscaremos caracterizar os principais produtores de cal, os caieiros, da freguesia.

2.1 Atividades econômicas da Freguesia da Ilha do Governador (século XIX)

Durante grande parte do século XIX, a economia fluminense foi marcada pela exportação do café. Em 1857 havia na província do Rio de Janeiro 28 fazendas de cana-de-açúcar, sete de aguardente, duas de gado, sete de produção indefinida e 150 de café. Esta predominância colocou o Rio de Janeiro na condição de maior exportador nacional desse gênero pelo menos até 1890, chegando a produzir, em 1871, quatro vezes mais que as províncias de São Paulo, Bahia, Ceará e Espírito Santo juntas¹.

Contudo, a importância do porto do Rio de Janeiro também se dava por outros fatores. Por ali os escravos eram redistribuídos, as fazendas abastecidas, os produtos manufaturados eram importados, além de constituir ponto de convergência do comércio de cabotagem. Afora o café e o açúcar, diversas mercadorias provenientes da província também eram exportadas, como cana-de-açúcar, melação, amendoim, farinha de mandioca, toucinho, fumo, algodão, ouro, joias, couro, sabão e madeiras diversas, entre outras².

Ainda que prevalecesse a atividade agrícola, aos poucos a pré-indústria carioca se ampliava, notadamente a partir da década de 1840, com a introdução da máquina a vapor e do motor hidráulico³. Entre fábricas de calçados, chapéus, tecidos, selins, serralherias, fundições, velas e papel, estava a “tradicional” indústria de materiais de construção, compreendendo as olarias e as fábricas de cal de marisco⁴.

Já a Freguesia da Ilha do Governador, especificamente, abrigou, na segunda metade do século XIX, além de caieiros, fábricas de telhas e tijolos; talhas; velas, sabão, vinagre e produtos químicos (inseticida, formicida, sulfureto de carbono)⁵ (Quadro 1).

Quadro 1. Relação das principais fábricas da Ilha do Governador⁶.

ANO	CAIEIROS	FÁB. DE TELHAS E TIJOLOS	ENGENHOCA DE AGUARDENTE	FÁB. DE TALHAS	FÁB. DE VELAS	FÁB. DE SABÃO E SERRARIA	FÁB. DE VINAGRE	PRODUTOS QUÍMICOS
1861	20	1	-	1	1	-	-	-
1862	19	1	-	1	1	-	-	-
1863	19	1	-	-	1	1	-	-
1864	19	1	-	-	-	1	-	-
1865	19	1	-	-	-	1	-	-
1866	19	1	-	-	-	1	-	-
1867	19	1	-	-	-	1	-	-
1868	19	1	-	-	-	1	-	-
1869	17	1	-	-	-	1	1	-
1870	17	1	-	-	-	1	1	-
1871	17	1	1	-	-	1	-	-
1872	14	2	2	-	-	1	-	-
1873	10	1	2	-	-	-	-	-
1874	11	1	2	-	-	-	-	-
1875	10	2	-	-	-	-	-	-
1876	11	2	1	-	-	-	-	1
1877	11	3	1	-	-	-	-	1
1878	12	2	1	-	-	-	-	1
1879	12	1	1	-	-	-	-	1
1880	-	-	-	-	-	-	-	-
1881	-	-	-	-	-	-	-	-
1882	-	-	-	-	-	-	-	-
1883	15	1	1	-	-	-	-	1
1884	15	1	1	-	-	-	-	2
1885	14	1	1	-	-	-	-	4
1886	13	1	1	-	-	-	-	4
1887	13	1	1	-	-	-	-	4
1888	14	1	1	-	-	-	-	4
1889	14	1	1	-	-	-	-	4
1890	-	-	-	-	-	-	-	-
1891	16	-	-	-	-	-	-	2

O quantitativo de fábricas de telhas em um primeiro momento não chama a atenção. Tampouco o de formicidas. Com o objetivo de ilustrar o impacto que uma dessas unidades teve no local, vejamos alguns aspectos dessas produções. No período em estudo, uma indústria que alcançou boa projeção foi a Fábrica de Tijolos Santa Cruz, inaugurada em 1876, na antiga Fazenda da Conceição, Praia da Bica, ao lado da Capela de Nossa Senhora da Conceição.

Propriedade de Ernesto Augusto C. Gomes, a fábrica foi objeto de artigo do engenheiro Garcia Redondo na *Revista de Engenharia*, em 1880, intitulado *A Grande Fábrica de Productos Cerâmicos Santa Cruz, sita à Ilha do Governador*⁷. Segundo ele, a fábrica tinha capacidade para abrigar pelo menos 60 operários em quartos “ventilados e higiênicos”, o que nos permite imaginar as grandes proporções da fábrica. A cuidadosa descrição da estrutura do prédio, do maquinário, do funcionamento, das características dos artigos produzidos e a apresentação de quadros comparativos com fábricas de outras localidades permitem-nos estimar uma capacidade de produção entre 15 e 45 mil tijolos por dia, fossem eles comuns, prensados, refratários, escacilhados, para cimalhas, próprios para arcos, telhas chatas, meias talhas e cumeeiras.

Quanto às fábricas de formicidas, grande foi o debate que envolveu os direitos de produção. A primeira fábrica dessa natureza de que temos notícia na Ilha do Governador data de 1873 e pertencia a Guilherme Schüch Capanema (1824-1909), o barão de Capanema. Intensa foi sua atuação junto à Câmara dos Deputados e ao Senado para manter o monopólio da produção e da comercialização do sulfeto de carbono, principal componente do “Formicida Capanema”⁸.

Guilherme Schüch Capanema pleiteou o uso exclusivo do produto com o argumento de que fora dele a descoberta da eficácia do uso do sulfeto de carbono no combate às formigas em lugar de outros produtos que não tiveram o mesmo sucesso, o que o motivou a encaminhar pedido de privilégio para utilizar no Império “um processo de sua invenção destinado a extinguir a formiga saúva”.

O privilégio foi concedido por dez anos⁹, sem, no entanto, contemplar especificamente o uso do sulfeto de carbono. Com o fim do monopólio da “Formicida Capanema”, outras fábricas foram abertas na Ilha do Governador no início da década de 1880. Uma delas, em funcionamento pelo menos desde 1884, pertencia a Cunha Sá & Cia, tendo sua razão social modificada para Cia. Industrial Guanabara em 1889, e funcionava na Ponta do Tiro¹⁰ (Imagem 1).

Segundo o Jornal *O Suburbano*, a fábrica situada na Ponta do Tiro sofreu grave incêndio no dia 13 de outubro de 1900. Temeu-se que os prejuízos tivessem chegado a 80:000\$000 (oitenta contos de réis), o que nos permite ter uma ideia do valor investido na empresa àquela época. A ausência de um corpo de bombeiros no local não tornava a situação mais fácil. Graças

às providências da polícia e do sócio Antônio Lopes, as perdas não foram avaliadas em mais de 20 contos de réis (20:000\$000)¹¹.

Temos, ainda, notícia da fábrica de sulfureto de carbono – substância utilizada como formicida – pertencente a Adriano Corrêa Bandeira, instalada na praia da Freguesia em 1885¹².

De 1886 a 1888, o caieiro Domingos Pereira Alves de Magalhães manteve fábrica de inseticida da praia da Freguesia¹³. Em 1903, a fábrica na Freguesia foi comprada por Alves Magalhães & Cia., antes pertencente à Viúva Magalhães & Cia. Em 1908, a empresa apresentava um capital registrado de 100:000\$ (cem contos de réis), para um faturamento anual de 150:000\$, empregando 36 operários. Ainda permanecia em funcionamento em 1936 na praia da Freguesia n° 257¹⁴.

Muito se incentivou o desenvolvimento de uma fórmula eficaz para o combate às formigas. História curiosa foi a que ocorreu com o morador Francisco José de Freitas, que por nove anos buscou um meio eficaz de combater os insetos¹⁵.

Motivado pelo prêmio de 50 contos oferecido pela Assembleia Provincial do Rio de Janeiro desde 1857, Francisco chegou a ficar cego no desenvolvimento de sua pesquisa, e em 1866, quando julgou ter encontrado uma solução e foi em busca de seu prêmio, tomou ciência de que a lei havia sido revogada. A solução por ele encontrada foi abrir mão de seu privilégio e pedir a transcrição do seu invento no *Auxiliador da Indústria Nacional* em benefício de demais lavradores.

O combate às formigas era um problema tão presente no período que mereceu referências até mesmo na literatura. Lima Barreto, no livro *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, mostra seu personagem principal, o major Policarpo Quaresma, em busca de algo que conseguisse exterminar o inseto que tanto atrapalhava a agricultura. O major chega a lembrar-se de um pensamento sobre o problema: “Veio-lhe então à lembrança aquela frase de Saint-Hilaire: se nós não expulsássemos as formigas, elas nos expulsariam¹⁶”.

No que tange à atividade agrícola, ela não teve grande destaque. Em 1860, “Sebastopolino” se lamentava na *Revista Popular*: “A Ilha do Governador, que outrora florescia com sete engenhos de açúcar, é hoje uma vasta caieira, graças à sua esterilidade. O reino animal reduziu-se a formigas, e o vegetal a cardos e espinhos¹⁸”.

Durante todo o Oitocentos, ao contrário de outras freguesias, o *Almanaque Laemmert* não relacionou fazendeiros, fazendas ou produções de gêneros na seção relativa à Ilha do Governador. Somente a partir de 1883 começa a haver referências a lavradores. Quanto à atividade pesqueira e à exploração de madeira e lenha, segundo Eulalia Maria Lahmeyer Lobo, estavam muito mais relacionadas à população pobre¹⁹.



Imagem 1. Fábrica de formicida na Praia da Bandeira. Foto de 1931¹⁷.

Esses dados vão ao encontro daqueles registrados por Antônio Estevão da Costa e Cunha em 1870. Segundo ele, a freguesia apresentava alguma lavoura de cana e mandioca para produção de aguardente e farinha, que juntas, porém, não forneciam além de 60 pipas. Também se cultivavam uvas, principalmente na Praia da Bica, cuja colheita chegava a render mais de um conto de réis²⁰.

Apesar dos danos causados pelos ataques de formigas saúvas, a cultura de alguns gêneros não apresentava maiores dificuldades, como a de melancia, de melão, ananás e laranja. Ainda assim, Costa e Cunha reitera que esses produtos não formavam uma indústria definida e aponta a atividade pesqueira, bastante difundida, como uma das inimigas da lavoura.

Informações interessantes sobre a lavoura na Ilha do Governador também podem ser encontradas nas colunas sobre o tema publicadas no jornal *O Suburbano*²¹. Elas foram escritas por João Henriques de Lima Barreto, antigo tipógrafo, almoxarife das Colônias de Alienados de 1891 a 1905, sócio da Sociedade Nacional de Agricultura e pai do autor de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*²².

João Henriques entendia a Ilha do Governador como uma localidade mais rural que suburbana. Segundo ele, muitos dos lavradores insulanos seriam portugueses de hábitos criticáveis por insistirem em utilizar a antiga técnica da queimada e plantar até o esgotamento do solo, a exemplo do cultivo de batata-doce e de aipim. Assim, algumas culturas da Ilha não seriam lucrativas e outras até mesmo prejudiciais. O pai de Lima Barreto discutiu formas mais lucrativas de uso do solo e sugeriu a plantação de batata-inglesa. Contudo, a crise na agricultura não parece ter tido eco no *Suburbano*, ao contrário de questões que envolviam a atividade pesqueira e a crise da cal, debatidas naquelas páginas. Sobre esta última, trataremos adiante.

Assim, verificamos que durante o século XIX a economia da Ilha do Governador se baseou na atividade pesqueira, na agricultura de subsistência, no fornecimento de gêneros agrícolas para a Corte e na produção fabril, que incluiu, entre outros, materiais de construção como tijolos, telhas, cerâmicas e cal.

2.2 Primeiros relatos e diferentes usos da cal

A fabricação de cal era feita a partir de pedras ou de conchas. As primeiras referências a esta atividade no Brasil podem ser encontradas no relato de Gabriel Soares de Sousa, que residiu por quase duas décadas na Bahia durante o século XVI e teceu alguns comentários sobre as facilidades de acesso e de produção de cal de mariscos:

A maior parte da cal que se faz na Bahia é das cascas das ostras, de que há tanta quantidade que se faz dela muita cal, a que é alvíssima, e lisa também, como a de Alcântara; e fazem-se dela guarnições de estuque mui alvas e primas; e a cal que se faz das ostras é mais fácil de fazer que a de pedras; porque gasta pouca lenha e com lhe fazerem fogo que dure dez, doze horas, fica muito bem cozida, e é tão forte que sequer caldeada, e ao caldear ferve em pulos como a cal de pedra de Lisboa (...) ²³.

Quanto ao Rio de Janeiro, Gabriel Soares de Sousa também observou a grande disponibilidade de matéria-prima para edificação:

[...] e uma coisa e outra se pode fortificar com pouca despesa, pela muita pedra que para isso tem ao longo do mar, bem defronte, assim para cantaria como para alvenaria, e grande aparelho para se fazer muita cal de ostras, de que neste Rio há infinidade ²⁴.

Frei Vicente Salvador comentou:

Faz-se também muita cal, assim de pedra do mar como da terra, e de cascas de ostras que o gentio antigamente comia e se acham hoje montes delas cobertos de arvoredos, donde se tira e se coze engradada entre madeira com muita facilidade ²⁵.

As menções a construções em pedra e cal ocorrem ao longo da obra desses memorialistas e em outros relatos do período. A técnica era bastante difundida e foi aplicada para erigir fortificações, igrejas monumentais e edificações oficiais ²⁶. Aplicava-se a cal não só na preparação da argamassa, mas também no revestimento. Após a queima, o carbonato de cálcio das conchas era transformado em óxido de cálcio ou cal virgem, que, com a

adição de água, transformava-se em cal extinta, o hidróxido de cálcio usado para caiar construções²⁷.

A produção do material tampouco passou despercebida por Jean-Baptiste Debret. Integrante da Missão Artística Francesa de 1816, o pintor dedicou uma de suas pranchas, presentes na obra *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, à representação do fabrico de cal de concha²⁸ (Imagem 2).

A prancha de Debret mostra uma edificação envolta por vegetação em praia aparentemente pouco habitada, duas faluas e sete trabalhadores ocupados em diferentes afazeres. À esquerda, três homens se encarregam do transporte da lenha; ao lado, ainda à esquerda, um operário dispõe a madeira amontoada em círculo em um terreiro. No centro, outros três homens, com água na altura da cintura, munidos de uma grande barra, aparentando cerca de quatro metros de comprimento, raspam o fundo da baía, e à direita, em uma ponta oposta da praia, em terreno ligeiramente elevado, um grande volume de vapor ocupa a imagem. Ao comentar a gravura, Debret afirma que de longe era possível avistar os vapores levantados por aquela produção nas ilhas da Baía da Guanabara.

O processo representado por Debret corresponde àquele descrito por John Luccock. Durante sua estada no Brasil (1808-1818), o inglês identificou a presença de saveiros carregados de conchas para produção de cal no rio Iriri (Vila de Magé – no Recôncavo Guanabará), cujo nome, segundo Luccock, remete ao material coletado. As conchas eram dispostas no chão, alternando-se com uma camada circular de lenha, até formar um cone, para calcinação. Utilizava-se principalmente a espécie em espiral (caracóis), havendo também as bivalves (mariscos e ostras), e a lenha era retirada dos mangues da costa oriental da baía. Não se empregavam fornos. O resultado

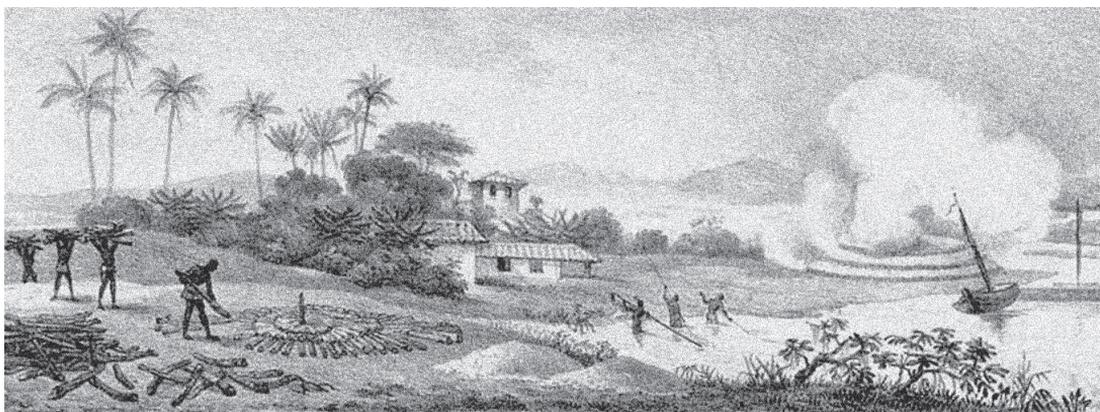


Imagem 2. Representação de uma caieira por Jean-Baptiste Debret²⁹.

era uma “cal imperfeita, com grande teor de cinzas vegetais misturadas à substância calcária³⁰”.

Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), botânico e naturalista francês, também comentou a produção de cal na cidade do Rio de Janeiro.

Próximo de algumas ilhas, vimos negros que, metidos na água até a cintura, juntavam mariscos. Como não há rochas calcárias nas proximidades do Rio de Janeiro, substituem-lhes a cal pela obtida das conchas. Para prepará-la elevam-se grandes cones colocando alternativamente, umas sobre as outras, camadas espessas de conchas e lenha, e põe-se fogo. O trabalho de colher mariscos na água é dos mais desfavoráveis à saúde dos negros, e frequentemente lhes causa perigosas moléstias³¹.

Saint-Hilaire, mais que ratificar o modo de obtenção da cal apontado por Debret e Luccock, se refere às consequências do método para os trabalhadores nela empregados. São negros os envolvidos no preparo, provavelmente cativos, o que aponta para uma atividade financiada por proprietários, ainda que de pequeno porte, não tão lucrativa quanto a cafeeira, mas que tampouco se equiparava à agricultura de subsistência ou à pesca.

É o mesmo Saint-Hilaire quem identifica a exportação de cal da região do Rio da Aldeia Velha, no Espírito Santo, para a vila de Vitória, onde se vendiam 50 alqueires do material a 8\$000 (oito mil-réis), o dobro do custo de produção; e para Campos, onde a cal era vendida a 12\$000 (doze mil-réis). A matéria-prima era retirada das ostreiras, colinas abandonadas formadas de conchas³².

As informações registradas por frei Vicente Salvador e por Saint-Hilaire sobre os montes de cascas de ostras e a referência à retirada de material dessas ostreiras – que hoje denominamos sambaquis – para a produção de cal vêm apenas corroborar a tese de Sylvio Fróes Abreu segundo o qual as caieiras do Rio de Janeiro também se serviram desses depósitos. A prática teria se dado na Ilha do Governador; na estrada do Piaí, no bairro de Sepetiba e em Jacarepaguá, em locais indicados pela toponímia, como o caminho da Caieira³³.

Segundo a arqueóloga Maria Beltrão, o Sambaqui das Pixunas, datado entre 1500 d.C. e 1550 d.C., localizado na Praia Grande, em terreno pertencente à Marinha, onde atualmente funciona o Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo³⁴, bairro da Freguesia, teve grande parte de seu material retirado para a atividade caieira, ratificando o estudo de Sylvio Fróes de Abreu³⁵.

A cal também podia ser aplicada na agricultura para fertilização das terras e controle da acidez do solo. Desde 1833 *O Auxiliador da Indústria Nacional* já abordava o tema. O artigo traduzido do *Journal des Connasissances Usuelles* ensinava a misturar ervas parasitas à cal viva em pó de modo a se obter estrume de boa qualidade³⁶.

Em 1836, discutiam-se naquele periódico os diferentes tipos de cal de pedra, os modos de diferenciá-los, composição, fontes para obtê-la, propriedades e até mesmo sua aplicação em países europeus. O emprego da cal como adubo teria começado com sucesso na municipalidade de Berquet, na França³⁷. Embora se afirmasse que o uso como fertilizante não era muito adotado, no ano seguinte novamente se recomendava na imprensa a mistura de cal a ervas nocivas para produção de estrume³⁸.

O assunto parece ter sido motivo de interesse, já que foi abordado em uma série de artigos durante o ano de 1862 na referida revista *O Auxiliador da Indústria Nacional*³⁹. Os artigos tratavam dos diversos usos de calcários nas artes e na agricultura. A cal, resultado da calcinação de calcários, foi comentada especificamente nas edições de abril e maio. Foram analisadas as principais aplicações do material, quais sejam, nas construções, para composição de argamassas e na agricultura:

A cal tem empregos mais úteis do que os próprios calcários. Ela serve de adubo e de estrume, destrói as más ervas e suas sementes, aniquila as moléstias das sementes úteis e sanifica as terras pantanosas⁴⁰.

Julgou-se o assunto “tão importante para a agricultura” que foram descritos os processos de “caldeagem” – mistura de terra com cal – usados em outros países para fertilização dos terrenos: na França, na Inglaterra e na Alemanha. A cal servia como estrume, adubo e estimulante. Como estrume por ceder às plantas “o princípio calcário”; como adubo por modificar mecanicamente a consistência da terra, e como estimulante por produzir efeitos químicos que resultavam em agentes nutritivos para destruir insetos e substâncias nocivas⁴¹.

A má aplicação da cal nas terras poderia esterilizar o solo. Por isso se explicava cuidadosamente como proceder, referindo-se a quantidades, períodos e métodos de “caldeagem”. De maneira geral, tratava-se principalmente da cal de pedra, mas também se admitia o emprego de conchas, mariscos e ostras como adubo de terras no estado natural, depois de reduzidos a pó, ou queimados e transformados em cal. A fonte desses materiais em alguns locais eram os bancos de moluscos fósseis, encontrados nas vizinhanças do mar e no interior das terras, similares aos da Ilha do Governador, e que “reduzidos a cal servem como a cal de pedra e têm efeitos idênticos, mas quase sempre os empregam no estado natural depois de reduzidos a pó⁴²”.

O *Jornal do Agricultor* também dedicou algumas páginas para abordar a aplicação da cal⁴³. Mas acabou reconhecendo que o modo de empregá-la convenientemente ainda era pouco conhecido dos agricultores, reforçando que predominava o uso para fins de construção civil⁴⁴. Além disso, a cal costumava ser classificada como material de construção nas estatísticas referentes às casas de comércio, conforme veremos adiante.

Por outro lado, no fim do século XIX, havia outra possibilidade para o emprego da cal: a higienização. Esse foi o recurso utilizado pela empresa de esgotos, Companhia City Improvements, que, em 1896, afirmava possuir uma grande fábrica de cal na ilha de Brocoió, integrante do arquipélago de Paquetá, onde produzia cerca de 500 toneladas de cal por mês para seu serviço de desinfecção⁴⁵.

Em consulta às escrituras de chãos, chácaras e terras do Recôncavo da Guanabara passadas nos séculos XVII, XVIII e nas primeiras décadas do XIX, em um universo de 25 documentos, pudemos identificar apenas três referências à produção de cal⁴⁶. A primeira data de 23 de julho de 1745 e diz respeito à compra de terras na Ilha Seca, nas proximidades do atual bairro da Ribeira, perto do saco do rio Jequiá. A terra vendida a 180\$000 (cento e oitenta mil-réis) incluía casas de vivenda cobertas de palha, árvores de fruto e um armazém para receber cal⁴⁷.

Outra referência à produção de cal foi encontrada em escritura de venda de benfeitorias de um sítio em terras foreiras aos monges beneditinos, de 19 de novembro de 1784. Foram pagos 275\$000 (duzentos e setenta e cinco mil-réis) por casas de vivenda cobertas de telha, armazém de recolher cal também coberto de telhas, e árvores. O comprador deveria arcar ainda com o foro anual de 4\$000 (quatro mil-réis)⁴⁸.

Por fim, localizamos outra escritura de benfeitorias de sítio foreiro aos beneditinos situado na Ponta de Mãe Maria, extremo ocidental da Ilha, atual bairro do Galeão. A escritura, de 15 de maio de 1811, menciona uma casa de vivenda coberta de telha, armazém de guardar cal coberto do mesmo material, 20 cabeças de vaca com suas crias, um touro e oito escravos⁴⁹.

Monsieur Pizarro, no início do século XIX, fez breve comentário acerca da produção de cal na Ilha: “[...] alguns se ocupam no fabrico de caieiras, servindo-se para isso da casca do marisco [...]”⁵⁰. Na década de 1820, anúncios de vendas indicavam o que se podia encontrar e o que se valorizava em um sítio na Freguesia da Ilha do Governador ou em suas proximidades. A referência à produção de cal era comum. Vejamos alguns deles:

Vende-se um sítio na Ilha do Governador na ponta de Tubiacanga beira-mar, famoso para usar de caieiras e pescaria, boa casa de telha, quem o quiser dirija-se às Flecheiras na mesa Ilha, na casa de Francisco da Cruz Franco⁵¹.

Quem quiser comprar um sítio com bastantes enxertos, de várias qualidades de frutas do país, e de fora, sito na ponta da Ribeira da Ilha do Governador, com boa casa de vivenda, e bom terreiro de caieira, ou fábrica de rede, que também se vende com alguns escravos, e embarcações, ou sem escravos, e sem barcos, de qualquer das formas, procure na rua de Valongo, junto aos quartéis da polícia n. 1, a casa de José Francisco Pereira⁵².

Arrenda-se na Ilha do Boqueirão, que é situada junto à Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador, e distante desta cidade 8 léguas: a qual tem terreno para ocupar 50 escravos, grande casa de vivenda, com seu jardim a frente, e senzalas para os ditos escravos, tudo coberto de telha, tem muitas árvores frutíferas e principalmente coqueiros da Bahia, é muito abundante de água, [...] porém o principal rendimento além de outros artigos, faz-se em capim e cal; quem a pretender dirija-se à rua Formosa da Cidade Nova, n 57⁵³.

Do mesmo modo, na década de 1830 também se vendiam sítios na Ilha do Governador, tendo a possibilidade de produção de cal como um de seus atrativos:

Vende-se na Ilha do Governador, ao pé da ponte da Ribeira, dois sítios, com muitas plantações de café e fruta, com uma boa casa coberta de telha e dois barcos que carregam cada um 8 moios de cal; quem o pretender dirija-se à rua dos Ourives n. 192⁵⁴.

Vende-se um sítio na Ilha do Governador, em terras do Major Alexandre Alves Pereira, com largueza suficiente para toda qualidade de plantações, e com muitos arvoredos de laranjeiras, e cafés, bananeiras, casa de vivenda, de telha e dita de farinha, roda, e forno, muito boa mandioca plantada, bom porto para fazer cal, e para pescadores, usar do seu officio; quem a pretender queira procurar na casa n 12 rua de S. Pedro da Cidade Nova⁵⁵.

Embora estes recortes indiquem apenas a presença da atividade caieira na freguesia, sem fornecer maiores detalhes do processo produtivo, é interessante notar que a disponibilidade de local para se produzir o material de construção era um fator de valorização da terra, e que esta era negociada nas freguesias centrais da cidade.

Dessas informações, pudemos verificar que a atividade caieira na Freguesia da Ilha remonta ao século XVIII e que, ao contrário do Oitocentos, também foi desenvolvida na parte oeste da Ilha. Não são mencionados fornos de cal, do que podemos inferir que a calcinação das conchas coletadas até as primeiras décadas do século XIX era realizada conforme a descrição dos viajantes e cronistas, isto é, queimando-se o material coletado e a lenha sobrepostos diretamente no chão, nas proximidades da praia.

As conchas poderiam, portanto, ser obtidas não só em áreas da própria freguesia como nas cercanias da Baía de Guanabara, retirando-se tanto de depósitos conchíferos artificiais quanto em fontes naturais, a exemplo do rio Iriri, fonte já conhecida pelos produtores de cal, como relatou John Luccock.

Tratamos, portanto, de uma produção cuja matéria-prima era abundante e de fácil acesso nas proximidades da cidade do Rio de Janeiro, registrada por

conhecidos viajantes do século XVIII e que originou diversos topônimos no território brasileiro, a exemplo da praia da Cal, na cidade de Torres, no Rio Grande do Sul; Caieira da Barra do Sul, comunidade de Florianópolis, em Santa Catarina; Ilha das Caieiras, bairro de Vitória, no Espírito Santo; praia Forno de Cal, em Itamaracá, Pernambuco, e Caieiras, município do Estado de São Paulo.

2.3 Trabalho e técnica: a produção de cal na segunda metade do Oitocentos

Importante descrição acerca do processo de fabricação de cal de concha pode ser encontrada em artigo de José Américo Santos⁵⁶. Ele relata sua visita a uma caieira situada em “uma das ilhas da Baía de Guanabara” em 1877. José Américo sustenta que na cidade do Rio de Janeiro utilizavam-se cascas de ostras e de variadas conchas, situadas em depósito no mar, as coroas; ou mesmo conchas secas, encontradas ao longo da costa. Em outras partes do Brasil, afirmou, não era raro o uso de corais e, principalmente no interior, de pedras calcárias⁵⁷.

A exposição de José Américo é bastante detalhada, informando o tamanho do edifício que abrigava o forno e os tanques de água para apagar (hidratar) a cal, as dimensões destes, os objetos usados na fábrica, a proporção de marisco e carvão de pedra, entre outros. Todo o processo, incluindo fabricação e transporte, era realizado por um feitor ou mestre, um maquinista e vinte escravos.

A extração do marisco (conchas e cascas de ostras) era feita por dois barcos munidos de dragas de colher tocadas por guinchos. Cada embarcação era conduzida por quatro escravos, que deveriam entregar no cais nove metros cúbicos de mariscos (9.000 litros), exceto em dias de temporal e ressaca, quando trabalhavam em outros serviços.

O material era descarregado dos barcos e reunido em um terreiro em grandes montes. Destes, com enxadas, os escravos retiravam oito volumes de marisco e misturavam com um volume de carvão de pedra, formando montes menores de cerca de 390 litros. Em seguida, a mistura era conduzida em cestos, na cabeça dos escravos, para os fornos, que já deveriam conter a lenha para acender o fogo.

O fogo permanecia aceso por 24 horas, alimentado por oxigênio proveniente de ventilador movido por máquina a vapor. Após a queima, a cal virgem produzida era apagada (hidratada) com regadores. Os pedaços de ostras e conchas não calcinados eram retirados, e a cal permanecia no depósito até seu carregamento. Oito escravos, divididos em dois barcos, se encarregavam do transporte da cal para a cidade. Essas embarcações suportavam até 15 metros cúbicos de cal (Imagem 3).

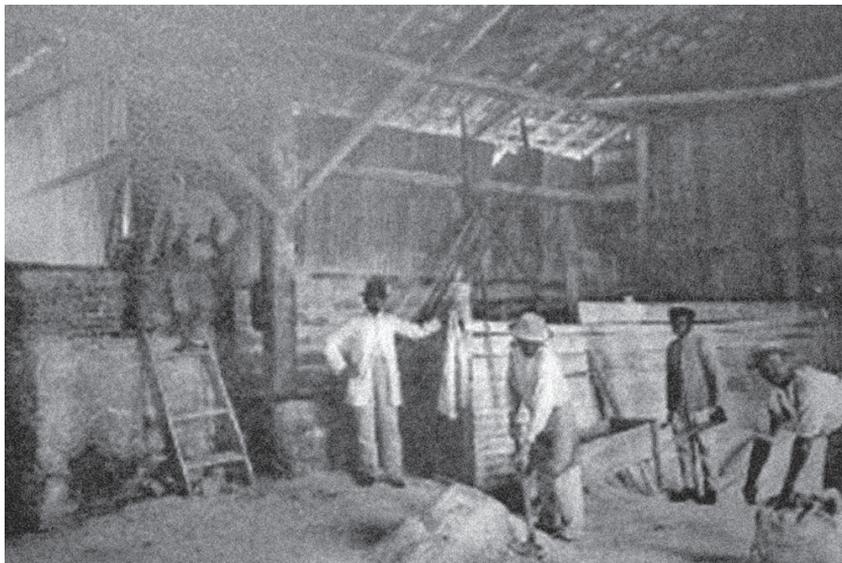


Imagem 3. Interior de fábrica de cal no Espírito Santo (1916)⁵⁸.

O litro da cal era vendido por cerca de 13 a 14 réis, se fornecida em grandes quantidades. Em pequenas quantidades, o preço chegava a dobrar. Para a fabricação de 300 metros cúbicos (300 mil litros) de cal, capacidade mensal da fábrica visitada, foram consideradas despesas com mão de obra, combustível, manutenção de edifícios, barcos, impostos, totalizando 3:020\$000 (três contos e vinte mil-réis). O custo do metro cúbico (1.000 litros) foi então estimado em 10\$067 (dez mil e sessenta e sete réis), aos quais se somaram 933 em benefício do dono da fábrica, chegando-se a 11\$000 (onze mil-réis) por metro cúbico, ou seja, 11 réis por litro de cal.

O cálculo de José Américo aponta para dois dados que nos interessam especialmente: a soma mobilizada (3:020\$000) e os lucros obtidos (279.900 réis) na produção no período de 30 dias. Números modestos que, embora digam respeito a uma ilha não identificada da Baía de Guanabara, nos permitem uma visão bastante próxima de uma das mais importantes atividades da Freguesia da Ilha do Governador⁵⁹.

Detendo-se especificamente sobre a produção na Ilha do Governador, Antônio Estevão da Costa e Cunha registrou relevantes informações acerca da produção de cal em período anterior (1870) ao de José Américo. Segundo ele, a maioria das caieiras estava situada na parte leste da Ilha, onde as embarcações tinham mais facilidade para carga e descarga⁶⁰. Pudemos confirmar essa informação em consulta ao *Almanak Laemmert* (Quadro 2 e Imagem 4).

Quadro 2. Localização de fábricas de cal na Freguesia da Ilha do Governador⁶⁴.

Localização de caieiras na Ilha do Governador (1870)	
Caieiro	Localização
Antônio Leal Goulart	Pitangueiras
Antônio da Cunha Pereira	Praia das Pitangueiras
Caetano Alves de Paula Paiva	Cabaceiro
Domingos José Rosa	Praia do Zumbi
Emília Rosa Corrêa Guedes	Praia Grande da Ilha
Francisco Antônio Bittencourt	Praia da Ribeira
Francisco Antônio Leite	Praia da Engenhoça
Francisco José do Nascimento	Praia do Zumbi
Felizarda Maria da Silva Rosa	Praia da Freguesia
João Coelho da Silva	Praia do Quilombo
João Pires Ribeiro de Moraes	Praia do Boqueirão
João Francisco Rosa	Praia da Ribeira
Joaquim Pereira Alves de Magalhães	Praia da Freguesia
Maria da Gloria Borba	Pitangueiras

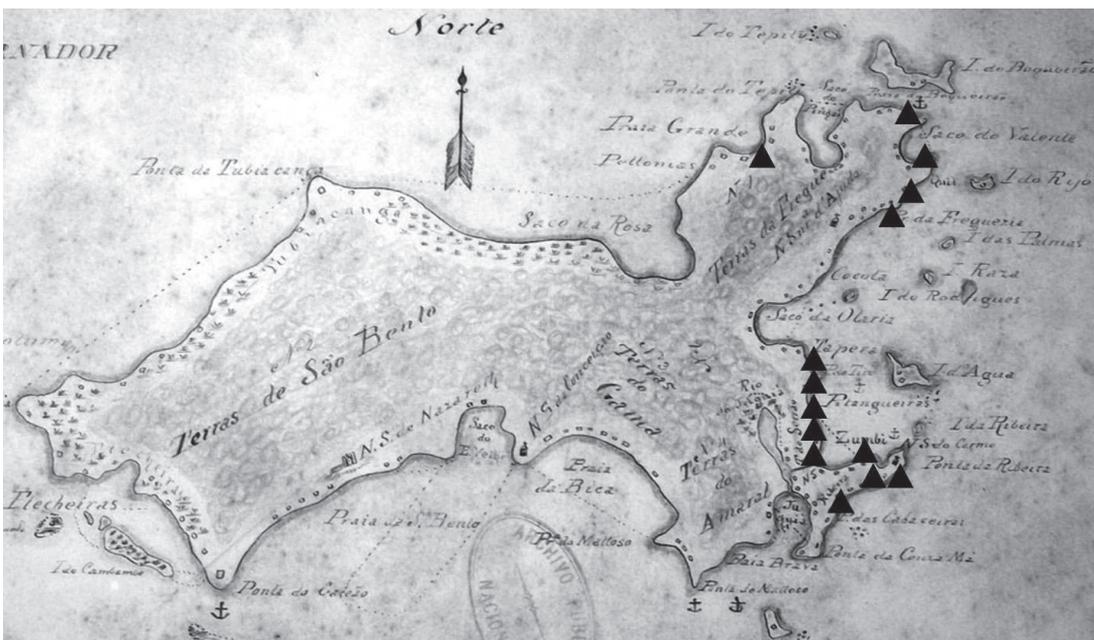


Imagem 4. Localização das fábricas de cal na Ilha do Governador em 1870⁶⁵.

Analisando a localização das caieiras da Ilha do Governador durante toda a segunda metade do século XIX, verificamos que, de fato, havia uma preferência pelo litoral leste, muito provavelmente em virtude da maior facilidade de acesso por parte das embarcações. A fábrica de cal que mais se aproximou da parte ocidental da ilha foi a de Maria Isabel Rosa do Amaral, também identificada como viúva Amaral, localizada na Fazenda de São Sebastião, entre o Saco do Jequiá e a Ponta do Matoso⁶¹.

Da fábrica situada no Saco de Olaria, atualmente aterro do Cocotá, temos o primeiro registro em 1876, sob a administração de Rocha & Carrilho⁶². Posteriormente, o funcionamento da fábrica ficou a cargo de Joaquim Augusto Carrilho⁶³. Esse prédio foi representado em mapa e em fotografia no século XX. (Imagens 5 e 6)

Quanto às fábricas situadas na Praia do Zumbi, temos registro da Companhia Caieira Zumbi, constituída em 1891 com capital de 10:000\$000 (dez contos de réis) tendo como presidente o comendador Ricardo Ferreira de Carvalho⁶⁶.

O funcionamento dessas fábricas não parecia variar muito. Primeiramente havia uma “calcinação grosseira de fragmentos das conchas”; por volta das 5 ou 6 horas da manhã, as “barcas da casca” saíam rumo à coroa, local no mar próximo a rochedos. Utilizando uma “cangola”, cujo cabo media de quatro a cinco metros, semelhante a uma enxada, três ou quatro escravos raspavam a superfície da área no leito do mar “conservando o cabo em uma direção perpendicular à superfície das águas”, deixando “correr a água pelos orifícios que se acham na folha da cangola” e tornavam a mergulhar o instrumento. O procedimento era repetido exaustivamente até cerca de 2 horas da tarde, quando as cascas eram trazidas e depositadas em “montículos em frente à fábrica” a fim de secarem⁶⁷.

Após a mistura com carvão mineral, eram levadas para a queima em fornos. Para auxiliar a operação, utilizava-se um ventilador, movido por uma pequena máquina a vapor, estabelecendo uma corrente contínua de ar para não faltar o oxigênio necessário à combustão do carvão. Feita a calcinação, retirava-se o produto dos fornos, deixava-se que esfriasse e depois se misturava água proporcionalmente a seu volume para hidratação. Depois de pronta, a cal era comercializada na Corte, em Niterói e nos subúrbios⁷⁰.

Costa e Cunha ressaltou que o procedimento em 1870 era grosseiro e resultaria em produto com apenas 50% de cal. Os recursos utilizados não pareciam variar muito: uma casa para os fornos; uma casa menor com máquina; um barco para conduzir a cal, munido de velas quadrangulares e com capacidade para 200 a 300 alqueires, isto é, cerca de 1.666 a 2.500 litros; dois ou três barcos mais simples para a extração das conchas; as cangolas e outros instrumentos de ferro. O pessoal necessário incluía um feitor ou



Imagem 5. Detalhe de mapa da Ilha do Governador em 1922. Parte Oriental⁶⁸.

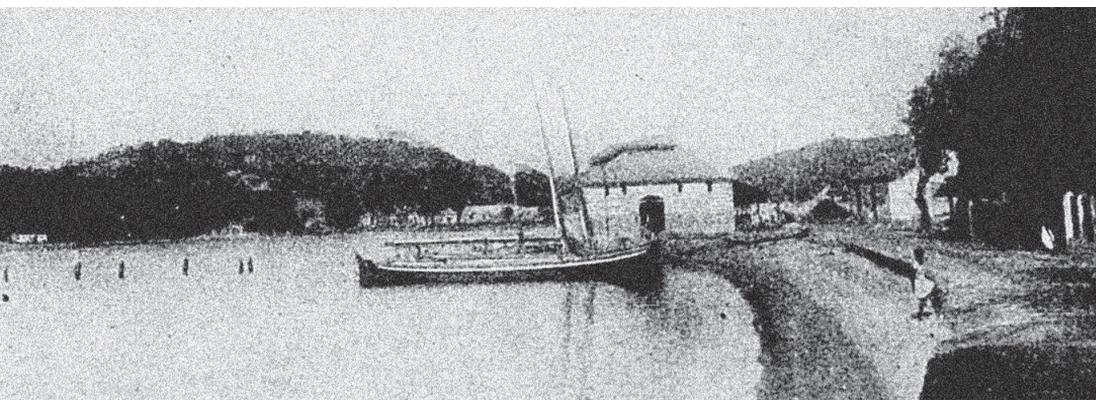


Imagem 6. Caieira situada no Cocotá. Foto de 1931⁶⁹.

administrador e de 8 a 30 operários, que normalmente eram escravos do fabricante⁷¹.

Considerando que 300 alqueires equivalem a cinco moios de cal⁷², um anúncio de 1858 confirma as proporções das embarcações utilizadas para o transporte de cal descritas por Costa e Cunha:

Vende-se um barco grande de dois mastros, em muito bom estado, próprio para andar em rios por ser de fundo de prato, e nada em muito pouca água, carrega 5.000 tijolos ou 6 moios de cal: na ilha do Governador, praia do Zumby, junto à fábrica de sabão⁷³.

Embora Costa e Cunha afirme que o uso de fole no lugar do ventilador movido por máquina a vapor fosse uma prática de “antigamente”, o ofício de 22 de novembro de 1865 do fiscal e produtor de cal na freguesia Joaquim Pereira Alves de Magalhães informa à Câmara Municipal a existência de quatro fábricas que utilizavam o mecanismo, demandando intensa força de braços, uma prática não tão distante no tempo, como anotou Costa e Cunha 1870⁷⁴. Considerando que o forno de cal ficava aceso durante horas para a calcinação das conchas, e que quanto mais oxigênio melhor a combustão, o uso do fole significaria a mobilização de escravos por longo período em um trabalho um tanto penoso.

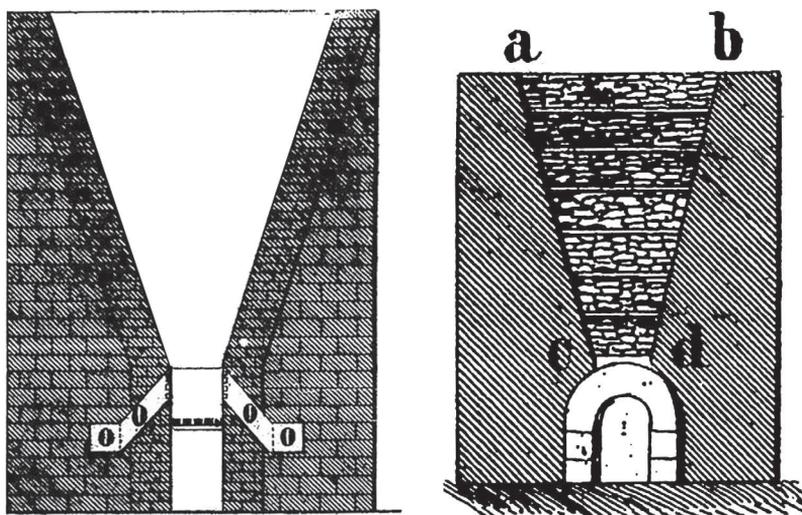
O uso do fole certamente não era uma prática de Antonio da Cunha Pereira, caieiro e negociante na Ilha do Governador. Em 1861 ficaram prontas duas máquinas de alta pressão e força de 24 cavalos, com “competentes ventiladores, movimento, encanamento de ferro fundido e de cobre, válvulas, torneiras, indicadores e mais pertencas” para sua fábrica de cal e para a de outro caieiro em Paquetá⁷⁵.

Cezar Honorato e Geraldo de Beauclair, ao tratarem da indústria da cal de marisco no período de 1834 a 1860 em Niterói, ressaltam que esta foi, ao lado das olarias e serrarias, o sustentáculo do setor da construção civil da província. Acerca dos procedimentos de fabricação, afirmam que – e para isso lançam mão da análise de Carlo Cipolla⁷⁶ – este ramo da indústria não apresentou significativos melhoramentos por longo período na Europa, o que confirma o bom nível técnico da produção, acompanhando países que já haviam se industrializado⁷⁷.

Por outro lado, essa não parecia ser a situação mais recorrente no Município Neutro e arredores, uma vez que, em 1856, o *Auxiliador da Indústria Nacional* criticou abertamente aspectos da técnica aplicada nas caieiras da Corte. O artigo, que se dedicava à descrição de fornos para produção de cal de pedra, reserva extensa nota para comentar que os fornos cilíndricos utilizados nos “muitos pontos das ilhas e praias da Bahia desta corte” produziam apenas um moio de cal, uma quantidade “insignificante” que demandava um grande

número deles. Não bastasse isso, reprovou o emprego de foles por exigir muitos operários em um trabalho extenuante e insalubre. A sugestão seria aplicar fornos de calcinação contínua maiores com algumas adaptações⁷⁸ (Imagens 7 e 8).

A preocupação em incentivar um método eficiente para a fabricação de cal não era recente. Desde 1838 a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional⁷⁹ propunha, entre diversas recompensas para inventores e para aqueles que desenvolvessem objetos da indústria, um prêmio de 25 mil-réis a quem provasse fabricar mais de dois moios de cal de pedra⁸⁰.



Imagens 7 e 8. Fornos para produção de cal de pedra que poderiam ser usados na calcinação de conchas e mariscos⁸¹.

A fabricação da cal exigia intensa força braçal, e, para tal, empregava-se majoritariamente mão de obra escrava. Era preciso recolher os mariscos, carregá-los, misturá-los, levá-los ao forno, adicionar água e conduzi-los para a venda. O trabalho com um material em pó certamente gerava uma série de doenças respiratórias e dermatoses, além dos problemas decorrentes do esforço repetitivo e da exposição ao sol por longos períodos, mas disso não encontramos referências. As principais marcas do trabalho na caieira eram de outra ordem, como informa o anúncio do *Correio Mercantil* de 1860:

Fugiu da Ilha de Paquetá, Ponta da Ribeira, fábrica de cal, três pretos e um pardo, este de nome Benedito, estatura baixa, com um pequeno sinal no

nariz, barba cerrada, costuma andar calçado e intitula-se forro; e aqueles: Luiz, crioulo, estatura baixa com sinais de caieiro; Felisberto, estatura regular, magro de corpo, com falta de dentes na frente, também queimado da cal. Quem dos mesmos der notícia na fábrica acima, ou na travessa de Santa Rita n. 10, receberá alvissaras⁸².

O que seriam “sinais de caieiro”? A própria publicação indica: queimaduras da cal. Estas seriam resultado do contato com a cal viva, material corrosivo produzido da calcinação das conchas. As queimaduras podem ter ocorrido no momento da retirada do produto dos fornos, durante a mistura do material com água ou mesmo por ocasião do seu transporte.

Gilberto Freyre em seu livro *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, ao analisar notícias de cativos fugidos, identificou diversos “casos de deformação profissional das mãos, dos pés, da cabeça e do corpo”, ressaltando ainda a existência de “(...) negros com os dedos dos pés torcidos por serem amassadores de cal e a cal lhes ter aberto feridas e comido os dedos (...)”⁸³.

O uso da expressão “sinais de caieiro” aponta para o que já era uma característica de tão recorrente, algo próprio do ofício, queimaduras com o produto do trabalho. Lembrando-nos do método empregado na Ilha do Governador, o mais provável é que tais incidentes tenham sido muito frequentes nessa freguesia; no entanto, essas ocorrências dificilmente receberiam destaque na imprensa.

Por outro lado, o perigoso e rudimentar desembarque da cal mereceu a atenção do viajante Thomas Ewbank. O americano que esteve na cidade do Rio de Janeiro durante o ano de 1846 ficou impressionado com a desenvoltura dos trabalhadores no carregamento do material:

A cal do Rio é feita de conchas retiradas da baía e naturalmente apresenta-se em pó. Vejam aquela falua, barco ligeiro de um mastro apenas, ancorada a cerca de quinze metros da Praia da Glória. Abarrotada de cal e dançando sobre a maré, está desembarcando sua carga. O escravo que se vê em sua proa, mantendo-a junto à praia com uma longa vara de bambu, é o capitão; o outro, que se encontra sobre o alcatrate, erguendo o pó na lâmina de uma enxada, é seu estivador. Observem aqueles quatro pretos levando na cabeça caixas de chá vazias e caminhando através da água em direção do barco, enquanto numerosos outros voltam para a praia com caixas cheias. Como se movem firmemente, num lugar onde as ondas fariam cair qualquer pessoa estranha ao serviço! A água chega às axilas daquele que está erguendo sua carga na beirada do barco, mas vejam como, quando ele se volta e rompe aquela onda que recua, a água bate até seus olhos. Agora, porém, ele surge gotejante, sobe para a praia, e cruzando a rua, esvazia sua

caixa no estabelecimento vendedor de materiais de construção. Ao mesmo tempo, oito ou dez outros fazem o mesmo, mantendo a enxada (usada em lugar da pá) em constante movimento⁸⁴.

Thomas Ewbank também chama a atenção para os trajes dos trabalhadores, inapropriados para o tipo de trabalho, que os obrigam a improvisar uma proteção do “cáustico pó”:

Seus trajes são muito primitivos em comparação com os dos trabalhadores de nossos portos. Alguns vestem, como os capitães das embarcações, camisas sem mangas e saias. Outros usam um saiote que não chega aos joelhos e nem é fechado embaixo. Outros dois têm aventais, não mais longos que os aventais comuns. Alvas como a cal que contém, as caixas contrastam violentamente com seus pedestais móveis, enquanto estes aumentam de altura, quando se aproximam da praia e chegam quase a desaparecer quando vão até a falua. Um deles, enquanto sua caixa está sendo cheia, mergulhou a cabeça na água e lavou-se. Em seguida, raspou parte do avental e colocou-a sobre os ombros, para protegê-lo do cáustico pó. A cena inteira parece extraordinária, embora seja aqui perfeitamente comum. A cabeça dos homens está tão branca de cal que faz lembrar uma couve-flor sobre um saco de carvão⁸⁵.

Não era só o contato com a cal que oferecia riscos aos trabalhadores. A extração da cal também podia ser perigosa, como demonstra o acidente ocorrido no período pós-abolição, representando um dos perigos a que sempre estiveram expostos os escravos caieiros:

Anteontem à tarde soçobrou um barco em frente à ilha do Governador. Era ele tripulado por quatro marinheiros que estavam extraindo cascos de mariscos para a fábrica de cal pertencente a Vicente Lúcio de Carvalho, de quem eram empregados. Três dos tripulantes salvaram-se, perecendo, porém, afogado o de nome Alfredo Dias dos Santos, de cor preta, de 20 anos de idade. A autoridade local tomou conhecimento do fato⁸⁶.

A disponibilidade de conchas ficou cada vez mais difícil na cidade no correr do século XIX, o que pode ter levado à coleta em locais cada vez mais distantes e, conseqüentemente, a maior possibilidade de sucesso na fuga. O mais frequente, contudo, parece ter sido a extração de conchas em locais próximos – o que permitia maior controle sobre a mão de obra –, como indicam os ofícios produzidos pela Capitania do Porto da Corte e Província do Rio de Janeiro ao presidente da Câmara Municipal na década de 1860, solicitando providências quanto à retirada de conchas de maneira irregular na freguesia de Paquetá. O ato configurava infração segundo o Código de

Posturas e alegava-se causar dano a edificações, formação de poços nas praias e acidentes nos banhos⁸⁷.

No início do século XX, o agente Antonio Moreira dos Santos Andrade também solicitou providências ao Diretor Geral de Polícia, Administração, Arquivo e Estatística, visto que os empregados das caieiras, cientes das limitações de sua ação, retiravam moinhas ilegalmente das praias. O agente argumentava que se via impossibilitado de fazer algo além de obrigá-los a despejar no mesmo local a casca apreendida em flagrante e solicitava aplicação de multa aos infratores, do contrário a prática levaria ao desaparecimento das “belas praias das ilhas de nossa Baía, como tem acontecido à maior parte das ilhotas⁸⁸”.

Para o engenheiro José Américo, a fabricação de cal de marisco caminhava para a decadência, e afirmava isso não pela diminuição da matéria-prima, mas por causa das vantagens da cal de pedra e, principalmente, da generalização do uso de cimento Portland⁸⁹. De todo modo, ainda que a quantidade de fábricas tivesse diminuído na freguesia, em 1877 doze delas continuavam em funcionamento, número elevado se levarmos em conta a cidade do Rio de Janeiro.

2.4 Ilha caieira: unidades de produção e fabricantes insulanos

As fábricas de materiais de construção não eram muito numerosas frente ao parque industrial do período. Segundo Eulália Lobo, para os anos de 1856 e 1857, das 1.346 unidades presentes no Brasil, 48 pertenciam ao ramo que incluía produção de cal, vidros e cerâmicas. Representavam apenas 3,56% do total de unidades, e a maior parte (30) tinha isenção de impostos, benefício geralmente dado àquelas que possuíam pouco capital e que necessitavam de proteção oficial. Das 48 fábricas identificadas, 19 eram de cal, uma era de vidro e 28 eram olarias. Destas últimas, 18 tinham menos de 1:000\$000 (1 conto de réis) de capital. Todas as fábricas de cal mapeadas tinham isenção⁹⁰.

Os números não variaram muito nos anos seguintes. Quanto às caieiras, todas permaneciam isentas de impostos nos anos de 1858 e 1859⁹¹. Contudo, no que diz respeito aos armazéns de cal, já não podemos falar dessa dispensa. Dos três identificados nesse mesmo período, todos pagavam imposto na razão de 20% do valor locativo, isto é, desembolsavam 100\$000 (cem mil-réis)⁹².

A cal produzida nas ilhas e nos arredores da Baía de Guanabara era comercializada nas freguesias centrais da Corte. Quem estivesse interessado na compra do material poderia encomendá-lo no Arco do Telles; na Travessa do Comércio; na Rua Direita, 163; no Beco das Escadinhas, n° 4; na Rua do Hospício, n° 56; Rua Dom Manoel n° 8; Rua da Quitanda n° 88; Rua do

Carmo, nº 41; Rua São Bento, nº 50 e Rua São Pedro, nº 86, onde funcionava o escritório geral das fábricas em 1865⁹³ (Imagem 9).

CAL DE MARISCO

Escritório geral das fabricas de cal no Rio de Janeiro, rua de S. Pedro n. 86, sobrado.

Imagem 9. Anúncio de cal de marisco em outubro de 1865⁹⁴.

O número expressivo de caieiras na Ilha do Governador fica evidente principalmente se comparado ao de outras freguesias. Tomando-se o ano de 1861, quando a Ilha do Governador teve o maior número de unidades produtoras, a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá tinha apenas uma; a de Senhor Bom Jesus do Monte de Paquetá possuía doze; as freguesias de São Lourenço e de São Gonçalo, da Vila de Niterói, contavam com quatro e três respectivamente; a Freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio apresentava uma⁹⁵ (Quadro 3).

Esses dados foram obtidos a partir do *Almanak Laemmert*, periódico que, como já indicamos anteriormente, trazia informações diversas sobre a Corte, incluindo serviços públicos e privados, dados sobre a administração do Império e seus titulares em mais de mil páginas por exemplar.⁹⁶ Ter o nome registrado nesse Almanaque era sinal de *status*, como apontou Machado de Assis no romance *Iaiá Garcia*, quando escreve que o personagem Jorge advogava o mínimo possível, “apenas o bastante para ter o nome no portal do escritório e no *Almanak Laemmert*”⁹⁷.

A pista deixada por Machado nos ajudou a compreender as indicações “trabalha” e “não trabalha”, encontradas no período de 1872 a 1879, na seção “Fábricas de cal” da Freguesia da Ilha do Governador. Referências também presentes em outras indústrias da localidade, a propriedade de um estabelecimento fabril, especialmente de uma caieira, constituía motivo de distinção social, o que nos levou a computar todos os registros encontrados.

Se considerarmos toda a segunda metade do século XIX, ainda que faltem dados para alguns anos, veremos que a freguesia que mais se aproximava da Ilha do Governador quanto ao número de caieiras era a de Paquetá, principalmente na década de 1870, quando aquela teve uma redução na quantidade de fábricas (Quadro 3).

Havia duas caieiras que produziam cal de pedra, uma em Barra do Piraí e outra em Desengano, mas seu alto preço a colocava em posição de desigualdade com a cal produzida a partir de mariscos e tornava inviável sua venda na Corte. O maior obstáculo era o preço com o frete⁹⁸. Houve, porém, quem culpasse os impostos, como esclarece em nota o caieiro que “querendo

Quadro 3. Caieiras na província do Rio de Janeiro¹⁰⁰.

CAIEIRAS NO RIO DE JANEIRO								
Ano	F. N. Sra da Ajuda	F. de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá	F. Senhor Bom Jesus do Monte de Paquetá	F. São Lourenço dos Índios (Niterói)	F. São Gonçalo (Niterói)	F. N. Sra do Amparo (Barra Mansa)	F. S. Francisco Xavier (Itaguaí)	F. N. Sra. da Assunção de Cabo Frio
1852	11	*	*	*	*	*	*	*
1853	11	*	*	*	*	*	*	*
1854	11	*	*	*	*	*	*	*
1855	13	*	*	*	*	*	*	*
1856	13	*	*	*	*	*	*	*
1857	18	*	*	*	*	*	*	*
1858	17	*	*	*	*	*	*	*
1859	18	1	10	3	3	*	*	2
1860	18	1	11	3	3	*	*	2
1861	20	1	12	4	3	*	*	1
1862	19	1	12	4	3	*	*	5
1863	19	1	12	4	3	*	*	3
1864	19	1	12	4	3	*	*	4
1865	19	1	11	3	3	*	*	3
1866	19	1	9	3	3	*	*	3
1867	19	1	10	3	3	*	*	3
1868	19	1	10	3	3	*	*	3
1869	17	1	10	3	3	*	*	3
1870	17	*	10	3	3	*	*	2
1871	17	*	9	1	3	*	*	2
1872	17	1	10	3	2	*	*	*
1873	15	1	11	3	2	*	*	*
1874	13	1	11	3	1	*	*	*
1875	12	1	11	3	3	*	*	5
1876	14	1	12	3	4	*	*	3
1877	14	1	13	2	5	*	*	3
1878	15	*	12	2	5	*	1	3
1879	14	1	13	2	5	1	1	3
1880	*	1	12	2	5	*	1	*
1881	*	*	12	*	*	*	*	*
1882	*	*	11	*	5	*	*	6
1883	15	*	11	*	6	*	*	7
1884	15	*	11	*	*	*	*	*
1885	14	*	11	*	*	*	*	7
1886	13	*	11	*	*	*	*	*
1887	13	*	11	*	*	*	*	*
1888	14	*	12	*	*	*	*	*
1889	14	*	13	*	*	*	*	*

* Não foram encontradas informações.

dar maior saída à sua produção, procurou exportá-la para o Rio de Janeiro, mas teve de desistir, por absorver-lhe o imposto provincial quase todo o lucro de sua indústria⁹⁹”.

Mas quem eram os fabricantes de cal da Freguesia da Ilha do Governador? A seguir, relacionamos aqueles que produziram cal na Ilha entre 1861 e 1900, bem como identificamos a localização de suas caieiras. Poucos foram os dados obtidos sobre fábricas de cal da Ilha do Governador referentes à última década do século XIX. O *Almanak Laemmert* já não continha a mesma diversidade de informações na seção própria da freguesia, mas divulgava um indicador com listas nominativas dos moradores da cidade. Nesse espaço pudemos localizar a referência de pelo menos quatro caieiras em atividade (Quadro 4).

A primeira delas era conduzida por Antonio de Mattos Ferreira e estava situada na Praia do Cocotá; a segunda era administrada pela sociedade Bloch & Ornellas, cujos sócios eram Benito Bloch e Alberto Ornellas; a terceira era a Companhia Caieira do Zumbi e a quarta estava referida a Maria Silveira do Souto, se não a própria viúva, provavelmente herdeira de Francisco Dutra do Souto.

Quadro 4. Fabricantes de cal da Freguesia da Ilha do Governador (1861-1900)¹⁰¹.

Fabricantes de cal da freguesia da Ilha do Governador (1861-1900)		
Nome	Local	Atividades/anos
Anna de Carvalho Gama	Praia do Zumbi	1869-1871. De 1872-1873 “não trabalha”.
Adriano Corrêa Bandeira	-	1893
Antonio da Cunha Pereira	Zumbi (1871-1872)/Praia das Pitangueiras (1873-1888)	1861-1888, 1891
Antonio de Mattos Ferreira	Praia do Cocotá	1899-1900
Antonio Dutra do Souto Vargas	Praia do Zumbi	1888, 1891
Antonio José de Souza Gomes	Praia do Quilombo	1861-1868, 1883-1888, 1891
Antonio Leal Goulart	Pitangueiras	1861-1872
Antonio de Oliveira Bittencourt	Praia da Engenhoca	1891
Bernardo José Serrão	Ponta da Ribeira	1861
Bloch & Ornellas	Ilha do Governador	1893-1900
Caetano Alves de Paula Paiva	Juquiá (Até 1868)/Cabaceiro (1869/82)/Cousa-Má em 1883.	1861-1888. Em 1872, 1874-1879 “não trabalha”. 1891
Companhia Caieira Zumbi	Zumbi	1893-1898
Constancio José Rosa	Praia das Moças	1861-1862
Constancio José Rosa - herdeiros	Praia das Moças	1863-1868

Quadro 4 (cont.). Fabricantes de cal da Freguesia da Ilha do Governador (1861-1900).

Fabricantes de cal da freguesia da Ilha do Governador (1861-1900)		
Nome	Local	Atividades/anos
Corrêa Brandão & C.	Praia do Zumbi	1875-1879. Em 1876-1879 “não trabalha”.
Cunha Sá & C., Formicida, Companhia Guanabara	Ponta do Tiro	1891
Domingos José Rosa	Praia do Zumbi	1861-1871
Domingos Pereira Alves de Magalhães	Praia Grande	1884-1888, 1891
Eduardo Dutra do Souto	Praia do Zumbi	1888, 1891
Felizarda Maria da Silva Rosa	Praia da Freguesia	1864-1871
Francisco Antônio Bittencourt	Praia da Ribeira	1861-1887
Herdeiros de Francisco Antonio Bittencourt	-	1888, 1891
Francisco Antonio Leite	Praia da Engenhoca	1861-1879
Francisco Dutra do Souto	Praia do Zumbi	1878-1885
Francisco José do Nascimento	Praia do Zumbi	1863-1873
Francisco Pereira Bittencourt & C.	Praia do Cabaceiro	1876-1888, 1891
Guedes & Filho (Viúva)	Praia Grande	1883
João Coelho da Silva	Praia da Freguesia	1861-1862
João Coelho da Silva - herdeiros	Praia da Freguesia	1863
João Coelho da Silva Jr.	Praia do Quilombo	1861-1877.
João Francisco Rosa	Praia da Ribeira	1861-1873. Em 1872 e 1873 “não trabalha”.
João Pires Ribeiro de Moraes	Praia do Boqueirão	1863-1870
Herdeiros de João Pires Ribeiro de Moraes	Praia do Boqueirão	1871-1873
João Rodrigues Carrilho	Praia da Freguesia	1861-1883
João Rodrigues Carrilho - herdeiros	Praia da Freguesia	1884
Joaquim Augusto Carrilho	Praia do Cocotá	1883-1888, 1891
Joaquim Pereira Alves de Magalhães	Praia da Freguesia	1869-1888, 1891
José Antônio da Costa Gama	Pitangueiras	1871-1885, 1888
José Carlos Soares	-	1855-1856
Leite (Viúva) & Filho	Praia da Engenhoca	1883-1888
Manoel Ferreira de Araujo	Praia da Freguesia	1863-1868
Manoel José de Borba	Pitangueiras	1851-1852, 1861-1866
Manoel José Rosa	Praia da Freguesia	1851-1852, 1861
Manoel Leite Bittencourt	Praia da Ribeira	1883-1888, 1891

Quadro 4 (cont.). Fabricantes de cal da Freguesia da Ilha do Governador (1861-1900).

Fabricantes de cal da freguesia da Ilha do Governador (1861-1900)		
Nome	Local	Atividades/anos
Manoel Pereira de Araujo	Praia do Zumbi	1861-1862
Manoel Rodrigues Pereira Alves	Praia da Tapera	1861-1872. 1869-1871, não trabalha a fábrica.
Maria da Glória Borba	Pitangueiras	1869-1870
Maria Silveira Souto	Saco do Zumbi	1891-1900
Mattos (Viúva)	Praia do Zumbi	1883-1884
Pedro José Soares	Praia do Zumbi	1885-1887, 1891
Rocha & Carrilho	Praia do Cocotá Pequeno	1876-1879
Vicente Lucio de Carvalho	Praia do Zumbi	1872-1879, 1891
Viúva Amaral, encarregado José Lopes da Silva	Fazenda São Sebastião	1861-1862
Viúva Coelho & Gomes	Praia do Quilombo	1878-1879
Viúva Emília Rosa Correia Guedes	Praia Grande da Ilha	1861-1879. De 1873 a 1879, arrendatário seu filho Domingos Pereira Alves de Magalhães.
Viúva Maria Máxima Alves	Praia da Tapera	1872-1878, “não trabalha”.
Viúva de Luiz Pinto da Gama	Praia do Zumbi	1861-1868
Viúva de Manoel José Rosa	Praia da Freguesia	1862
Viúva Souto (Maria Silvana do Souto)	Praia do Zumbi	1886-1887

2.5 O Convênio da Cal: disputas pelo monopólio de fornecimento de cal na Baía de Guanabara.

Em 26 de agosto de 1862, um abaixo-assinado firmado por 27 fabricantes de cal foi publicado no *Correio Mercantil*. Nele se negava qualquer participação nas denúncias de favorecimento de determinados signatários do Convênio da Cal, do qual eram associados. Na lista figuraram três caieiros de Niterói, nove de Paquetá, 14 da Ilha do Governador e um mestre de embarcação em Angra dos Reis (Quadro 5).

Conforme alguns de seus artigos publicados nas páginas do *Correio Mercantil*, o convênio pretendia garantir a compra da cal pelo menos uma vez por trimestre de cada associado¹⁰². Desta forma, os caieiros garantiriam a venda de sua produção. Por outro lado, considerando que a maioria dos fabricantes de cal do Rio de Janeiro participava do convênio, o consumidor final teria menos opções de fornecedores e acabaria comprando a cal por

preços mais elevados, tendo em vista a introdução de um intermediário na aquisição do material.

As matérias sobre esse convênio foram publicadas no *Correio Mercantil* ao longo dos anos de 1862 e 1863. Os destinatários dos textos eram principalmente os próprios associados, o que indica ter sido este periódico o de maior alcance entre os fabricantes de cal das diferentes freguesias do Rio de Janeiro.

As primeiras notícias acerca da formação de monopólio no comércio da cal datam do início da década de 1850. Em 18 de janeiro de 1854, Luiz Pedreira de Couto Ferraz, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, determinou que o chefe de polícia, desembargador Alexandre Joaquim Siqueira, informasse a respeito do monopólio do comércio de gêneros na cidade, em virtude de denúncia da Câmara Municipal¹⁰³. O relatório, publicado no mês seguinte, confirmava a prática da exploração de certos produtos por pequenos grupos: ao lado da carne-seca, da farinha de mandioca, do bacalhau, do toucinho, do feijão, do arroz e do trigo estavam a cal e outros materiais de construção¹⁰⁴.

Alexandre Joaquim Siqueira reconheceu que não fazia muito tempo o preço da cal girara em torno de 9 a 11 réis, tendo subido para 20 réis se comprado por negociantes de materiais e para 21 réis no varejo. “Um negociante, filho de um dos corretores da praça” garantia a compra do material por preço pouco superior ao que os caieiros costumavam vender e determinava que o fornecimento fosse feito somente a ele, sob pena de multas, tendo inclusive dado adiantamentos em dinheiro a esses fabricantes¹⁰⁵.

O relatório do chefe de polícia apontou para uma questão que foi discutida intensamente nos anos seguintes. Diversas publicações nas décadas de 1850 e 1860 no *Correio Mercantil* trouxeram denúncias, esclarecimentos, protestos e ironias acerca de um Convênio de Cal que elevava os preços do material.

A questão foi abordada na seção “Escritório da Pacotilha”, em que o redator, sob o pseudônimo “Carijô”, comentava as cartas enviadas pelos leitores¹⁰⁷:

Vista-se no rigorismo da moda própria da estação atual, embarque-se em um seguro e veloz escaler, e percorrendo algumas pitorescas ilhas que formam a incomparável beleza da nossa majestosa e encantadora baía de Niterói, *procure certos fabricantes de cal*, aos quais, depois de lhes dirigir nossas respeitadas saudações, certifique, que empregando eles grande empate de capitais, o imenso dispêndio no enorme pessoal e material para o fabrico da cal, que com inaudita fadiga e risco mandam ou vêm a esta cidade em procura de comprador, *indizível admiração tem causado a inacreditável resignação, sangue frio, devoção, caridade ou leviandade com que eles* (conforme se diz geralmente) no fim de todos os meses muito caridosamente *vão levar*

*certa porcentagem a quem nem um trabalho teve, nem empatou ou despendeu um só real na fabricação da dita cal; vendida pelos ditos caieiros aos seus antigos ou modernos fregueses*¹⁰⁸.

O sarcástico comentário do redator do *Correio Mercantil* corrobora a informação anteriormente fornecida pelo chefe de polícia de que determinados fabricantes de cal utilizavam-se de um intermediário para garantir a venda de seus produtos, gerando aumento no preço para o comprador final.

Não tardou muito para que “um dos fabricantes” replicasse, alegando não terem os caieiros infringido nenhuma lei do país e tampouco nenhum princípio moral. Por outro lado, reconheceu que alguns, pouco tempo depois

Quadro 5. Locais de atuação de integrantes do Convênio da Cal em 1862¹⁰⁶.

Integrantes do Convênio da Cal	
Nome	Localização da fábrica
Albino Joaquim Lopes	Paquetá
Ambrosio José das Flores	Paquetá
Angelo Pereira de Azevedo	Paquetá
Antonio da Cunha Pereira	Ilha do Governador
Antonio Ferreira Campos	Paquetá
Antonio Leal Goulart	Ilha do Governador
Antonio Vicente Gomes	Niterói
Caetano Alves de Paula Paiva	Ilha do Governador
Domingos José Rosa	Ilha do Governador
Felizarda Maria da Silva Rosa	Ilha do Governador
Fernando de Souza Pereira e Com.	Paquetá
Francisco Antônio Bittencourt	Ilha do Governador
Francisco Antônio Leite	Ilha do Governador
Francisco José do Nascimento	Ilha do Governador
João Coelho da Silva Junior	Ilha do Governador
João Francisco Rosa	Ilha do Governador
João Manoel da Silva	Niterói
João Peres Ribeiro Moraes	Ilha do Governador
João Rodrigues Carrilho	Ilha do Governador
Joaquim de Oliveira Torres	Angra dos Reis
Laurindo José Gonçalves	Paquetá
Luiz Pedro Tavares	Niterói
Manoel José de Borba	Ilha do Governador
Manoel José Pinto Cerqueira	Paquetá
Manoel Rodrigues Pereira Alves	Ilha do Governador
Pedro José Pinto Cerqueira	Paquetá
Serafim José dos Santos	Paquetá

de assinarem o contrato, desligaram-se dele por perceberem que resultaria em “monopólio vexatório para os consumidores e prejudicial aos produtores de boa-fé¹⁰⁹”. Essas manifestações figuravam principalmente na seção “Publicações a pedido”, na qual, segundo Humberto Fernandes Machado:

[...] os interessados podiam escrever, mediante pagamento efetuado, sobre diversos assuntos. No entanto, era comum o aproveitamento desses espaços para ataques pessoais aos desafetos. Assim, surgiram inúmeras polêmicas por meio dos periódicos, inclusive de caráter calunioso¹¹⁰.

Assim, diversas foram as publicações pagas que se voltaram para a discussão das vantagens e desvantagens do Convênio da Cal, e são elas as principais fontes disponíveis sobre a questão que parecia afetar diretamente a saúde financeira dos fabricantes de cal da Freguesia da Ilha do Governador.

Em 1862, muitos artigos informaram que os conveniados teriam sido enganados. Afirmaram que o gerente do convênio não respeitava o acordo, favorecendo alguns caieiros e deixando de comprar a cal de outros; acusaram-no de querer ludibriar os associados, tomando-lhes valores; dizia-se que o percentual inicial exigido dos caieiros correspondia a valor diferente do acordado, entre diversos protestos¹¹¹.

Enquanto alguns se dedicavam a discutir minuciosamente as supostas artimanhas do gerente do Convênio da Cal, outros exteriorizavam sua crítica por meio de versos bastante irônicos:

Convênio da Cal

Parabéns, juiz honrado,
Que das paixões não tocado,
Só juiz foste, e mais não.
Que se convença o dinheiro,
Que na lei está primeiro,
Diques se por ambição...

Não espere a gente honrada,
Que a fortuna bem ganhada,
Bom juiz dividir faça...
Com aquele que se assusta,
Enriqueçam-se à custa,
Vão vivendo de trapaça.
Eu¹¹².

Os nomes dos responsáveis pelo convênio não tardaram a ser estampados no *Correio Mercantil*. Foram criticados de maneira contundente Antonio Ferreira Campos (Paquetá), Pedro José Pinto Cerqueira (Paquetá)¹¹³, e

João Coelho da Silva Júnior (Ilha do Governador). Segundo a análise subscrita por “O Orelhudo”, em que pondera sobre quatro artigos da convenção (1º, 8º, 15º e 17º), o gerente poderia utilizar-se perfeitamente das regras estipuladas a fim de favorecer seus amigos e prejudicar seus desafetos. Para tanto, bastaria seguir à risca os termos do acordo:

Art. 1.º Os abaixo assinados designarão em frente aos seus nomes o máximo de cal que cada um poderá fornecer cada ano.

Art. 8º As encomendas serão feitas por escrito, datadas do dia em que se fizerem, e remetidas ao fabricante por intermédio de um encarregado do lugar onde deve ser fornecida a cal, para este a entregar ao fabricante para quem for o pedido, e quando este não esteja *datado do mesmo dia da entrega*, o fabricante o declarará por escrito ao entregador, para só *lhe contar o tempo da data do recebimento*.

Art. 15. Se, findo um trimestre a um fabricante ou mais, não tiver sido pedida a cal que lhe houver sido fixada, terá a preferência sobre todos os demais no mês seguinte, até que seja preenchida. Se for por não ter ou não querer, não terá direito à preferência¹¹⁴.

Para “O Orelhudo”, bastaria que o gerente, no quarto mês, requeresse a cal não exportada em três meses e também a do mês em curso para complicar seus desafetos, que não poderiam fornecer quantidade tão grande de uma só vez. Do mesmo modo, poderia o gerente fazer encomendas em curtos intervalos de tempo, trazendo as mesmas dificuldades para os caieiros.

Apesar de os artigos citados acima terem sido fornecidos pelo anônimo “O Orelhudo”, tudo leva a crer que correspondiam ao contrato, pois assim sua crítica teria maior credibilidade. Ele também mencionou o artigo 17:

Os fabricantes abaixo assinados entregarão ao gerente com as devidas clarezas uma quantia igual a 5% sobre a cal que assinarem, ou darão uma letra por igual quantia. Esta será paga em vinte prestações deduzidas mensalmente nas contas que o gerente tiver de assinar. Que aquelas quantias, quer as que por este meio forem obtidas, serão levadas a um banco, à ordem do gerente, por segurança do presente contrato. Fica entendido que terá ele uma escrituração clara de todas estas quantias entregando a cada um dos fabricantes uma obrigação igual à quantia depositada, e a que qualquer deles só terá direito quando finalizar o presente contrato: mas os juros serão pagos trimestralmente. As multas em que os fabricantes incorrerem serão descontadas nos pagamentos trimensais¹¹⁵.

A principal reclamação dos conveniados foi a exigência de entrega da quantia de 5% sobre o valor da cal assinada no artigo 1º da Convenção ou

da entrega de uma letra do mesmo valor. “O Orelhudo” afirmava que o pagamento estava sendo realizado no percentual de 10%¹¹⁶.

A resposta de Pedro José Pinto Cerqueira indica que a ordem de preferência para a encomenda da cal podia ser determinada por condições alheias ao convênio, o que abria possibilidade para fraudes:

A quem convier

De Porto-Alegre se mandaram ir de fábrica determinada duzentas barricas com cal para as obras de uma das igrejas que ali se estão edificando: a cal foi, mas não da fábrica que se havia indicado; é de presumir que o comprador escolhesse da de melhor qualidade, mas se assim não acontecer a culpa não deve recair sobre a fábrica de Pedro José Pinto Serqueira [sic]¹¹⁷.

Havia entrega de letras para garantir o contrato, depósito de valores em casa bancária, mas não foi localizado um registro formal do acordo. Do mesmo modo, só tivemos acesso a quatro artigos. Em um período em que a prática do endividamento era difundida, que a concessão de crédito se interligava com as relações pessoais e que a palavra servia como garantia para a realização de negócios, ainda que se tenha assinado um acordo, tudo leva a crer que ele não tenha sido registrado em cartório, ainda mais se pensarmos que o documento poderia indicar a tentativa de monopolização do mercado¹¹⁸. Esse entendimento é reforçado por parte de uma publicação que teve como subscritores “Os três associados”:

Dizia-nos V. S., disse-se o resto do conselho, e nós uns aos outros, que o agente no fim de três meses nos pagaria toda a cal que até então nos devesse, e que, por ficar nessa ocasião sem quantia alguma nossa que lhe servisse de garantia à duração do contrato, aceitássemos as letras, o que fizemos, porém, quando fomos receber o nosso dinheiro da cal de três meses, o agente só nos pagou o de um mês, ficando com a importância de dois meses, isto é, a sexta parte do produto anual do nosso fabrico, que corresponde a 16%! Notamos que os Srs. Serqueira [sic] e João Manoel deram-nos a sua palavra de que receberíamos os três meses, e para mais certeza citaremos as palavras do Sr. João Manoel: “*O agente fará quatro pagamentos por ano.*” No entanto que, pela regra adotada, fará doze! O que se vê nisto? Vê-se que o que temos sempre visto: um desvio da verdade, e que se pretende acumular capitais na mão do agente, sem que este nos dê uma garantia real, porque os assentos dele do seu livro não têm validade legal¹¹⁹.

Vejamos que Pedro José Pinto Cerqueira e João Manoel da Silva deram sua palavra de que valores seriam pagos e que o acordo constava de um livro que, segundo “Os três associados”, não tinha validade legal. Provavelmente

o acordo foi feito em uma reunião e passado a termo, mas não formalizado. Os instrumentos legais para fazer valer o contrato pareciam ser tão somente as letras, e mesmo com elas os caieiros enfrentavam dificuldades para receber valores.

É interessante que os autores das reclamações não se identificavam e assinavam com diferentes alcunhas, algumas bem criativas, como “babaquara¹²⁰” “O colega batacuára” e “Orelhudo”. As denúncias podiam ser bastante ácidas, como aquela assinada por “Unhas e dentes”:

Convênio da Cal

Revoltaram-se os três reinos da natureza! Campos, Silvas, Pontes, Coelho e Lobos, parece que ameaçam comer uns aos outros!... O convênio corre perigo: e tudo por quê? Porque os pobres caieiros já sabem que são iludidos... Esta casa... é uma casa de bichos, na aparência inocentes, porém capazes de... de porem seus pais por dementes¹²¹.

Esta crítica por duas vezes se dirigia a João Coelho da Silva Júnior. Primeiramente quando fala em “Coelhos e Lobos” e depois ao dizer que os bichos são capazes de colocar seus pais como dementes. A crítica certamente se refere ao ano anterior, 1861, quando João Coelho da Silva fora considerado inapto para administrar seus bens, tendo sido seu filho, João Coelho da Silva Júnior, nomeado seu curador¹²².

Isso é trazido a público mais vezes, conforme o artigo assinado por “A alma do demente”, sob o título “Convênio da cal”, que dirige a um determinado “João”:

[...] João, cessa com o perverso proceder que tens, para teu e meu descanso.
[...] Faze penitência, filho degenerado! O que tu me fizeste os teus filhos te farão!... Aparta-te da raposa dos campos, desampara o lobo, essa corte de perversos, e respeita ao menos a minha ultima vontade, deixa o meu testamento e pára... para parricida¹²³.

Silva Júnior foi chamado de entidade perigosa¹²⁴, de hipócrita e tolo¹²⁵. E se restava alguma dúvida sobre o alvo das críticas, a publicação de 28 de agosto de 1862 é muito clara ao trazer a denúncia:

Câmaras e governo

Monopólio da cal

Exposição do plano projetado pelo Sr. João Coelho da Silva Junior, Ferreira Campos e Comp. e outros.

Projeto de monopólio.

1º Fazer, por meio de anúncios, baixar o preço da cal até 10\$, para desanimar os fabricantes.

2º Propor-lhes um convênio, obrigando-se a elevar o preço da cal de 18\$ a 30\$, mediante a comissão de 10%, sendo a cal vendida por intervenção deles unicamente.

3º Conseguir o convênio composto de todos os fabricantes, supor vendida a cal de um ano e da importância, suposto formular letras de 10%, e fazê-las aceitar pelos caieiros como conservação do convênio.

4º Inquietar aqueles fabricantes que porventura se recusem a fazer parte do convênio, indagando se têm dívidas, comprando-as e exigindo o pagamento de pronto, ou entrada para o convênio, ou qualquer outro meio que aproveite chegar ao fim.

[...] quase todos os fabricantes são cegos instrumentos da desmedida ambição de João Coelho da Silva Júnior, Ferreira Campos e Comp. e outros que não se arriscam a figurar. A constância do Sr. João Coelho experimentado quando negociante, pondo seu pai por demente e tentando anular-lhe o testamento, homem fatal a todos com que se relaciona, faz tudo esperar e tudo temer. [...] ¹²⁶

Percebemos então que, da insatisfação com a administração do Convênio da Cal, os adversários de João Coelho da Silva Júnior partiram para ataques pessoais, envolvendo questão ainda não solucionada no âmbito da Justiça, qual seja, o testamento e posterior partilha dos bens de João Coelho da Silva.

Como já mencionamos, 27 caieiros subscreveram abaixo-assinado dizendo não terem envolvimento com as diversas denúncias em torno do convênio, o que foi confirmado pelos redatores do jornal¹²⁷, mas negado por “Os três associados”, autores de críticas, que disseram ter firmado o abaixo-assinado para manter o anonimato¹²⁸.

A preocupação de não ter o nome envolvido em tanta polêmica levou Manoel Ferreira de Araújo, fabricante de cal da Ilha do Governador, ao *Correio Mercantil* para negar a ligação ao convênio dos caieiros, bem como qualquer oposição ao mesmo¹²⁹. Ele não foi o único a ficar de fora da associação: seis fabricantes estiveram na mesma condição, entre eles a viúva Guedes, Emília Rosa Correia Guedes, também da Ilha do Governador¹³⁰.

Outro caieiro da Ilha do Governador acusado de prejudicar o convênio foi João Rodrigues Carrilho, visto que em uma dessas publicações foi apontado como “entidade perigosa” por sua tolice: “[...] quanto a Coelho e Carrilho, são para nós duas entidades perigosas: uma por finura, e a outra por toleima¹³¹”. Temos, então, mais um personagem controvertido na Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, que era alvo de críticas no interior da “classe fabricante de cal”, como eles próprios se denominavam.

João Rodrigues Carrilho não respondeu às acusações, mas João Coelho da Silva Júnior, acusado diretamente de negociar cal sem seguir as regras do

convênio, exigiu que se apresentassem provas¹³². Desafiado, “Luiz” afirmou ter em seu poder carta em que Silva Júnior afirmava não fazer parte do convênio¹³³.

Considerando que as diversas publicações sobre o Convênio da Cal eram pagas pelos denunciadores, verificamos que notas e artigos apontam para uma questão extremamente controversa e que afetava diretamente a vida financeira dos principais produtores de cal do Rio de Janeiro. Não fosse assim, José Pinto Cerqueira e João Coelho da Silva não teriam ido a público para rebater as críticas. Isso parecia ser um sinal de que as denúncias tiveram repercussão entre os caieiros e na sociedade local.

João Coelho da Silva Júnior e João Rodrigues Carrilho, fabricantes da Ilha do Governador, estiveram entre os denunciados, o que indica uma possível participação deles em cargos de liderança, como no Conselho do Convênio.

As denúncias do ano de 1862 parecem ter desgastado a associação, que teve dificuldades para contratar novos gerentes¹³⁴. Se até 23 de abril de 1863 vendia-se cal na Rua do Carmo, nº 41, em nome da associação, em julho do mesmo ano, no mesmo local, não se fazia mais referência ao convênio para a venda do produto, mas à qualidade das fábricas de Paquetá e da Ilha Governador. Não encontramos outras denúncias de monopólio, o que nos leva a crer que houve mudanças ou mesmo o fim da sociedade (Imagens 10 e 11).

A disputa em torno do Convênio da Cal envolveu caieiros de diferentes freguesias. Os conflitos públicos apontam para um produto relevante no

Associação dos caieiros.

Cal de marisco, recebe-se encomendas no escriptorio da gerencia, na rua do Carmo n. 41, sendo o preço, para armazens a 16\$, e para obras a 17\$600 o moio.

Imagem 10. Anúncio de cal de marisco em abril de 1863¹³⁵.

CAL DE MARISCO

Das melhores fabricas de Paquetá e ilha do Governador.

Vende-se no escriptorio, rua do Carmo n. 41, a 14\$, por cada moio, tanto para armazem como particulares, e da ponte do Calabouço para baixo mais 1\$, por moio.

Imagem 11. Anúncio de cal de marisco em junho de 1863¹³⁶.

rendimento de seus fabricantes, importante o suficiente para ser intensamente discutido e concorrido, e para um grupo disposto a denunciar figuras de prestígio em defesa de seus interesses.

Se num primeiro momento houve uma intenção por parte dos fabricantes de cal de associação e organização para a defesa de seus interesses, logo vozes dissonantes procuraram minar a credibilidade do conselho que o administrava. Provavelmente nunca saberemos quem eram os insatisfeitos, se de fato eram fabricantes de cal, e quais as suas reais motivações para publicar tantas reclamações sobre o convênio, mas o que parece claro é que havia um convênio firmado entre fabricantes de cal que buscava manter preços vantajosos para estes em detrimento dos compradores, caracterizando a formação de monopólio comercial.

Desta forma, verificamos que as principais freguesias fornecedoras de cal para a Corte do Rio de Janeiro na segunda metade do Oitocentos estavam situadas nas cercanias da Baía da Guanabara e fabricavam o material a partir de conchas de mariscos, tendo como importante polo produtor a Freguesia da Ilha do Governador. Importantes fabricantes de cal dessas freguesias procuraram se associar durante a década de 1860, do que resultou uma polêmica divulgada na imprensa local, apontando para um negócio, se não muito lucrativo, intensamente disputado.

NOTAS

¹ LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer Lobo. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. 1º vol. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. p. 162-163.

² LOBO, op. cit., p. 156-160.

³ *Ibidem*, p. 170. O conceito de pré-indústria aqui adotado é aquele formulado por Geraldo Beauclair em: OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. *Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed., 1992.

⁴ LOBO, op. cit., p. 175.

⁵ Por ora, optamos por desconsiderar os dados do Almanak Laemmert até os anos 1855 e 1856, uma vez que nestes últimos são listados inspetores de quarteirão, proprietários de fábricas de cola, telhas, louça e engenhocas estranhos à freguesia. Isso pode ser confirmado através da referência ao local das fábricas e pela repetição das mesmas informações para a freguesia de São Thiago de Inhaúma.

⁶ Fonte: Almanak Laemmert. 1861-1889. Dados aproximados. Não foram apresentados dados para os anos de 1880 a 1882, e a edição de 1890 não foi localizada. Durante o período de 1861 a 1891 foram lançados no Almanak Laemmert diversos dados em artigo voltado especificamente para a freguesia da Ilha do Governador. Já no período de 1892 a 1900 foram apontados apenas os ocupantes de cargos públicos. Assim, embora tenhamos localizado anúncios de alguns fabricantes para estes anos, optamos por não incluí-los neste quadro, mas analisá-lo adiante, por ocasião da discussão da crise da cal. Por ora, cabe antecipar que, segundo o jornal *O Suburbano*, havia, em 1900, 8 caieiras em funcionamento na Ilha do Governador. *O Suburbano*, 15 de março de 1900.

⁷ GARCIA REDONDO. *A Grande Fábrica de Productos Cerâmicos Santa Cruz, sita à Ilha do Governador*. Revista de Engenharia, ano II, nº 2, 1880. p. 7-10.

⁸ Almanak Laemmert, 1873. Outro trabalho que aborda especificamente os processos levados a cabo pelo barão de Capanema em defesa de privilégios industriais é o de SANTOS, Nadja Paraense dos. *O formicida Capanema e os privilégios industriais no Império Brasileiro*. Instituto de Química da UFRJ. Disponível em: <<http://sec.sbq.org.br/cd29ra/resumos/T0158-1.pdf>>. Acesso em: 04 de julho de 2011.

⁹ BRASIL. Decreto nº 5.357 de 23 de julho de 1873.

¹⁰ CARRARA Jr., & MEIRELLES, Helio. *A indústria química e o desenvolvimento do Brasil (1500-1889)*. São Paulo: Metalivros, 1996. p.786.

¹¹ *O Suburbano*, 1º de novembro de 1900.

¹² Almanak Laemmert, 1885.

¹³ Almanak Laemmert, 1886-1888.

¹⁴ CARRARA Jr., & MEIRELLES, Helio. *Op. cit.*, p.786.

¹⁵ IPANEMA, Cybelle de. *História da Ilha do Governador*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Marcello de Ipanema, 1991.

¹⁶ BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Paulus, 2002, p. 112.

¹⁷ *Revista da Semana*, 30 de maio de 1931.

¹⁸ Altos e baixos do Rio de Janeiro. *Revista Popular: jornal ilustrado*. 1860. Tomo VIII. p. 261.

¹⁹ LOBO, op. cit., p. 431.

²⁰ CUNHA, Antônio Estevão da Costa e. *Notícia descritiva da Ilha do Governador*. 1870. Arquivo Nacional. NP – Diversos Códices da Antiga SDH, Cód. 807, vol. 3. p. 265-302.

²¹ *O Suburbano*, 1º de junho de 1900; 1º de julho de 1900.

²² BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto (1881-1922)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1964. p. 48.

- ²³ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Hedra, 2010. p. 331.
- ²⁴ *Ibidem*, p. 95.
- ²⁵ VICENTE DO SALVADOR, frei. *História do Brasil: 1500-1627*. 7. ed. Belo Horizonte: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982. p. 75.
- ²⁶ KANAN, Maria Isabel. *Manual de conservação e intervenção em argamassas e revestimentos à base de cal*. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2008. p. 15; SOUSA, Augusto de. Fortificações no Brasil. *RIHGB*. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885. p. 5-140.
- ²⁷ VITA, Soraya; LUNA, Fernando J.; TEIXEIRA, Simonne. *Descrições de técnicas da química na produção de bens de acordo com os relatos dos naturalistas viajantes no Brasil colonial e imperial. Quím. Nova*, São Paulo, v. 30, n. 5, Oct. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422007000500055&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 de setembro de 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-40422007000500055>.
- ²⁸ DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, sd. 2 v. p. 27-28.
- ²⁹ *Idem*. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Tome II. Paris: Firmin Didot Frères, Imprimeurs de L'Institut de France, 1835. Plancha 35. il.
- ³⁰ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. p. 228-229, 241.
- ³¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Clado Ribeiro de Lessa. Tomo 1: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 24.
- ³² SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem ao interior do Brasil: Espírito Santo*. Trad. Carlos Madeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 216-217.
- ³³ ABREU, S. Fróes de. *O Distrito Federal e seus recursos naturais*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1957. p. 111.
- ³⁴ Informação disponível em sítio eletrônico do Comando Pessoal de Fuzileiros Navais. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/cpesfn/oms/ciasc.htm>>. Acesso em: 10 de maio de 2014; Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/centro-de-instru%C3%A7%C3%A3o-almirante-sylvio-de-camargo>>. Acesso em: 16 de novembro de 2014.
- ³⁵ BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho. *Pré-história do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978. p. 58-59.
- ³⁶ Methodo prompto e fácil de converter em estrume toda a especie de ervas parasitas. *Auxiliador da Indústria Nacional*. Ano I, nº 2, 1833, p. 34-35. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/doceader.aspx?bib=302295&pasta=ano%20183&pesq=cal>>. Acesso em: 31 de janeiro de 2014.
- ³⁷ Das diferentes espécies de cal e do seu uso na economia rural e industrial. *Auxiliador da Indústria Nacional*. Ano IV, nº 3, 1836. p. 81-88. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/doceader.aspx?bib=302295&pasta=ano%20183&pesq=cal%20na%20agricultura>>.
- ³⁸ Museo Universal: jornal das famílias brasileiras, 9 de dezembro de 1837, p. 178.
- ³⁹ O artigo Indústria fabril e agrícola, alabastro, mármore artificial, empregos calcáreos e do gesso nas artes e na agricultura, phosphatos e de seus empregos na agricultura foi publicado em 5 números da revista no ano de 1862, do nº 3 ao 7. *Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Tipographia de N. Lobo Vianna & Filhos, 1862.
- ⁴⁰ Alabastro, mármore artificial. Emprego dos calcáreos e do gesso na agricultura. Phosphatos e de seus empregos na agricultura. *Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro, n. 5, maio 1862. p. 178.
- ⁴¹ *Ibidem*, 1862, p. 187.

⁴² Alabastro, mármore artificial. Emprego dos calcários e do gesso na agricultura. Phosphatos e de seus empregos na agricultura. *Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro, n. 5, maio 1862. p. 196.

⁴³ Sem autor. Cal na agricultura. *Jornal do agricultor: princípios práticos de economia rural*. Ano II, Tomo III, Rio de Janeiro, p. 364-365, jul/dez 1880; A cal na agricultura. *Jornal do agricultor: princípios práticos de economia rural*. Ano II, Tomo IV, Rio de Janeiro, p. 247, jan/jun., 1881; ABBEY, G. A cal e a agricultura. *Jornal do agricultor: princípios práticos de economia rural*. Ano IV, Tomo VIII, Rio de Janeiro, p. 77-78, 93-94, jan/jun., 1883; LEMOS, Mariano de. A cal na agricultura. *Jornal do agricultor: princípios práticos de economia rural*. Ano VIII, Tomo XVI, Rio de Janeiro, p. 86-87, 315, jan/jun 1887.

⁴⁴ *Jornal do agricultor: princípios práticos, ciências agrícolas, veterinária, economia doméstica e rural*. Ano VI, Tomo XII, Rio de Janeiro, p. 315, jan/jun 1887.

⁴⁵ *Cidade do Rio*, 30 de abril de 1896.

⁴⁶ Esta pesquisa só foi possível graças à disponibilização do banco de dados realizado pelo professor Maurício de Abreu em sítio eletrônico, uma vez que o grau de deterioração de muitos destes documentos o tornam inacessíveis no Arquivo Nacional. O referido banco de dados da estrutura fundiária do Recôncavo da Guanabara inclui escrituras do século XVII até o início do século XIX. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br/escrituras/>>. Acesso em: 8 de setembro de 2013.

⁴⁷ AN, 10N, 111. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br/escrituras/>>. Acesso em: 8 de setembro de 2013.

⁴⁸ AN, 20N, 115, p. 49v. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br/escrituras/>>. Acesso em: 8 de setembro de 2013.

⁴⁹ AN, 10N, 204, p. 31. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br/escrituras/>>. Acesso em: 8 de setembro de 2013.

⁵⁰ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. 4º vol. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1946. p. 81.

⁵¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 1 de abril de 1822.

⁵² *Diário do Rio de Janeiro*, 5 de abril de 1824.

⁵³ *Diário do Rio de Janeiro* 19 de dezembro de 1828.

⁵⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de janeiro de 1832.

⁵⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de abril de 1836.

⁵⁶ SANTOS, José Américo. Cal de marisco. *Revista de Engenharia*. Rio de Janeiro, ano 11, n. 1 p. 4-7, 1880.

⁵⁷ As pedras calcárias eram utilizadas para a produção de cal nas localidades de Barra Mansa, Barra do Pirai, Ipiranga, Desengano, Serraria e Sant’ Anna de Pirapetinga. Cal na agricultura. *Jornal do agricultor: princípios práticos de economia rural*. Ano II, Tomo III, Rio de Janeiro, p. 364-365, jul/dez. 1880.

⁵⁸ Fábrica de cal “Forte São João”, propriedade de Manuel Courinho Madeira no Espírito Santo. Foto gentilmente cedida pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Segundo GiltonLuis Ferreira, esta fábrica estava localizada no Forte de São João, anexa à fábrica de Ferradura de Courinho Madeira & Cia, em Vitória – ES. Ferreira, GiltonLuis, *Um desejo chamado metrópole : a modernização da cidade de Vitória no limiar do século XIX*. Dissertação de mestrado. 2009. p. 145. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_3568_Gilton_Luis_Ferreira.pdf>. Acesso em: 15 de novembro de 2014.

⁵⁹ Os lucros obtidos nos parecem modestos, visto que, segundo Luiz Carlos Soares, o preço de um escravo entre 21 e 40 anos em 1875 não era inferior a 700 mil-réis. SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007. p. 384.

⁶⁰ CUNHA, op. cit., 1870, p. 265-302.

⁶¹ *Almanak Laemmert*, 1851-1862.

⁶² *Almanak Laemmert*, 1876-1879.

⁶³ *Almanak Laemmert*, 1883-1888.

⁶⁴ *Almanak Laemmert*, 1870.

⁶⁵ As indicações em triângulo foram feitas pela autora com base no *Almanak Laemmert*.

⁶⁶ *Revista de Engenharia*. Rio de Janeiro, n. 257 p. 461, 1891.

⁶⁷ CUNHA, op. cit., 1870, p. 265-302.

⁶⁸ Brasil. Serviço Geográfico Militar. Ilha do Governador / Serviço Geográfico Militar, II. Grupo. Rio de Janeiro: Serviço Geográfico Militar, 1922. 1 mapa em 2 seções : col. ; cada seção 71 x 62cm. 1:10.000. Acervo Fundação Biblioteca Nacional. ARC.011,06,001 ex.1 Cartografia ARC.011,06,002 ex 2 Cartografia.

⁶⁹ *Revista da Semana*, 30 de maio de 1931.

⁷⁰ CUNHA, op. cit., p. 265-302.

⁷¹ *Ibidem*. p. 265-302.

⁷² 1moio equivalia a 60 alqueires. Segundo o Almanaque Laemmert de 1853, p. 82, “A cal mede-se por alqueires e por moios; cada moio tem, [...] 60 alqueires = 496 litros, 23 centilitros, quando está em pedra, ou reduzindo-se a pó; quando está caldeada ou extinta cada moio = 992 litros 46 centilitros, porque a cal depois de caldeada dobra o seu volume”. *AlmanakLaemmert*, 1853.

⁷³ *Correio Mercantil*, 09 de julho de 1858.

⁷⁴ AGCRJ 58.4.9. Casas de comércio da Ilha do Governador (relação), 1865. Ofício do fiscal da municipalidade à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. 22 de novembro de 1865.

⁷⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de março de 1861.

⁷⁶ DEANE, Phyllis e CIPOLLA, Carlo. *História econômica da Europa pré-industrial*. Lisboa: Edições 70, 1974.

⁷⁷ BEAUCLAIR, Geraldo de & HONORATO, César. Niterói Industrial: ramos da pré indústria (1834 – 1860). p. 107-108. In: MARTINS, Ismênia de Lima & KNAUSS, Paulo. *Cidade Múltipla: temas de história de Niterói*. Niterói, RJ: Niterói Livros, 1997.

⁷⁸ Fabricação da cal de pedra: descrição do forno. *Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro, Vol. 5, 1856. p. 44-52 e 80.

⁷⁹ Para maiores informações sobre a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional ver: SILVA, José Luiz Werneck da. Isto é o que me parece: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira: a conjuntura de 1871 a 1877. Dissertação (Mestrado). Niterói: UFE, 1979.

⁸⁰ *O Despertador*, 22 de agosto de 1838.

⁸¹ *Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro. vol. 5, 1856. p. 80.

⁸² *Correio Mercantil*, 31 de maio de 1860.

⁸³ FREYRE, Gilberto. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX: tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de características de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda como escravos, no Brasil do século passado. 4. ed. São Paulo: Global, 2010. p. 194.

⁸⁴ EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil ou diário de uma visita à terra do cacauero e das palmeiras*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 91-92.

⁸⁵ *Ibidem*. p. 91-92.

⁸⁶ *Gazeta de Notícias*, 4 de outubro de 1889.

⁸⁷ AGCRJ CM IFP 9.2.16. Infração de Posturas Ilhas, 1850-1906. Ofício de 21 de junho de 1865, fl. 16 e Ofício de 21 de outubro de 1867, fl. 20.

⁸⁸ AGCRJ 40.3.30. Comércio de cal, 1855-1893. Ofício de 16 de maio de 1904, fl. 3. O 25º Distrito abarcava todas as ilhas da Baía da Guanabara.

⁸⁹ O Cimento Portland foi assim denominado por Joseph Aspdin, em 1824, em virtude de sua semelhança com a pedra calcária branco-prateada que se extraía de pedreiras existentes na pequena península de Portland, Condado de Dorset, na Inglaterra. No Brasil, sua fabricação começou apenas em 1888, na cidade de Sorocaba, por iniciativa do comendador Antônio Proost Rodovalho. CARVALHO, João Dirceu Nogueira de. Sobre as origens e desenvolvimento do concreto. Revista Tecnológica, v. 17, p. 19-28, 2008. p. 25-26. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevTecnol/article/download/8169/5163>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2014.

⁹⁰ LOBO, op. cit., p. 178-179 e 285.

⁹¹ Ibidem, p. 290.

⁹² Ibidem, p. 354.

⁹³ *Correio Mercantil*, 24 de junho de 1863; 10 de julho de 1863; 18 de agosto de 1863; 25 de agosto de 1863; 23 de setembro de 1863; 6 de outubro de 1863; 8 de outubro de 1865; 18 de dezembro de 1863.

⁹⁴ *Correio Mercantil*, 8 de outubro de 1865.

⁹⁵ *Almanak Laemmert*, 1844-1940.

⁹⁶ LIMEIRA, Aline de Moraes. *Educação Particular e Publicidade no Almanak Laemmert(1844/1859)*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 2007. p. 18. Disponível em: <www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Aline_de_Moraes.pdf>. Acesso em: 11 de outubro de 2013.

⁹⁷ Assis, Machado de. *Iaiá Garcia*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte; Garnier, 1988. p. 28.

⁹⁸ SANTOS, José Américo. Cal de marisco. *Revista de Engenharia*. Rio de Janeiro, ano 11, n. 1 p. 4-7, 1880. A caieira em Desengano estava situada nas proximidades da Estação do Desengano, inaugurada em 1865, na Estrada de Ferro Dom Pedro II, atualmente denominada Estação Barão de Juparanã, no Município de Valença - RJ.

⁹⁹ *O Paiz*, 12 de outubro de 1886.

¹⁰⁰ *Almanak Laemmert*. 1852 -1889. Dados aproximados.

¹⁰¹ *Almanak Laemmert*. 1861-1900.

¹⁰² *Correio Mercantil*, 25 de julho de 1862.

¹⁰³ *Correio Mercantil*, 18 de fevereiro de 1854.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ *Correio Mercantil*, 18 de fevereiro de 1854.

¹⁰⁶ Joaquim de Oliveira Torres era mestre de embarcação em Angra dos Reis. *Almanak Laemmert*, 1862.

¹⁰⁷ RIBEIRO, José Alcides. *Correio Mercantil: gêneros jornalísticos, literários e muito mais*. Revista USP, São Paulo, n. 65, p. 131-147, março/maio 2005.

¹⁰⁸ *Correio Mercantil*, 19 de fevereiro de 1854.

¹⁰⁹ *Correio Mercantil*, 21 de fevereiro de 1854.

¹¹⁰ MACHADO, Humberto Fernandes. A atuação da imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ano, 171, n. 448, jul./set. 2010, p. 47.

¹¹¹ *Correio Mercantil*, 24 de maio de 1862; 28 de maio de 1862; 23 de julho de 1862; 24 de julho de 1862; 25 de julho de 1862; 08 de agosto de 1862; 16 de agosto de 1862; 17 de agosto de 1862; 18 de agosto de 1862; 22 de agosto de 1862; 28 de agosto de 1862; 29 de agosto de 1862; 31 de dezembro de 1862.

¹¹² *Correio Mercantil*, 12 de junho de 1862.

¹¹³ Pedro José Pinto Cerqueira foi agraciado com a Ordem de Cristo no grau de Cavaleiro e também com a Imperial Ordem da Rosa no grau de oficial, foi subdelegado, juiz de paz, delegado da instrução pública e caieiro na freguesia de Paquetá. *Almanak Laemmert*, 1875.

¹¹⁴ *Correio Mercantil*, 25 de julho de 1862.

¹¹⁵ *Idem*.

¹¹⁶ *Correio Mercantil*, 25 de julho de 1862.

¹¹⁷ *Idem*.

¹¹⁸ Para mais informações sobre as relações de crédito na segunda metade do século XIX ver: OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e a experiência da urbanização: São Paulo, 1850-1900*. São Paulo: Alameda, 2005.

¹¹⁹ *Correio Mercantil*, 18 de agosto de 1862.

¹²⁰ Segundo o Dicionário Houaiss, babaquara consiste em um regionalismo e pode significar 1. Habitante do interior, ger. Pouco instruído e de modos simples; roceiro, caipira. 2. Que ou o que se revela bobo; parvo, pateta, babaca. 3. Que ou o que exerce grande influência, tem grande poder. HOUAISS, A. & VILLAR, M. de S. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

¹²¹ *Correio Mercantil*, 24 de julho de 1862.

¹²² Apelação. João Coelho da Silva Júnior (apelado). Prudêncio Luís Ferreira Travassos (apelante). 84 – Relação do Rio de Janeiro. Ano 1862-1866, nº 159, caixa 516. Galeria “C”. Acervo: ANRJ.

¹²³ *Correio Mercantil*, 16 de agosto de 1862; 17 de agosto de 1862.

¹²⁴ *Correio Mercantil*, 18 de agosto de 1862.

¹²⁵ *Correio Mercantil*, 28 de agosto de 1862.

¹²⁶ *Correio Mercantil*, 28 de agosto de 1862.

¹²⁷ *Correio Mercantil*, 26 de agosto de 1862; *Correio Mercantil*, 28 de agosto de 1862; *Correio Mercantil*, 29 de agosto de 1862.

¹²⁸ *Correio Mercantil*, 29 de agosto de 1862.

¹²⁹ *Correio Mercantil*, 31 de agosto de 1862.

¹³⁰ *Correio Mercantil*, 18 de agosto de 1862.

¹³¹ *Correio Mercantil*, 18 de agosto de 1862.

¹³² *Correio Mercantil*, 30 de dezembro de 1862.

¹³³ *Correio Mercantil*, 31 de dezembro de 1862.

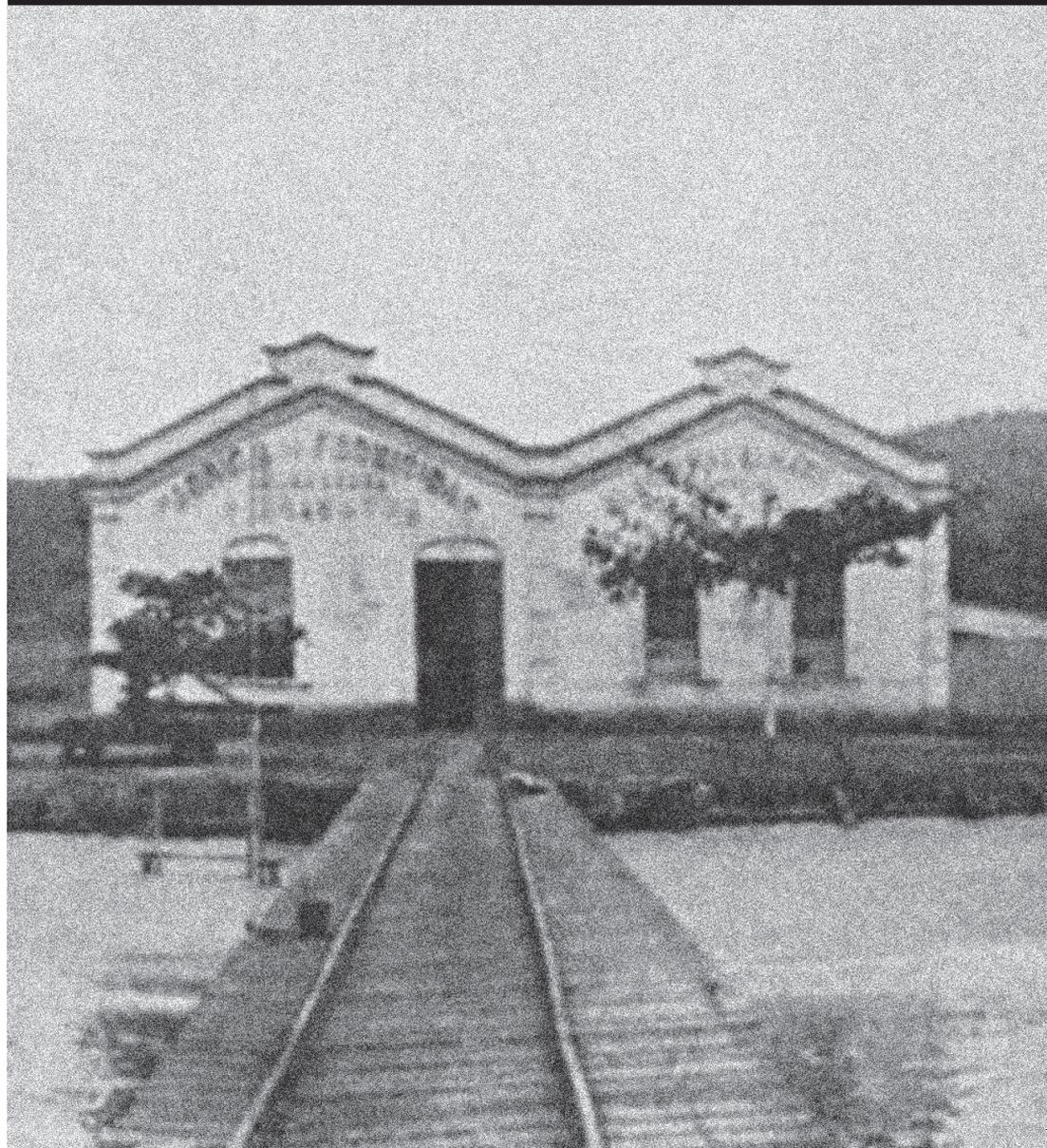
¹³⁴ *Correio Mercantil*, 30 de março de 1863; 16 de abril de 1863; 5 de maio de 1863; 6 de maio de 1863; 7 de maio de 1863.

¹³⁵ *Correio Mercantil*, 23 de abril de 1863.

¹³⁶ *Correio Mercantil*, 6 de junho de 1863.

CAPÍTULO 3

**Desenhando a Rede: Caieiros da
Ilha do Governados e seus vínculos sociais**



Fábrica de Formicida Brasileiro na Freguesia. Revista *Careta*, 14 de setembro de 1912. Acervo: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Neste capítulo serão abordadas as relações entre os produtores de cal e os chefes locais, ou seja, aqueles que eram eleitores e/ou detinham os cargos de juiz de paz, fiscal municipal ou subdelegado na Ilha do Governador.

Desenharemos as redes de sociabilidade compostas por estes indivíduos e discutiremos os principais ganhos obtidos por meio de suas alianças. Buscaremos identificar as relações familiares, incluindo parentes e padrinhos, assim como as relações comerciais, abrangendo credores, devedores, sócios e arrendatários¹.

3.1 Os caieiros na vida política da Ilha do Governador

A primeira norma acerca da participação política no Brasil foi estabelecida pela Carta Constitucional de 1824 e previa que a escolha de todos os cargos eletivos da monarquia constitucional brasileira ficaria a cargo dos “eleitores de província”, por meio de pleito indireto.

Com exceção de vereadores e juizes de paz, até 1881 vigoraram as eleições indiretas em dois graus. Primeiramente, os “cidadãos ativos”, reunidos em “assembleias paroquiais”, elegiam os “eleitores de província”; estes, em seguida, elegiam os senadores, deputados e membros dos conselhos ou câmaras provinciais².

Para votar nas assembleias paroquiais era preciso ter 25 anos e renda líquida anual de 100 mil-réis. Já a candidatura para o cargo de eleitor estava condicionada a uma renda de 200 mil-réis. Religiosos, administradores de fazendas e fábricas, alguns criados e libertos estavam impedidos de votar. Ressalte-se que não havia restrição aos analfabetos³.

Os eleitores que obtivessem 400 mil-réis de renda líquida anual, brasileiros natos e católicos estavam aptos a se candidatar à Câmara dos Deputados, responsável pela iniciativa sobre impostos e recrutamentos⁴. Os eleitores que fossem brasileiros, ainda que naturalizados, tivessem mais de 40 anos e renda de 800 mil-réis poderiam tornar-se membros vitalícios do Senado. Se já tivessem prestado serviços à pátria, maior era a chance de serem escolhidos pelo imperador em alguma das listas tríplexes eleitas pelas províncias.

De 1824 a 1881, poucas foram as modificações atinentes à participação eleitoral. A lei de 19 de agosto de 1846 afastou o direito de voto de praças

do Exército, da Armada, da Força Policial e marinheiros de navio de guerra. A participação desses grupos em rebeliões no período regencial (1831-1840) teria sido uma das causas para essa exclusão⁵.

Também foram alteradas as rendas mínimas para eleitores dos dois graus, subindo para 200 e 400 mil-réis⁶. Esta exigência, contudo, não era motivo de maiores restrições aos votantes, uma vez que a remuneração diária de diversas categorias profissionais da Estrada de Ferro D. Pedro II, por exemplo – feitores, guardas, carregadores, bagageiros e serventes – variava entre mil e cinco mil-réis⁷.

Por outro lado, as determinações da legislação de 1881 acarretaram significativa redução na quantidade de votantes. Primeiramente, pelo aumento das exigências para a prova de renda e também pela exclusão dos votos aos analfabetos. Mesmo tendo reduzido a idade mínima para 21 anos e ampliado o direito de eleição a libertos e não católicos, o número de eleitores caiu de 72.517 em 1880 para 10.848 em 1881⁸.

Em 1876, o município da Corte contava com 16 mil votantes em primeiro grau e 507 eleitores. A Ilha do Governador escolheu cinco eleitores durante boa parte do século XIX. Em 1863 foram eleitos Manoel Rodrigues Pereira Alves, caieiro, com 137 votos; padre Francisco Alves da Costa e Silva, com 134 votos; Joaquim Pereira Franco, com 133 votos; João Rodrigues Carrilho, caieiro, com 129 votos, e Caetano Alves de Paula Paiva, caieiro, com 129 votos⁹. Dos cinco eleitores, três eram caieiros, e dos três suplentes, dois também o eram – Francisco Antônio Bittencourt e Antônio José de Souza Gomes –, numa demonstração do lugar por eles ocupado naquela sociedade. A partir das eleições de 1878, o número de eleitores na Ilha subiu para sete¹⁰. Para termos uma ideia do que este número representava, consideremos a quantidade de eleitores de outras freguesias. Em 1863, na Freguesia da Candelária eram 18; na Freguesia da Lagoa, 12; na Freguesia de Paquetá, três, e na Freguesia de Santa Cruz, seis¹¹.

Em 1877, 238 cidadãos foram qualificados para as votações na Freguesia da Ilha do Governador. Destes, 10 eram caieiros e 134 eram pescadores. Considerando que a presença de caieiros entre os eleitores da Ilha era uma constante e que os pescadores compunham 50% dos votantes, é bem provável que os primeiros buscassem manter os últimos em sua rede de clientela (Quadros 1 e 2).

Os caieiros constituíam cerca de 5% dos cidadãos qualificados da freguesia e frequentemente se elegiam para as poucas vagas disponíveis, numa demonstração do seu poder local. Sua influência se estendia para além de cargos eletivos, de modo que havia não só caieiro juiz de paz, caieiro eleitor, como também caieiro subdelegado, caieiro fiscal municipal e caieiro inspetor

de quarteirão. Tratamos, portanto, de um grupo atuante nas diversas esferas da sociedade insulana.

Não houve um ano sem que a freguesia tivesse fabricantes de cal entre seus juizes de paz. Dos 23 que passaram pelo juizado de paz, 10 eram caieiros: Antônio José de Souza Gomes, Francisco Antonio Bittencourt, João Coelho da Silva, João Rodrigues Carrilho, João Francisco Rosa, Joaquim Pereira Alves de Magalhães, Manoel José Rosa, Manoel Ferreira Araujo, Manoel Rodrigues Pereira Alves e Vicente Lúcio de Carvalho. (Quadro 3)

Como o juiz de paz mais votado também era quem presidia a junta de qualificação dos votantes, não raro o presidente era um produtor de cal. Isso significava presidir a comissão que decidia quem poderia ou não votar nas eleições¹².

Quadro 1. Votantes da Ilha do Governador segundo a profissão (1877)¹⁴.

Cidadãos qualificados na Ilha do Governador em 1877	
PROFISSÃO	QUANTIDADE
Caixeiro	2
Administrador	6
Advogado	1
Agências	2
Arrais	3
Artista	10
Caieiro	10
Carpinteiro	4
Catraieiro	1
Empregado público	7
Escritor	1
Escrivão	1
Estafeta rural	1
Lavrador	8
Letras	1
Magistério/Professor	2
Médico	2
Negociante	29
Pároco	1
Pedreiro	1
Pescador	134
Proprietário	7
Trabalhador	4
Total	238

Quadro 2. Eleitores da Ilha do Governador (1857-1881)¹⁵.

Eleitores da Ilha do Governador		
Período	Número	Eleitores em exercício
1857-1860	3	Zefirino José Serrão Francisco José do Nascimento João Rodrigues Carrilho
1861	5	Cap. Manoel José da Rosa Cap. Constâncio José da Rosa Cap. Francisco José do Nascimento Comte. João Coelho da Silva Ten. Joaquim Pereira Franco
1862-1863	4	Major Francisco José do Nascimento João Coelho da Silva Ten. Joaquim Pereira Franco Philippe José Alberto Júnior
1864-1866	5	Manoel Rodrigues Pereira Alves Pe. Francisco Alves da Costa e Silva Joaquim Pereira Franco João Rodrigues Carrilho Caetano Alves de Paula Paiva
1867-1868	5	Manoel Barbosa da Silva João Rodrigues Carrilho Joaquim Pereira Alves de Magalhães Vig. Francisco Alves da Costa e Silva Caetano Alves de Paula Paiva
1869-1871	5	João Rodrigues Carrilho Manoel Rodrigues Pereira Alves Vig. Francisco Alves da Costa e Silva Manoel Barbosa da Silva Major Francisco José do Nascimento
1872-1878	5	Manoel Barbosa da Silva Major João Rodrigues Carrilho Vig. Francisco Alves da Costa e Silva Antônio José de Souza Gomes Caetano Alves de Paula Paiva

Os caieiros tampouco ficariam de fora na composição do grupo de eleitores. Dos 21 eleitores identificados, 10 eram produtores de cal, de modo que este grupo participava das votações para cargos cobiçados como deputado e senador¹³. Eles também ocupavam postos que interferiam diretamente na vida dos moradores da Ilha, como os cargos de subdelegado e fiscal municipal.

Esses fabricantes tampouco se saíam mal nos cargos administrativos. Vejamos a ocupação do cargo de subdelegado. Entre os anos de 1861 e 1900, dos 13 subdelegados registrados, cinco eram caieiros: Manoel Rodrigues Pereira Alves, José Antônio da Costa Gama, João Rodrigues Carrilho, Francisco Pereira Bittencourt e Vicente Lucio de Carvalho. Dos oito restantes, um era sogro de caieiro e outro posteriormente (1896) comprou fábrica de cal, Manoel Barbosa da Silva e Manoel Luiz Alexandre Ribeiro, respectivamente¹⁷ (Quadro 4).

Quadro 3. Juizes de paz da Ilha do Governador (1861-1900)¹⁶.

Período	Juízes de Paz
1861	João Coelho da Silva José Bento da Silva José Carlos Soares Manoel José Rosa
1862 - 1864	Manoel Rodrigues Pereira Alves Cap. João Rodrigues Carrilho Manoel Ferreira Araújo Manoel Barbosa da Silva
1865 - 1868	Manoel Rodrigues Pereira Alves Cap. João Rodrigues Carrilho José Caetano de Araújo Lima João Francisco Rosa
1869 - 1871	Manoel Rodrigues Pereira Alves Cap. João Rodrigues Carrilho José Caetano de Araújo Lima Joaquim Pereira Alves de Magalhães
1872	Cap. João Rodrigues Carrilho José Caetano de Araújo Lima Joaquim Pereira Alves de Magalhães
1873 - 1878	Major João Rodrigues Carrilho Manoel Barbosa da Silva Bernardo José Serrão Mariano José da Cunha Pinheiro
1879	Manoel Luiz Alexandre Ribeiro Germano Mendes Limoeiro Vicente Lucio de Carvalho Dr. João Muniz Cordeiro Tatagiba
1880	-
1881	Germano Mendes Limoeiro Manoel Luiz Alexandre Ribeiro Joaquim Pereira Alves de Magalhães Francisco Peixoto de Carvalho
1882	Francisco Peixoto de Carvalho João Corrêa dos Santos Vicente Lúcio de Carvalho Dr. João Muniz Cordeiro Tatagiba
1883 - 1886	Manoel Barbosa da Silva (1883-1884) Anastácio José da Rocha Major João Rodrigues Carrilho (1883) Francisco A. Bittencourt (1883-1885)
1887 - 1888	Anastácio José da Rocha (1887) Vicente Lúcio de Carvalho Antônio José de Souza Gomes Francisco Peixoto de Carvalho Manoel Antônio Leite
1891	Vicente Lucio de Carvalho

Quadro 4. Subdelegados da Ilha do Governador (1861-1900)¹⁹.

Período	Subdelegados em exercício
1861-1868	José Carlos Soares
1869-1871	Manoel Rodrigues Pereira Alves
1872	Manoel Barbosa da Silva (substituto)*
1873-1877	Ten. José Antônio da Costa Gama
1878-1879	Manoel Luiz Alexandre Ribeiro
1881	Germano Mendes Limoeiro
1882	João Rodrigues Carrilho (substituto)*
1883	João Rodrigues Carrilho
1884	Manoel Barbosa da Silva
1885	Francisco Pereira Bittencourt (substituto)
1886	Francisco Pereira Bittencourt
1887	Manoel Candido da Silva Castro
1888	Vicente Lúcio de Carvalho.
1891-1892	Francisco Pereira Bittencourt
1893-1898	Pedro Barbosa da Silva (delegado)
1899	Manoel Joaquim Corrêa de Menezes
1900	José Bonifácio Burlamaqui Moura
* Neste ano o cargo estava vago. Os nomes em negrito se referem a caieiros.	

Chefes de polícia, delegados e subdelegados eram os principais agentes dos presidentes provinciais para o fornecimento de informações políticas. Aos presidentes provinciais cabia, além de desempenhar suas funções legais, fornecer avaliações precisas acerca de partidários e da conjuntura política em sua localidade, bem como seguir as diretrizes do Gabinete, de modo a garantir ganhos eleitorais aos que apoiaram sua nomeação. Dessa forma, o Gabinete incluía em sua rede de relações os chefes políticos locais¹⁸.

As alianças entre todos aqueles personagens eram mantidas principalmente pelo apadrinhamento. Como os cargos de delegado e subdelegado não recebiam remuneração, grande parte era ocupada por homens com boas condições econômicas que buscavam esses cargos públicos “para exercer autoridade extra e estender favores, isenções e proteção aos apadrinhados”, nas palavras de Richard Graham²⁰.

Uma das mais importantes atribuições de delegados e subdelegados era o alistamento para o Exército ou a Armada, uma vez que lhes permitia recrutar à força seus desafetos. Assim, esses cargos eram um importante instrumento para o exercício do mando local e para a formação da clientela²¹.

Aos fiscais da municipalidade cabia fazer cumprir as posturas e os decretos municipais, aplicar multas, produzir relatórios, entre outras atribuições. Dos seis fiscais identificados para o mesmo período, quatro eram caieiros: Francisco Antonio Bittencourt, Joaquim Pereira Alves de Magalhães, Francisco José do Nascimento e Manoel Leite Bittencourt²² (Quadro 5).

Os fabricantes de cal se faziam representar não só em cargos eletivos, figurando entre eleitores e juizes de paz, como também naqueles indicados por autoridades do governo, como fiscais da municipalidade e subdelegados. Constituíam, portanto, um grupo que, embora marcado por conflitos internos, detinha ferramentas para a defesa de seus interesses, fossem eles econômicos, políticos ou mesmo pessoais.

Quadro 5. Fiscais municipais da Ilha do Governador (1861-1900)²³.

Período	Fiscal Municipal
1861-1863	Francisco Antônio Bittencourt
1864-1871	Joaquim Pereira Alves de Magalhães
1872-1873	Major Francisco José do Nascimento
1874-1878	Mariano José da Cunha Pinheiro
1879-1883	Manoel Leite Bittencourt
1884-1887	Joaquim Victorino Pereira Alves
1888-1892	Manoel Leite Bittencourt
1895-1897	Manoel Leite Bittencourt (agente)
1899	Pedro Cerqueira de Alambary Luz Manoel Rodrigues Pereira Alves
1900	Pedro Cerqueira de Alambary Luz Manoel Rodrigues Pereira Alves

3.2 Espaços de sociabilidade

As práticas sociais passavam pelas associações, pelos salões, pelos teatros e pelas exposições. Os salões foram um importante espaço para incrementar a rede de relações da “boa sociedade”. Mais usuais na Corte imperial, possibilitavam recepções ao som de valsas e polcas, e nas quais se declamavam versos, se dançava, se punha em prática a boa conversação e se tratava dos negócios²⁴. As reuniões aconteciam em mansões residenciais nos bairros de Mata-Cavalos, Catumbi, São Cristóvão, Glória, Catete, Laranjeiras, Botafogo, Gávea e no centro da cidade²⁵.

É muito provável que os principais locais de encontro da Ilha do Governador fossem as capelas e a Matriz de Nossa Senhora da Ajuda, pois nesse período não havia registros civis, de modo que os principais eventos

obrigatoriamente passavam pela Igreja Católica, a exemplo de batismos, casamentos e missas fúnebres. Vale lembrar que as eleições e as reuniões das juntas paroquiais ocorriam na sacristia da Matriz ou no corpo da Igreja. Além disso, esses ritos constituíam um instrumento relevante para a formação de alianças entre as famílias.

Embora tenha ocorrido um declínio dessas associações religiosas na segunda metade do século XIX, as irmandades constituíam importantes espaços de sociabilidade e costumavam distinguir-se de acordo com as profissões, grupo étnico ou cor. Organizadas por leigos, suas reuniões se davam nas igrejas, e ali organizavam festas e homenagens ao santo de devoção²⁶.

Assim, havia irmandades frequentadas pela elite política (Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro); outras por militares (Irmandade da Santa Cruz dos Militares) e outras formadas por negros (Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia), numa demonstração de que a hierarquia da sociedade também se fazia presente nos templos²⁷.

A Freguesia da Ilha do Governador contava com a Irmandade do Santíssimo Sacramento desde fins do século XVIII²⁸. Dentre suas atividades estava a organização da Festa do Corpo de Deus, ocasião em que havia exposição da hóstia consagrada, missa cantada, sermão e procissão²⁹. O Compromisso da Irmandade, registrado em 1898, previa a composição da mesa por dezessete irmãos, que poderiam ocupar um cargo de Provedor, um de Vice-Provedor, um de Secretário, um de Tesoureiro, um de Procurador, cinco cargos de Sub-Procurador e sete de Mesário.

O primeiro cargo era o que tinha maior destaque, pois “o irmão Provedor é o primeiro representante da Irmandade e nessa qualidade preside a todos os atos públicos e particulares da mesma”. Entre suas atribuições estavam “regular todos os despachos da Irmandade”, “propor negócios à discussão” e “manter a ordem”. Além disso, em caso de empate nas votações, era seu o “voto de qualidade”³⁰.

Ademais, como afirma Mariza de Carvalho Soares, as irmandades no Brasil apresentaram um perfil específico. Segundo a autora, “em cada paróquia é instituída uma Irmandade do Santíssimo Sacramento, que, incentivada pelas autoridades eclesiásticas, é a preferida das elites da cidade”. As irmandades se responsabilizavam por boa parte dos principais eventos públicos da cidade, como cortejos festivos e fúnebres³¹.

Segundo Maria Ana Bernardo, em sua pesquisa acerca das relações sociais e práticas de distinção na cidade de Évora, em Portugal oitocentista, as associações religiosas também constituíam espaços para as práticas sociais:

As associações com finalidades religiosas, de beneficência, de defesa dos interesses de uma determinada classe e desportivas, também podiam – e

isso acontecia frequentemente – apresentar uma vertente de sociabilidade, mas nestes casos ela funcionava sobretudo como um meio mais eficaz de se atingirem os fins específicos para os quais as ditas associações tinham sido fundadas. Era, pode considerar-se, uma sociabilidade de algum modo instrumentalizada³².

Das festas religiosas organizadas na Ilha do Governador, temos notícia em virtude dos anúncios de barcas e lanchas que partiam da Corte e de casas que preparavam comidas para os eventos. Oferecia-se transporte para a festa de Nossa Senhora da Ajuda, festa do Divino Espírito e festa de Nossa Senhora da Conceição³³, bem como “Bons e delicados petiscos com especialidade o belo peixe – pescado e logo frito – refrescos, iguarias³⁴”. Nessas festas havia leilões, cavalhadas, diferentes sociedades de música e fogos de artifício³⁵.

Aparentemente, os fabricantes de cal procuravam aproveitar ao máximo as oportunidades de se fazerem presentes. Tendo sido aberta, em 1854, subscrição popular para a confecção da estátua equestre de D. Pedro I, treze caieiros estavam entre quatorze contribuintes. Ao lado de seus nomes constavam os valores ofertados: Bernardo José Serrão (50\$); Francisco Antônio Leite (50\$); João Coelho da Silva Junior (50\$); Antônio da Cunha Pereira (40\$); Antônio José de Souza Gomes (30\$); Antônio Leal Goulart (30\$); Francisco Antônio Bittencourt (30\$); Manoel José Borba (30\$); Caetano Alves de Paula Paiva (10\$); João Rodrigues Carrilho (10\$); Manoel Barbosa da Silva (10\$); Manoel Rodrigues Pereira Alves (10\$); João Francisco Rosa (5\$); Manoel José Rosa (5\$). Dos mencionados, só Manoel Barbosa da Silva não era caieiro³⁶.

Em 1885, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro nomeou comissão para arrecadar donativos na Ilha do Governador para a festa da Independência. Dos nove integrantes da comissão, cinco eram caieiros: Domingos Pereira Alves de Magalhães, Joaquim Pereira Alves de Magalhães, Vicente Lúcio de Carvalho, Francisco Antônio Bittencourt e Francisco Pereira Bittencourt³⁷.

Do mesmo modo, alguns caieiros lançaram mão de um recurso bastante direto a fim de estreitar relações e obter a simpatia imperial: ofereceram um “donativo patriótico”. Ana de Carvalho Gama, João Francisco Rosa e Caetano Alves de Paula Paiva, moradores da Ilha do Governador, afirmavam em petição a D. Pedro II que:

Côncios do dever que a todo cidadão assiste de, por qualquer meio a seu alcance, contribuir para ajudar o governo de Vossa Majestade Imperial, no empenho patriótico de promover a defesa do país; resolveram pôr desde já à disposição do mesmo governo para ser empregada nos reparos das fortalezas 45 moios de cal superior³⁸.

A doação dos materiais, às vésperas da Guerra do Paraguai, recebeu um agradecimento nominal por meio de nota oficial na primeira página do *Diário do Rio de Janeiro*, embora com erro de grafia quanto à primeira: “Mandou o governo agradecer mais as ofertas de materiais feitas em comum por Ana de Carvalho Gomes, João Francisco Rosa e Caetano Alves de Paula Paiva, fabricantes de cal na Ilha do Governador³⁹”.

Atitude semelhante, que certamente lhes proporcionava a simpatia da sociedade insulana e da Igreja Católica, verificou-se em 1900, quando foram doados materiais de construção para as obras da Escola 15 de Novembro, em São Cristóvão:

[...] Alguns industriais desta Ilha concorreram com cal, pedra e areia doce. Essa fineza que o virtuoso Conego Amador Bueno, exemplar Diretor da Escola e do Asilo Santa Izabel, tanto agradece, é uma esmola feita por esses honrados industriais a grande número de crianças desvalidas. E nós por nossa vez lhes agradecemos também⁴⁰.

Em 1863, havia ainda uma associação denominada Sociedade Popular União e Perseverança, provavelmente com fins de caridade. Entre os oito membros de sua comissão paroquial estavam importantes personagens do poder local, como o proprietário Bernardo José Serrão, o coronel Pacifico Antonio Xavier de Barros, o subdelegado José Carlos Soares, o médico Antonio Baptista Vilella Guapiassú e os caieiros capitão João Rodrigues Carrilho, Francisco Antonio Bittencourt, João Coelho da Silva e Antônio José de Souza Gomes⁴¹.

Já em 1880, proprietários e caieiros fundaram a Junta Paroquial de União e Beneficência da Ilha do Governador com a finalidade de:

1º proteger a viuvez e a orfandade; 2º socorrer os enfermos indigentes; 3º concorrer para a libertação do bom escravo, nunca porém em discordância com os senhores; 4º auxiliar o desenvolvimento da instrução e progresso da paróquia; 5º manter a concórdia entre os paroquianos e, principalmente, entre seus associados [...]; 6º edificar pequenas casas para pessoas de poucos recursos mediante uma indenização mensal, paga pelas ditas pessoas, que ficarão proprietárias num determinado espaço de tempo; 7º vigiar os procedimentos dos funcionários civis e políticos da paróquia a fim de os ajudar e de os louvar por seus bons atos ou representar contra eles, pelos abusos cometidos no exercício de suas funções⁴².

A sessão inaugural da Junta Paroquial ocorreu no dia 20 de janeiro de 1881, ocasião em que foram aprovados os estatutos para a sanção do governo imperial. A diretoria provisória eleita foi formada pelo caieiro major João

Rodrigues Carrilho, como presidente; Manoel Barbosa da Silva, secretário; o proprietário Anastácio José da Rocha, tesoureiro fiscal; João José Alves Ferreira, procurador; caieiro Antônio José de Souza Gomes, Francisco Antonio Bittencourt Filho e Manuel Antônio Leite, conselheiros⁴³.

As práticas filantrópicas dos moradores da Ilha do Governador podem ser compreendidas a partir da análise de Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, segundo a qual, em fins do século XIX “predominou a opção pela auto-organização, através do fortalecimento de associações de ajuda mútua, sem a interveniência do Estado⁴⁴”. A autora adotou o conceito de reciprocidade para compreender as motivações para a filantropia e/ou mutualismo e verificou que a doação constituía “oportunidade de afirmação de *status* e poder, e o dom oferecido envolvia a emissão de conselhos e de regras de comportamento⁴⁵”. Portanto, a busca por reconhecimento social por meio destas associações foi uma prática recorrente no Brasil oitocentista e certamente também o foi na Freguesia da Ilha do Governador.

3.3 Sociabilidades caieiras: análise das famílias Bittencourt, Coelho da Silva e Guedes

Considerando que, por vezes, o negócio da cal envolveu membros de uma mesma família, vejamos alguns caieiros da Ilha do Governador da segunda metade do século XIX que demonstraram possuir vínculos com importantes personagens locais, observando seus núcleos familiares:

3.3.1 Família Bittencourt

Francisco Antônio Bittencourt nasceu por volta de 1803, filho de Antônio Pobre do Amaral e Rosa Maria da Conceição. Desde 1858, mantinha sua fábrica de cal na Ribeira. Residente no mesmo local, sua renda declarada era de 600\$000 anuais⁴⁶. Casado com Delfina Francisca Rosa⁴⁷, foi fiscal da municipalidade⁴⁸, eleitor (1876-1879), juiz de paz (1883-1885), dono de uma casa de secos e molhados no Zumbi (1883-1887)⁴⁹ e integrou a mesa paroquial em 1878⁵⁰.

Faleceu em 24 de dezembro de 1885, com 71 anos. Seu inventário foi aberto em 30 de dezembro de 1885, tendo tramitado na 1ª Vara de Órfãos e Sucessões. Deixou 22:480\$930, dos quais, após pagamentos de dívidas e gastos com o próprio inventário, 19:345\$330 foram divididos entre seus herdeiros. Entre seus credores estava Bernardo José Serrão, proprietário do terreno que havia arrendado a 30 mil-réis ao ano (Quadro 6).

Em seu inventário foram arrolados, entre outros, 12 bens de raiz, imóveis construídos em terreno arrendado na Ilha do Governador. Um deles estava

ocupado com caieira e máquina a vapor. Das sete embarcações, pelo menos uma se destinava à viagem de cal. Possuía, ainda, uma máquina a vapor, necessária para o fabrico daquele material, três currais para pesca e doze escravos. De seus oito escravos com profissão, dois eram caieiros, um pescador, um para serviços na lavoura, um para serviços domésticos, dois agricultores e um marinho.

Quadro 6. Composição da fortuna (em mil-réis) acumulada por Francisco Antônio Bittencourt (1885)⁵¹.

Ativos	Avaliação
Dinheiro, moedas e letras	5:768\$480
Joias	156\$000
Utensílios, móveis, ferramentas, roupas	698\$450
Barcos, canoas e redes	2:528\$000
Madeiras e máquina a vapor	530\$000
Escravos	2:000\$000
Imóveis	7:700\$000
Adiantamento de herdeiras	3:100\$000
Total	22:480\$930

Embora a quantidade de escravos destinados ao serviço na caieira não superasse significativamente o número de escravos destinados a outras atividades, a produção de cal parece ter tido relevância nos rendimentos de Francisco Antônio Bittencourt, tendo em vista os dados constantes em seu inventário (Quadro 7)⁵².

Naqueles autos, percebemos que no tempo do inventariante – pelo menos um ano – houve renda de 1:282\$000 referente à venda de cal, além dos 470\$000 com a venda no mês de janeiro. Note-se que o valor obtido com a venda de cal em janeiro é o dobro da renda obtida com aluguel de casas – 157\$000 – no mesmo período.

Considerando-se a ausência de menção a instrumentos relacionados à lavoura ou a plantações e a comparação dos valores obtidos com a cal e com aluguéis, pelo menos nos últimos anos de Francisco Antônio Bittencourt seus lucros foram obtidos principalmente da produção de cal.

Como não deixou testamento – conforme consta em seu inventário –, a herança de Francisco Antônio Bittencourt foi partilhada entre seus herdeiros: Francisca Bittencourt Silveira Guilherme; Manoel Leite Bittencourt; Francisco Pereira Bittencourt; Antônio Oliveira Bittencourt; Tereza Bittencourt Rabello e descendentes de Joana Bittencourt, falecida antes do pai⁵³.

Quadro 7. Rendimentos (em mil-réis) de Francisco Antônio Bittencourt (1886)

Ativo	Valor
Valor obtido na venda da cal no tempo do inventariante	1:282\$000
Dinheiro recebido de uma dívida	7\$000
Cal vendida no mês de janeiro	470\$000
Aluguel de casas até o mês de fevereiro	157\$000

Atentemos para o destino de alguns dos bens: Manoel Leite Bittencourt recebeu o estabelecimento de cal, a máquina a vapor e os prédios da praia do Zumbi. Francisco Pereira Bittencourt ficou com o prédio na praia do Cabaceiro⁵⁴, o valor referente ao serviço dos escravos e um barco.

Filho de Francisco Antônio Bittencourt e Delfina Rosa Bittencourt, Manoel Leite Bittencourt nasceu por volta de 1839⁵⁵. Sua renda declarada era de 500\$000 (quinhentos mil-réis) anuais⁵⁶. Foi fiscal municipal (1879-1883, 1888-1892), eleitor (1879-1881), caieiro na praia da Ribeira (1883-1888, 1891), onde fixou residência, e inspetor de quarteirão (1875-1881).

No Diário Oficial da União de 23 de março de 1890 consta o expediente da Intendência Municipal referente ao requerimento de “Manoel Leite Bittencourt, para fábrica de cal na Ilha do Governador. – Junte o conhecimento do haver pago a licença do ano passado”.

Interessante notar que Manoel deu continuidade à produção de cal após a morte de seu pai, fazendo uso da herança recebida. Foi membro da comissão de alistamento eleitoral em 1895⁵⁷. Em 1912 consta que “o general Souza Aguiar, Inspetor da 9ª região, autorizou o Sr. Manoel Leite Bittencourt, presidente da sociedade de tiro n. 105, com sede na Ilha do Governador, a fazer funcionar a linha de tiro construída por conta da mesma sociedade⁵⁸”.

Outro membro desta família que merece atenção foi Francisco Pereira Bittencourt. Irmão de Manoel Leite Bittencourt, nasceu por volta de 1838, manteve fábrica de cal na praia do Cabaceiro (1876-1888, 1891) e residiu na praia do Zumbi. Sua renda anual declarada era de 500\$000 (quinhentos mil-réis)⁵⁹.

Francisco Pereira Bittencourt foi substituto (1882-1885) e depois subdelegado de polícia (1886), suplente de fiscal da municipalidade (1874-1886), membro da junta de revisão de qualificação de votantes da paróquia⁶⁰ e secretário da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador. Também integrou comissão nomeada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro para arrecadar donativos, na Ilha do Governador, para a festa da Independência⁶¹.

A nomeação de membros da família Bittencourt para determinados cargos públicos parecia estar estreitamente relacionada com o vínculo de parentesco.

Francisco, o pai, foi fiscal da municipalidade (1861-1863); cerca de dez anos depois seus filhos também estiveram ligados ao cargo. Se o período entre o exercício daquele e destes parece longo, observemos a proximidade dos irmãos: Francisco Pereira esteve ligado ao cargo de 1874 a 1886, tendo sido suplente do irmão Manoel por quatro anos (1879 a 1883).

Os irmãos também ocuparam cargos na polícia, disputaram eleições e foram membros de associações. Manoel foi inspetor de quartelão de 1875 a 1881. No ano seguinte, seu irmão assumiu como subdelegado substituto (1882 a 1885) e como titular do cargo (1886). Além disso, ambos foram escolhidos eleitores em 1878, nomeados para a comissão de alistamento e revisão eleitoral em 1895.

Em 30 de outubro de 1892, Pereira Bittencourt elegeu-se membro do Conselho Municipal, tornando-se o primeiro intendente da Ilha. O Conselho começou a legislar a partir de dezembro de 1892, data de sua criação (Lei nº 85, de 20/09/1892), e a ele cabia, juntamente com a Prefeitura, a administração da municipalidade. Dentre suas atribuições estava a organização anual do orçamento da cidade, o estabelecimento e a regulamentação da instrução pública, mercados, vias urbanas, fábricas, impostos, obras e compra de imóveis, entre outras⁶². Antes de chegar ao cargo, este fabricante de cal aliou-se a um personagem de prestígio da Ilha do Governador: Manoel Barbosa da Silva, cavaleiro da Ordem da Rosa.

Manoel Barbosa da Silva residiu no Morro da Tapera, exerceu os cargos de juiz de paz⁶³, substituto (1872) e subdelegado (1884) de polícia, recebeu o título de cavaleiro da Ordem da Rosa e foi provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador.

Segundo o Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador, registrado em 1898, o cargo de provedor era o que tinha maior destaque, pois “o irmão Provedor é o primeiro representante da Irmandade, e nessa qualidade preside a todos os atos públicos e particulares da mesma”. Entre suas atribuições estava “regular todos os despachos da Irmandade”, “propor negócios à discussão” e “manter a ordem”. Além disso, em caso de empate nas votações, era seu o “voto de qualidade”⁶⁴.

Manoel Barbosa da Silva, ocupante dos mais importantes cargos na Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda e detentor de honraria, faleceu em sua casa naquela localidade, em 11 de agosto 1884. Seu inventário foi aberto em 28 de junho de 1886 e tramitou na 1.ª Vara de Órfãos e Sucessões do Rio de Janeiro, tendo como inventariante Margarida Barbosa da Silva, sua esposa. Seus herdeiros eram Pedro Barbosa da Silva; Antônia Barbosa Bittencourt, casada com Francisco Pereira Bittencourt; Maria Isabel Pinheiro, casada com

Antônio José de Sousa Pinheiro; Mercedes Barbosa da Rocha, casada com o professor Antônio Hilarião da Rocha, e os três filhos de Manoel Barbosa da Silva Júnior, falecido antes do inventariado⁶⁵.

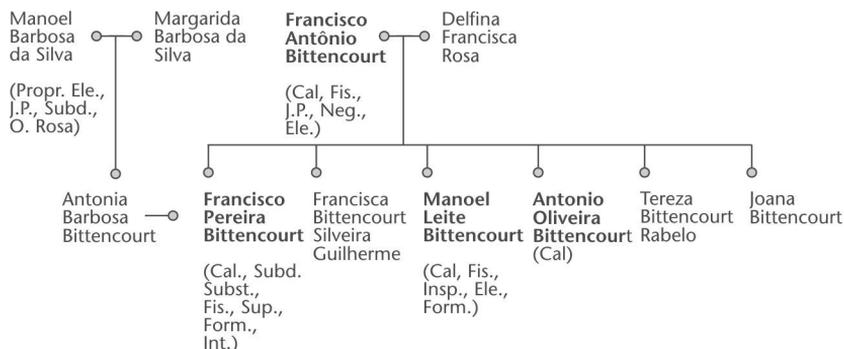
Dentre os bens inventariados de Manoel Barbosa da Silva estava uma casa (avaliada em 400\$000) construída em terreno de foreiro na praia da Tapera, pertencente a Manoel Rodrigues Pereira Alves – caieiro na mesma freguesia – e cinco escravos domésticos⁶⁶. Embora Manoel Barbosa da Silva não possuísse bens de grande valor quando de sua morte – seus bens totalizaram 464\$000 –, as listas de qualificação de votantes de 1874 e 1877 o descreveram como proprietário⁶⁷. Essa aparente discrepância não nos surpreende, uma vez que inventários são retratos instantâneos, não revelando a dinâmica ou o processo de mudança da vida material do falecido⁶⁸.

De todo modo, a atuação de Manoel Barbosa da Silva na freguesia da Ilha não parece estar muito ligada ao acúmulo de bens ou à produção de gêneros. Isso pode ser compreendido por meio da visão de João Fragoso e Manolo Florentino, os quais demonstraram que a organização social possuía uma lógica que não se limitava à riqueza e tampouco se explicava exclusivamente por fatores econômicos⁶⁹. Manoel Barbosa da Silva não foi proprietário de grande extensão de terras ou de grande número de escravos, mas ocupou cargos como juiz de paz, provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador e, mais que isso, possuía o título de cavaleiro da Ordem da Rosa.

Num período em que os vínculos familiares influenciavam no prestígio social, certamente as vantagens do casamento entre Francisco Pereira Bittencourt e Antônia Barbosa Bittencourt foram avaliadas pelas duas famílias. Segundo Mariana Muaze, “a boa escolha dos casamentos para os herdeiros e herdeiras significava, na prática, a perpetuação do nome e da honra de uma determinada casa familiar no tempo⁷⁰”. Mais do que fortuna, a aliança entre os Bittencourt e os Barbosa da Silva pareceu estar muito mais voltada para a manutenção do prestígio social dessas famílias na Freguesia da Ilha do Governador.

Do mesmo modo, o professor Antônio Hilarião da Rocha e Antônio José Pinheiro também se aliaram a Manoel Barbosa da Silva, tendo sido genros daquele subdelegado. Antônio José Pinheiro foi administrador, elegível e inspetor de quartelão na localidade de Tubiacanga⁷¹. Antônio Hilarião da Rocha foi um dos fundadores de jornal da Ilha do Governador. Apesar de não ter deixado grande fortuna, Manoel Barbosa deteve um *status* privilegiado na localidade. Seu filho, Pedro Barbosa da Silva, era conhecido como capitão Barbosa⁷² e tinha suas atividades como delegado amplamente divulgadas e apoiadas no jornal *O Suburbano*, dirigido por seu cunhado, Antônio Hilarião da Rocha.

Diagrama 1. Família Bittencourt. Elaborado pela autora com base em referências citadas ao longo do texto.



Legenda

Cal – Fabricante de cal	Int – Intendente Municipal	Subd. – Subdelegado de Polícia
Ele. – eleitor	Insp. Quart. – inspetor de quarteirão	Neg. – negociante
Fis.–Fiscal da Municipalidade	JP – Juiz de Paz	O. Rosa – Cavaleiro da Ordem da Rosa
Form. – fabricante de formicida	Propr. – Proprietário	Subd. Subst. – Subdelegado substituto

3.3.2 Família Coelho da Silva

João Coelho da Silva foi juiz de paz (1833, 1848-1851 e 1857-1860), subdelegado (1854-1855), eleitor⁷³, agraciado com a Ordem de Cristo no grau de cavaleiro⁷⁴ e caieiro na praia da Freguesia de 1853 a 1862. Casado com Maria Antônia Araujo Silva, chegou a ter onze filhos com sua esposa, porém, quando de seu testamento, apenas quatro deles estavam vivos: João Coelho da Silva Júnior; Felizarda Maria da Silva Rosa, casada com Manoel José Rosa; Rita Josefina da Silva Gomes, casada com Antônio Vicente Gomes; e Francisca Rosa da Silva Soares, casada com José Carlos Soares⁷⁵. Seus genros foram figuras bastante proeminentes em suas freguesias, com destaque para o marido de sua filha Rita Josefina.

Antônio Vicente Gomes foi caieiro na Ilha do Governador em 1848, mas no ano seguinte elegeu-se vereador na cidade de Niterói, não tendo sido encontradas referências de que tenha continuado a fabricar cal⁷⁶. Além disso, foi subdelegado substituto, membro do Tribunal do Júri, juiz de paz, eleitor, produtor de café, tenente-coronel da Guarda Nacional e agraciado por D. Pedro II com a Ordem da Rosa no grau de cavaleiro⁷⁷.

A partilha dos bens de João Coelho da Silva foi bastante discutida, chegando a haver a alegação de mais de um testamento. Antes mesmo de sua

morte, a convivência entre seus genros, Manoel José Rosa e José Carlos Soares, não parecia ser das melhores. Em extensa coluna, José Francisco da Silva, que se apresenta como um amigo de José Carlos Soares, procura defender este subdelegado de constantes ataques publicados na imprensa. Segundo José Francisco, os autores de tais “injúrias” seriam o vigário da Ilha do Governador – João do Monte Olivete Pina –, Manoel José Rosa e o proprietário de padaria e futuro caieiro Francisco José do Nascimento⁷⁸.

O motivo da inimizade de José Carlos Soares com o vigário teria sido a interferência daquele em conflito público entre o padre e João Coelho da Silva. Já a desavença com Manoel José Rosa diria respeito à tentativa deste de convencer o sogro João Coelho, já em idade avançada, a lhe vender 30 escravos, cinco barcos, terras, duas moradas e uma fábrica de cal por 50:000\$000, com juros de 6% ao ano, valor considerado “insignificante” por José Francisco. José Carlos Soares, como coerdeiro, não permitiu o negócio planejado por Manoel José Rosa⁷⁹.

Quanto a Francisco José do Nascimento, teria se aliado a Manoel José Rosa e serviria “de capa a um simulado arrendamento da caieira, dos 30 escravos e de barcos, que lhe foi feito por Coelho pela quantia de 500\$000 mensais, quando só os escravos alugados dariam 900\$000.” Francisco é descrito como um analfabeto que de simples pescador, que vivia de esmola, chegara à Guarda Nacional. Foi acusado ainda de atrair os “pretos das caieiras vizinhas, com os quais joga o pagão, e assim os vai escamoteando (...)”⁸⁰.

Francisco José do Nascimento manteve fábrica de cal na praia do Zumbi de 1863 a 1874 e foi fiscal da municipalidade na Freguesia da Ilha do Governador de 1872 a 1873. Uma década depois de ser acusado por José Francisco da Silva, foi agraciado com a Ordem da Rosa no grau de cavaleiro (1870) e ocupava o posto de major da Guarda Nacional (1871)⁸¹.

Não sabemos se a carta assinada por José Francisco da Silva foi encomendada. Tampouco saberemos se as acusações procedem, ainda mais se levarmos em consideração que no mês anterior o mesmo José Francisco da Silva publicou artigo criticando a atuação de José Carlos Soares⁸². A própria identidade do subscritor permanece nebulosa em virtude da existência de homônimos e da própria maneira como foi descrito em nota assinada por “o mesmo”: “Silva, homem desconhecido e sem posição”⁸³. Por outro lado, a provável intriga entre os genros de João Coelho da Silva nos permite antever sua fortuna, que chegou a incluir 30 escravos. Talvez esta confusão tenha sido uma motivação para que João adiantasse a partilha de alguns de seus bens.

Sabemos que João Coelho da Silva antecipou a divisão dos seguintes valores: entregou 12:000\$000 ao filho João Coelho da Silva Júnior para negócio; ao genro José Carlos Soares adiantou 1:900\$000 em dinheiro e 11 escravos, ao genro Antônio Vicente Gomes deu 2:000\$000 em dinheiro além

de cinco escravos, e ao filho Luiz Coelho da Silva, já falecido por ocasião do testamento, deu 8:500\$000. O testamento também tratava de casa de morada e quantia de 500\$000 a ser recebida pela agregada Felismina, e valores a serem distribuídos entre uma parda de nome Ângela (300\$000) e afilhados (30\$000)⁸⁴.

Considerando os valores adiantados por João Coelho da Silva, bem como sua biografia, verificamos tratar-se de um caieiro bem-sucedido em seus negócios e que ocupou posição de destaque na Freguesia da Ilha do Governador até 1862, quando faleceu⁸⁵.

João Coelho da Silva Júnior teve fábrica de cal na Ilha do Governador, na praia do Quilombo, de 1861 a 1877⁸⁶. Era negociante matriculado⁸⁷, capitalista proprietário de prédio na Rua dos Ourives, em freguesia urbana da cidade⁸⁸, tendo fornecido cal de marisco para o Arsenal de Guerra da Corte por diversas vezes (1855-1866), por preços que variaram de 15 a 26 mil-réis durante os anos de 1855 e 1856⁸⁹. Consultor da Imperial Sociedade Amante da Instrução⁹⁰, participou de subscrição popular aberta em 1854 para a confecção da estátua equestre de D. Pedro I, organizada na Ilha do Governador⁹¹, e foi conselheiro do Convênio da Cal⁹². Foi casado com Rosa Carolina Gomes da Silva, filha de Antônio José de Souza Gomes, produtor de cal na praia do Quilombo, na Ilha do Governador, e proprietário da Fazenda Conceição na mesma freguesia.

Francisca Rosa da Silva Soares, filha de João Coelho da Silva, foi casada com o caieiro José Carlos Soares, que exerceu importantes cargos na freguesia, como os de juiz de paz (1848-1860), subdelegado substituto (1851-1856) e subdelegado (1859-1868). O envolvimento de José Carlos Soares com a fabricação de cal não foi muito duradouro (1855-1856), mas sabemos que chegou a fornecer o material para o Arsenal de Guerra da Corte pelo preço de 16\$000 (16 mil-réis) o moio⁹³.

Acerca da atuação de José Carlos Soares como subdelegado, não faltaram comentários em jornais⁹⁴. Predominavam as críticas anônimas⁹⁵. Em 1863, Soares foi acusado de influenciar diretamente as eleições buscando apoio para a chapa de sua preferência, fosse oferecendo valores e enviando cartas de seu padrinho, o tenente-coronel José Bento da Silva, fosse ameaçando com a praça – convocação para o serviço militar – e com processos criminais⁹⁶.

Por serem denúncias não identificadas, podemos apenas suspeitar que entre os adversários políticos de José Carlos Soares pudesse estar um de seus parentes, Manoel José Rosa, com quem parece ter se desentendido, como mencionamos anteriormente. Contudo, esse cunhado faleceu em 1861, e as intrigas a respeito do subdelegado não diminuíram. De todo modo, aumenta o acervo de notícias a informar que as eleições na Freguesia da Ilha do Governador eram intensamente disputadas.

Manoel José Rosa foi caieiro na praia da Freguesia (1852-1861), juiz de paz (1849-1852, 1857-1861), subdelegado substituto (1851-1861), capitão da Guarda Nacional, eleitor (1861-1864) e agraciado com a Ordem da Rosa no grau de cavaleiro⁹⁷. Mantinha armazém de materiais para obras (telhas, tijolos, cal e ladrilhos) no Largo da Assembleia, 11, como informa o *Almanaque Laemmer*⁹⁸. Participou da subscrição popular aberta em 1854 para a confecção da estátua equestre de D. Pedro I⁹⁹. Faleceu em junho de 1861¹⁰⁰.

Algumas coincidências na biografia de João Coelho da Silva e de seus genros Manoel José Rosa e José Carlos Soares apontam para o que parecia ser uma estratégia de muitos caieiros: a ocupação de cargos públicos. Os três ocuparam o juizado de paz nos anos de 1849 a 1852, alguns deles permanecendo por um período maior que os demais. Além disso, durante todo o período em que João Coelho da Silva foi subdelegado, seus dois genros foram seus substitutos.

Mas para obter prestígio social também se lançava mão de recursos simbólicos, como as condecorações de ordens honoríficas. Se o sogro João Coelho da Silva foi agraciado com a Ordem de Cristo, Manoel José Rosa foi agraciado com a Ordem da Rosa. Assim também o genro de Manoel José Rosa, João Rodrigues Carrilho, recebeu a mesma mercê da Ordem da Rosa no grau de comendador, caracterizando a busca de três caieiros por papéis de destaque em relação ao restante do corpo social.

João Rodrigues Carrilho, genro de Manoel José Rosa, foi condecorado com a Ordem da Rosa em 1864 e como major da Guarda Nacional em 1873¹⁰¹. Sua principal atividade econômica era a produção de cal, exercida de 1857 a 1883 na Freguesia da Ilha do Governador. Carrilho foi cunhado¹⁰² de Bernardo José Serrão, proprietário de uma das seis fazendas/seções da Ilha do Governador, residente na Ribeira, juiz de paz, subdelegado, inspetor de quarteirão, fabricante de sabão, proprietário de serraria no Zumbi e proprietário de um teatro no Jequiá¹⁰³. Ambos participaram de subscrição popular aberta em 1854 na Ilha para a confecção da estátua equestre de D. Pedro I¹⁰⁴.

Carrilho foi ainda presidente do conselho de qualificação da Guarda Nacional em 1857¹⁰⁵, integrou a Sociedade União e Perseverança da Ilha do Governador em 1863¹⁰⁶; participou da comissão para arrolamento da população do município da Corte em 1870¹⁰⁷; foi membro de comissão eleita para a reconstrução da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda em 1871¹⁰⁸ e foi presidente da sociedade Junta Paroquial de União Beneficência, na mesma freguesia, inaugurada em 1881¹⁰⁹.

Foi escolhido eleitor de 1857 a 1860 e de 1864 a 1875. O intervalo nesta atividade esteve marcado pelo exercício do cargo de juiz de paz de 1861 a 1878. No campo político, João Rodrigues Carrilho não costumava se sair mal.

No entanto, em 1880, o rumo das eleições parece ter se distanciado muito de seus planos, levando-o a uma atitude pouco condizente com o sucesso nas urnas:

Ilha do Governador

Logo no começo da eleição deu-se um conflito entre diversos indivíduos, que foi apaziguado sem maiores consequências.

Prosseguindo os trabalhos tiveram, pouco depois, de ser suspensos pela mesa, por ter sido a igreja invadida por um numeroso grupo de indivíduos capitaneados pelo major João Rodrigues Carrilho, os quais, em grandes vozerias, opuseram-se a que os cidadãos continuassem a votar, agrediram em seguida os mesários, e, aproveitando-se da confusão que reinou, subtraíram o alistamento dos votantes¹¹⁰.

É bem provável que o episódio de 1880, em que consta ter interrompido as eleições primárias, tenha tido relação com o pleito de 1878. Nesse ano foram escolhidos eleitores, juizes de paz e vereadores. Embora indicado por votação para a presidência da mesa paroquial, Carrilho acabou pedindo dispensa do cargo por motivo de doença.

O primeiro fato curioso de 1878 foi o desaparecimento da urna eleitoral do cofre e o registro em ata de que, segundo João Rodrigues Carrilho, ela deveria estar ali. Superado o percalço com o uso de uma urna provisória, foi dado prosseguimento à votação. A apuração das cédulas eleitorais traria mais uma particularidade: se em eleições anteriores Carrilho não recebia menos de 100 votos, ele recebeu apenas um na disputa para juiz de paz e dois para eleitor. Seu cunhado Bernardo José Serrão experimentou o mesmo fracasso, tendo obtido apenas três votos para juiz de paz¹¹¹. Segundo as atas das eleições daquele ano, consta que João Rodrigues Carrilho, seu irmão Joaquim Augusto Carrilho e Bernardo José Serrão não foram às urnas.

Certamente a derrota eleitoral não foi bem recebida por Carrilho. Além de estar impossibilitado de participar das eleições para deputados e senadores e ter perdido o cargo de juiz de paz, demonstrava desprestígio e perda de controle dos cargos públicos:

[...] a medida de um homem dependia do tamanho de seu grupo de seguidores, e uma eleição perdida reduziria visivelmente essa comitiva. Ser demitido por um superior no governo era tolerável, pois assim é que devia ser; mas ser rejeitado por seus próprios seguidores indicava um fracasso de liderança, força, caráter, enfim, da própria clientela¹¹².

Num período em que as eleições eram marcadas pela violência e pela fraude, a brusca alteração no seu número de votos levanta a suspeita de que

em algum momento o pleito tenha sido manipulado. O caieiro parecia ter motivos para estar em disputa com os eleitores e juizes eleitos, e talvez por isso tenha levado tamanha confusão para o pleito de 1880. Se Carrilho já estava insatisfeito com o resultado de 1878, a qualificação dos votantes de 1880 tampouco lhe agradou.

Fazia parte do processo um período para pedidos de inclusão de cidadãos que não constassem na lista dos qualificados. Em 2 de março de 1880, o major João Rodrigues Carrilho apresentou-se, “acompanhado de outros indivíduos”, requerendo a inclusão de 28 votantes. Segundo o registrado na Ata da Junta Paroquial:

Logo que foi lida a relação supra mencionada, um dos indivíduos disse que a qualificação tinha sido injusta, declarando nessa ocasião o mesário Joaquim Pereira Alves de Magalhães que se a Junta fez uma qualificação sem apreciar a justiça de todos, isso não devia importar ao suplicante, o Sr. Major Carrilho, porquanto era questão que ele não podia apreciar; tanto bastou para o reclamante, Major Carrilho, e outros começassem em altas, atrevidas e descomunais vozes, dizendo-se prejudicados em seus direitos [...] o Presidente suspendeu a sessão por meia hora. Acalmadas as questões e mais sossegado o Major Carrilho, porque falava como um possesso, deliberou a Junta, depois de novamente instalada, que, com exceção do cidadão Pedro Ribeiro [...] e do cidadão José Luiz Ribeiro, todos os outros constantes da mesma relação foram pela Junta mandados incluir na lista suplementar¹¹³.

Os “indivíduos” que acompanhavam o major eram provavelmente seus capangas, homens pagos para impor suas ordens usando de violência. Se fosse preciso, ameaçavam votantes de candidatos concorrentes e impediam que eles chegassem às urnas. As ocorrências de disputas entre capangas adversários, muitos deles capoeiras, não eram raras no Rio de Janeiro. Neste caso, perto de seus 53 anos, o major buscou estar acompanhado desses partidários que tinham grande poder de persuasão ante a junta¹¹⁴.

A ata era lida e assinada pelos membros da junta, de modo que o trabalho do escrivão era limitado não só pela formalidade que a ocasião requeria, mas também pelas possíveis exigências de mesários e do presidente. Ainda assim, percebemos que a vozeria de Carrilho e seus acompanhantes teve relação com a provocação de Joaquim Pereira Alves de Magalhães, que, de forma polida ou não, deixou claro ao ex-juiz de paz sua impotência para influenciar as futuras eleições. Mas quem era este que provocara Carrilho?

Joaquim Pereira Alves de Magalhães manteve caieira na praia da Freguesia de 1869 a 1891¹¹⁵, foi proprietário de terras no mesmo local, fiscal da freguesia (1870-1871)¹¹⁶, juiz de paz (1869-1872)¹¹⁷, 3º suplente de subdelegado¹¹⁸ e eleitor (1878-1881). Magalhães residia e mantinha fábrica na mesma

localidade que Carrilho, a praia da Freguesia. A proximidade e a ocupação de cargos eletivos podem ter resultado em disputa por apoio eleitoral entre os dois.

Contudo, Carrilho se opôs mais diretamente a outros dois membros da mesa: Braz Francisco de Oliveira e Antônio Oliveira Bittencourt. Isso porque, na mesma ocasião em que o major pediu a inclusão de votantes, apresentou requerimentos pedindo confirmação da qualificação do primeiro na paróquia da Ilha do Governador e ratificação acerca da elegibilidade do segundo. Carrilho juntou ainda 10 assinaturas que não se referiam a nenhuma autoridade da freguesia além do pároco.

Aparentemente, Carrilho teria alcançado seu intento de incluir votantes que certamente o apoiariam na eleição. Contudo, não demorou muito para que a junta demonstrasse sua intenção de não atender às exigências do major. No dia seguinte ao seu requerimento, aberta a sessão, o presidente da junta paroquial declarou que havia sido omitida na ata anterior a recusa de Carrilho em assinar o termo que trouxera, conforme lhe fora requerido. Decidiu-se, então, que o major seria convidado, por ofício, a comparecer para satisfazer a formalidade da lei.

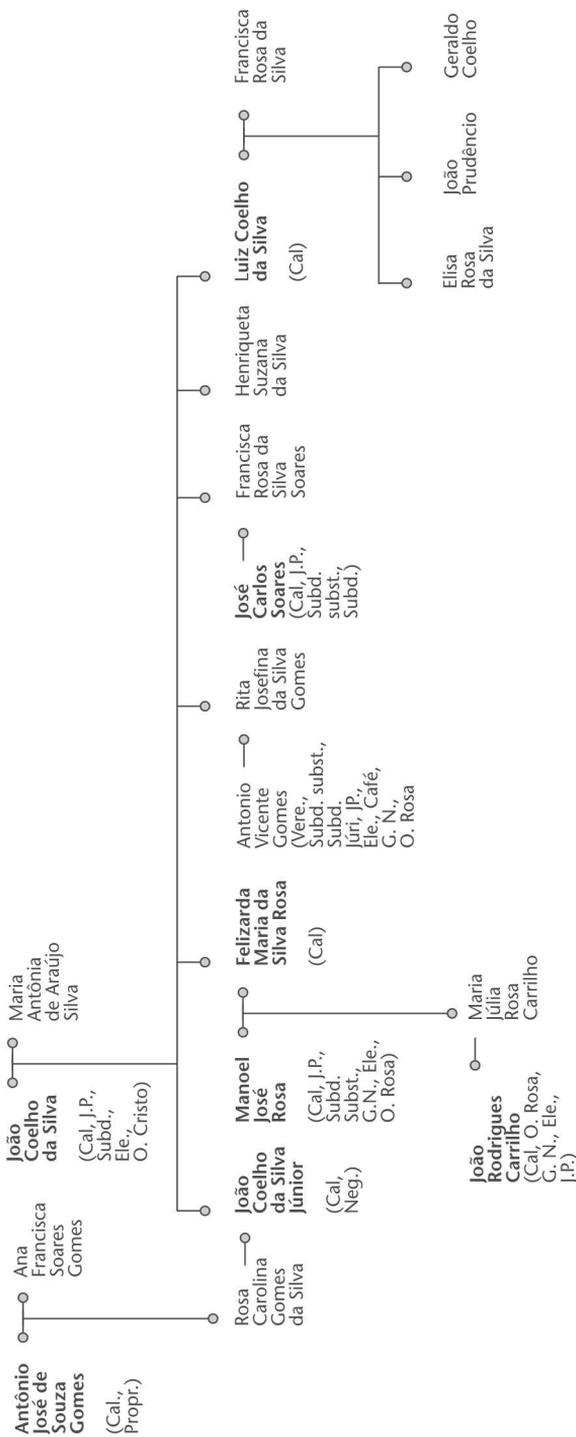
Não sabemos ao certo em que horário Carrilho recebeu o ofício e se de fato ele chegou às suas mãos. O que consta em ata é que, não tendo o mesmo comparecido até as quatro horas do dia 3 de março de 1880, resolveu a junta reconsiderar a decisão que incluiu os votantes solicitados¹¹⁹. Curioso é que no dia seguinte Pedro José Soares apresentou-se à junta requerendo admissão de votantes e foi prontamente atendido.

De fato, o Decreto 6097 de 12 de janeiro de 1876¹²⁰, que versava sobre a qualificação de votantes, previa em seu artigo 37 que “queixas, reclamações ou denúncias serão reduzidas a termo, que será assinado pelo cidadão que as apresentar”. Entretanto, esse Decreto não estipulou prazo para assinatura, o que nos faz crer que não havia impedimento legal para que se desse um tempo maior a fim de que o reclamante se apresentasse e cumprisse a exigência da mesa.

Como era de se imaginar, o major Carrilho não se elegeu juiz de paz em 1880. Entre os quatro vencedores estava Joaquim Pereira Alves de Magalhães, com 170 votos¹²¹. Contudo, ao lado de seu nome, no livro com o resultado das eleições, constava a seguinte anotação: “declarou pela imprensa ter renunciado ao cargo”. O caieiro que enfrentara João Rodrigues Carrilho, mesmo habilitando-se para o juizado de paz, renunciou ao cargo. Depois de conquistar tantos votos, isso não parece ser apenas uma coincidência.

Houve recurso a fim de que a eleição de 1880 fosse anulada. Por duas vezes os juízes se declararam suspeitos para julgar o petítório¹²². Se por um lado não pudemos acessar a decisão do processo, por outro percebemos que

Diagrama 2. Família Coelho da Silva. Diagrama elaborado pela autora tendo por base referências citadas no corpo do texto.



Legenda

- Café – Produtor de café
- Cal – Fabricante de cal
- Ele. – eleitor
- Fig. – Fiscal da Municipalidade
- Int. – Intendente Municipal
- J.P. – Juiz de Paz
- Juri – Membro do Tribunal do Juri
- Neg. - Negociante
- O. Rosa – Cavaleiro da Ordem da Rosa
- O. Cristo – Cavaleiro da Ordem de Cristo
- Propr. – Proprietário
- Subd. – Subdelegado de Polícia
- Subd. subst. – Subdelegado substituto
- Vere. - Vereador

o episódio parece ter sido perfeitamente contornado pelo major, tendo em vista sua participação na eleição da junta paroquial de qualificação realizada em dezembro do mesmo ano. Joaquim Pereira Alves de Magalhães; Vicente Lúcio de Carvalho, presidente da mesa em 1880, e Germano Mendes Limoeiro, eleito juiz de paz no mesmo pleito, não compareceram alegando moléstias. João Rodrigues Carrilho foi eleito mesário e 1º substituto do presidente da mesa, o vigário Francisco Alves da Costa e Silva. A qualificação ocorreu sem quaisquer incidentes.

Em 1882, Carrilho foi nomeado subdelegado. É possível que com este cargo Carrilho buscasse o já conhecido poder da polícia de “fazer as eleições”, empregando subdelegados e inspetores de quarteirão, seus subordinados, para intimidar a população no período eleitoral¹²³.

Além disso, Carrilho também procurou participar do Tribunal do Júri. Neste espaço, no entanto, não pôde intensificar sua atuação, tendo pedido dispensa em 1882 por motivo de doença e falecido em 12 de junho de 1883, aos 60 anos¹²⁴. João Rodrigues Carrilho casou-se com a filha de um proeminente morador da Ilha do Governador, associou-se a outros fabricantes de cal em convênio, foi eleitor, ocupou o cargo de juiz de paz, e, quando se viu ameaçado, não hesitou em fazer uso da violência.

3.3.3 Família de Emília Rosa Corrêa Guedes

Outra família insulana marcada pela indústria caieira foi a de Emília Rosa Corrêa Guedes. Viúva de Cypriano Pereira Alves de Magalhães, com o qual teve dois filhos, casou-se pela segunda vez com Manoel Domingos Guedes, com quem teve a filha Emília Guedes Leite. Faleceu em 17 de setembro de 1890, com 70 anos. Seu inventário foi aberto em 8 de janeiro de 1891¹²⁵.

Os filhos parecem ter feito bom uso da herança deixada por Emília Rosa, com tantos artigos destinados à produção da cal. Dificilmente seria de outra forma, pois Joaquim Pereira Alves de Magalhães já estava envolvido com esta indústria mesmo antes da morte de sua mãe.

Joaquim Pereira Alves de Magalhães, filho de Cypriano Pereira Alves de Magalhães e Emília Rosa Corrêa Guedes, nasceu por volta de 1832¹²⁶. Foi fiscal municipal (1864-1871)¹²⁷, juiz de paz (1869-1872 e 1881)¹²⁸, eleitor (1867-1868 e 1879-1881)¹²⁹, lavrador no Dendê, proprietário de terras e caieiro na Freguesia (1888-1891). Sua renda declarada era de 800\$000 (oitocentos mil-réis)¹³⁰.

Joaquim de Magalhães foi tesoureiro da comissão para a reforma da Matriz¹³¹ e integrou comissão nomeada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro para arrecadar donativos, na Ilha do Governador, para a festa da Independência¹³². Faleceu em setembro de 1894¹³³, poucos meses depois de sua segunda esposa, Maria Inocência da Rocha Magalhães¹³⁴.

Outro caieiro dessa família foi Domingos Pereira Alves de Magalhães. Filho de Cypriano Pereira Alves de Magalhães e Emília Rosa Corrêa Guedes, nascido por volta de 1836, possuía renda anual declarada de 400\$000 (quatrocentos mil-réis) e residiu na praia Grande (na Freguesia da Ilha do Governador), onde manteve produção de cal¹³⁵. No início de suas atividades como fabricante, arrendou a caieira da mãe (1873-1879), tendo assumido posteriormente a propriedade da fábrica, em 1884.

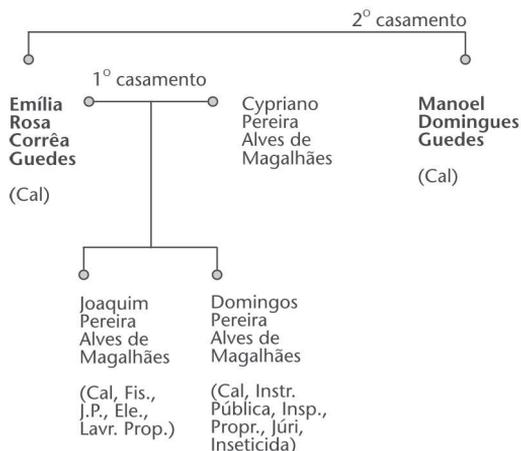
Domingos Pereira Alves de Magalhães foi delegado (1883-1887),¹³⁷ inspetor da instrução pública,¹³⁸ inspetor de quarteirão,¹³⁹ proprietário de terras,¹⁴⁰ membro do Tribunal do Júri¹⁴¹ e fabricante de inseticida na Freguesia a partir de 1885.¹⁴² Ele possuía armazém para a cal e para o “Inseticida Brasileiro”¹⁴³ na Rua S. Pedro, 73-A. O negócio era feito em sociedade, sob o nome Domingos Pereira Alves de Magalhães & C.¹⁴⁴

Quadro 8. Composição da fortuna (em mil-réis) acumulada por Emília Rosa Corrêa Guedes¹³⁶.

Ativos	Características	Avaliação
Data de terras	À Praia da Freguesia, media 1.038 m e 40 cm de frente, com fundos de mar a mar.	30:752\$000
10 imóveis	Casa sobre pilares de tijolos com dois fornos grandes para a calcinação de marisco.	8:000\$000
	Pequena casa onde estava instalada uma máquina de força de quatro cavalos.	
	Casa de vivenda coberta de telhas, sobre pilares de tijolos, parte cimentada, com pequeno telheiro, coberto de esteios e poço.	3:600\$000
	Casa de esteios, coberta de telhas, toda cimentada.	400\$000
	Casa de esteios, esta com seis quartos.	600\$000
	Casa sobre pilares de tijolos, coberta de telhas, com dois quartos.	2:000\$000
	Casa sobre pilares de tijolos, coberta de telhas, com quatro quartos.	3:000\$000
	Rancho coberto de telhas sobre pilares de tijolos, com divisões para trabalhadores e para depósitos de madeira.	1:000\$000
	Telheiro com trem para fazer farinha de mandioca.	100\$000
Casa sobre pilares de tijolos, coberta de telhas, com três quartos.	1:500\$000	
3 barcos e 1 catraia	Barco com dois mastros, para conduzir cal.	1:500\$000
	Barco para a extração de mariscos.	1:000\$000
	Barco para a extração de mariscos.	700\$000
	Catraia pequena.	300\$000.
Total		55:635\$500

Domingos Pereira Alves de Magalhães também integrou comissão nomeada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro por arrecadar donativos, na Ilha do Governador, para a festa da Independência.¹⁴⁵ Faleceu em fevereiro de 1893,¹⁴⁶ tendo sido enterrado no cemitério da Venerável Ordem Terceira da Penitência¹⁴⁷.

Diagrama 3. Família de Emília Rosa Corrêa Guedes.



Legenda

Insp. – Inspetor

Cal – Fabricante de cal

Ele. – eleitor

Fis. – Fiscal da Municipalidade

Inseticida – fabricante de formicida

Instr. Pública – Delegado e inspetor da Instrução Pública

Int. – Intendente Municipal

J.P. – Juiz de paz

Júri – membro do Tribunal do Júri

Lavr. - lavrador

Propr. – proprietário.

Desta identificação das famílias formadas por fabricantes de cal da Ilha do Governador pudemos perceber que muitas de suas alianças se davam pelo casamento entre membros do mesmo grupo. O casamento entre troncos familiares com negócios em comum era uma estratégia usual que visava a manter a riqueza familiar¹⁴⁸. A aliança entre caieiros assegurava a continuidade do negócio por seus herdeiros, que teriam o apoio de sogros e progenitores e a facilidade de administrar uma empresa já estabelecida.

Esses foram os núcleos que mais se destacaram durante a segunda metade do século XIX, tanto pela ocupação de cargos públicos quanto pelo funcionamento de suas caieiras por longos períodos, tendo estas permanecido nas famílias pelo direito de herança. Individualmente, outros personagens

também se destacaram por suas estratégias na formação de clientela, mas cabe aqui enfatizar que entre os principais postos de mando estavam sempre presentes os fabricantes de cal.

3.4 Sociabilidades insulanas: fabricantes de cal e suas redes de compadrio

Segundo Manoela Pedrosa, o compadrio formado a partir do batismo e do casamento era “um dos liames que criaram vínculos entre famílias e as posicionaram socialmente no mundo em que viviam¹⁴⁹”. Alguns fabricantes de cal da Ilha do Governador mantiveram vínculos sociais entre si por meio do casamento de seus familiares, como pudemos verificar no item anterior. Vejamos outra forma de compadrio ritual: o batismo.

Tivemos acesso a 2.241 registros de batismos ocorridos na freguesia entre 1861 e 1900. Destes, 281 envolviam caieiros, fossem eles pais, avós, padrinhos, proprietários de escravos ou testemunhas, revelando o envolvimento de caieiros em 12% dos batismos¹⁵⁰.

Da análise dos dados coletados nos registros paroquiais de batismo de 1861 a 1900, percebemos que alguns caieiros se destacaram pelo número de afilhados, como Antônio Leal Goulart (23), Joaquim Pereira Alves de Magalhães (18), Vicente Lucio de Carvalho (14), Antônio da Cunha Pereira (12), Pedro José Soares (12) e João Rodrigues Carrilho (11) (Quadro 9).

Dos seis caieiros que mais se destacaram pelo número de afilhados, três participavam ativamente da vida local na freguesia pelo exercício de cargos públicos: Joaquim Pereira Alves de Magalhães, Vicente Lucio de Carvalho e João Rodrigues Carrilho. Os mesmos caieiros estiveram envolvidos nas eleições de 1880, ocasião em que foram subtraídas as listas de votantes da freguesia e o processo eleitoral foi questionado¹⁵².

Quanto a Antônio Leal Goulart, sua ausência em cargos políticos parece se explicar por sua nacionalidade portuguesa. O caieiro compensou sua pouca participação na esfera pública batizando 23 crianças de 19 casais distintos. Entre os seus compadres estavam alguns pescadores qualificados como votantes na freguesia e os caieiros Antônio da Cunha Pereira e Francisco Dutra do Souto, bem como o Dr. Antonio Baptista Vilella Guapyassu, médico da freguesia (Quadro 10).

No que diz respeito a Antônio da Cunha Pereira e Pedro José Soares, não parecem ter tido muito destaque na Freguesia da Ilha do Governador. O primeiro tinha uma casa de secos e molhados, engenhoca de aguardente e fábrica de telhas e tijolos, embora não tivesse deixado de contribuir para a confecção da estátua de D. Pedro I e tivesse integrado a associação dos

fabricantes de cal. Pedro José Soares teve casa de secos e molhados e foi inspetor de quarteirão (1873, 1879, 1881)¹⁵³.

Entre os compadres de caieiros, também verificamos a presença de parentes consanguíneos, como Domingos Pereira Alves de Magalhães e Manoel Domingues Guedes, irmão e padrastrô, respectivamente, de Joaquim Pereira Alves de Magalhães, que os convidou para batizarem seus filhos¹⁵⁴.

Quadro 9. Compadrio por meio do batismo na Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda (1861-1900)¹⁵¹.

Caieiro	Afilhados	Filhos batizados	Compadrio com caieiros
Ana de Carvalho Gama	1	0	0
Antonio da Cunha Pereira	12	5	3
Antonio de Mattos Ferreira	2	1	0
Antônio Dutra do Souto Vargas	10	1	0
Antônio de Oliveira Bittencourt	1	1	0
Antônio José de Souza Gomes	6	1	1
Antônio Leal Goulart	23	0	2
Bernardo José Serrão	2	1	0
Caetano Alves de Paula Paiva	7	0	1
Domingos José Rosa	2	1	0
Domingos Pereira Alves de Magalhães	10	0	2
Emília Rosa Corrêa Guedes	5	0	1
Eduardo Dutra do Souto	4	4	0
Francisco Antonio Bittencourt	1	3	1
Francisco Antonio Leite	8	2	2
Francisco Dutra do Souto	3	4	1
Francisco José do Nascimento	3	0	0
João Coelho da Silva Júnior	1	1	1
João Francisco Rosa	0	2	1
João Rodrigues Carrilho	11	4	1
Joaquim Pereira Alves de Magalhães	18	6	4
Joaquim Augusto Carrilho	4	9	1
José Antônio da Costa Gama	2	0	1
Manoel Ferreira de Araujo	1	0	1
Manoel José de Borba	4	0	1
Manoel José Rosa	1	0	0
Manoel Leite Bittencourt	5	3	1
Maria da Glória Borba	8	1	0
Manoel Rodrigues Pereira Alves	7	2	1
Pedro José Soares	12	1	0
Vicente Lucio de Carvalho	14	4	1

Quadro 10. Compadres de Antônio Leal Goulart¹⁵⁶.

Compadres de Antônio Leal Goulart	
Compadres	Qualificação na lista de votantes de 1877
Manoella da Silva Machado	-
Maria de Nazareth	-
Maria Ignacia da Conceição	-
Antonio Augusto Coutinho e Leocadia Maria Muniz	Ausente
Antonio Baptista Vilella Guapyassu e Claudina Perpetua de Sá Guapyassu	Médico – 43 anos, residia na Praia do Zumbi
Antonio da Cunha Pereira e Thereza Maria de Mendonça Pereira	Ausentes
Antonio Francisco da Silva e Rita Maria da Silva – 2 (um deles pai já falecido)	Ausentes
Bernardo José Ferreira e Luiza Francisca Ferreira – 2	Pescador – 48 anos, residia na Praia do Zumbi
Francisco Dutra do Souto e Maria Silvana de Souto	Ausentes
João Clemente de Sant’Anna e Leopoldina Rosa de Jesus	Pescador – 40 anos, residia na Praia do Zumbi
João Manoel Martins e Roza Bernarda Conceição	Administrador – 54 anos, residia na Praia Grande
Joaquim Martinho de Carvalho (r. na pia batismal) e Maria Luiza da Conceição	Ausentes
Manoel Francisco de Oliveira e Amelia Maria de Oliveira – 2	Pescador – 40 anos, residia na Praia do Cabaceiro
Manoel Ignacio de Mattos e Jorgeana Rita de Mattos	Ausentes
Manoel Raymundo Mendes e Rita Maria da Silva	Ausentes
Rufino Joaquim de Oliveira e Geminiana da Costa Oliveira	Pescador – 40 anos, residia na Ponta da Ribeira
José Cardoso da Silva e Emilia Faria da Silva	Ausentes
Manoel Francisco de Mello e Joaquina Maria de Mello	Ausentes
Jacintha Eloy da Silva	-

Esse parece ser um indicativo de que o compadrio também podia constituir um mecanismo para fortalecer vínculos já existentes, conforme sustentou Silvia Brügger, segundo a qual “reforçar uma ligação já existente, através do compadrio, significava com certeza torná-la mais sólida¹⁵⁵”.

Richard Graham ressaltou que, embora mais tênues que os laços consanguíneos, os laços de parentesco ritual também eram importantes:

[...] Ser padrinho, afilhado, compadre ou comadre no Brasil, como em outras culturas ibéricas, envolvia obrigações religiosas e materiais importantes e,

portanto, de influência e até mesmo autoridade. Todos esses laços familiares implicavam obrigações mútuas de ajuda nas eleições ou na garantia de cargos no governo, de tal modo que, por extensão, muitas vezes alguém se referia de forma figurada a um protegido como afilhado, e a seu protetor como padrinho¹⁵⁷.

Assim, embora implicasse uma série de obrigações, o elevado número de afilhados era indicativo do prestígio do padrinho e de sua capacidade de obter benefícios para seus afilhados. Tratava-se de uma relação desigual, em que o afilhado estava em posição inferior ao padrinho, mas calcada na reciprocidade.

Considerando ser o caieiro com maior número de compadres, enveredamos pelo difícil caminho de identificar aqueles vinculados a Joaquim Pereira Alves de Magalhães. Pudemos verificar que havia certa diversidade entre os pais de seus afilhados, tanto em relação ao local de moradia quanto à profissão, incluindo pescadores, caieiros, alfaiate e médico, o que não parecia ajudar especificamente no fortalecimento da clientela para fins eleitoreiros, mas que mostrava um pouco de seu prestígio.

Por outro lado, dos seis convidados para serem padrinhos de seus filhos, três eram caieiros: Manoel Ferreira de Araújo, Manoel Domingues Guedes e Domingos Pereira Alves de Magalhães. O padrinho Pedro Barbosa da Silva, qualificado como pescador, ao contrário do que pode aparentar, não constituiu um caso de aliança para baixo – aliança com pessoa de menor prestígio social –, visto que era filho do então juiz de paz Manoel Barbosa da Silva¹⁵⁸ (Quadro 11).

Ainda que os demais caieiros não tivessem apresentado um grande número de afilhados, percebemos que havia uma constância no estabelecimento de vínculos com outros caieiros. Dos 31 caieiros identificados nos assentos de batismos, 20 tinham alguma relação de compadrio com outro fabricante de cal, fosse o outro caieiro pai de seu afilhado ou padrinho de seu filho, tratando-se, portanto, de um grupo que buscava reforçar laços entre si. Isto reforça a tese de que os caieiros tinham prestígio na sociedade local.

A análise do compadrio na Ilha do Governador durante a segunda metade do século XIX aponta uma das estratégias de formação de clientela na freguesia: o apadrinhamento. Outra estratégia para obtenção de prestígio social foi o casamento. Neste caso, o casamento de filhas de fabricantes de cal com personagens de destaque indicam que o negócio em questão era uma boa alternativa para a ascensão social.

Por tudo isso, verificamos a intensa atuação dos fabricantes de cal na Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador, fosse por meio de associações, comissões ou juntas paroquiais. Eles também participavam ativamente das eleições e ocupavam importantes cargos, nomeados pelo governo central. Sua atividade econômica foi a que mais se destacou na

localidade durante a segunda metade do século XIX. Em suma, os caieiros integravam o grupo de chefes locais da Ilha do Governador.

Quadro 11. Compadres de Joaquim Pereira Alves de Magalhães (1861-1900)¹⁵⁹.

Compadres de Joaquim Pereira Alves de Magalhães (1861-1900)		
Nº de compadres	Pais de seus afilhados	Qualificação na lista de votantes de 1874 e 1877/Almanak Laemmert
1	Antonio Baptista Vilella Guapyassu (Dr.)	Médico, Praia do Zumbi - 4º quarteirão
2	Antônio da Cunha Pereira	Caieiro (<i>Almanak</i>)
3	Antônio Francisco da Silva	Ausente
4	Antônio Pereira dos Santos	Pescador, Flecheiras - 10º quarteirão.
5	Cypriano José de Oliveira	Negociante/alfaiate, Praia do Zumbi - 4º quarteirão
6	Elias das Virgens Silva	Ausente
7	Faustino José Moreira	Ausente
8	Firmino Antônio Luiz	Ausente
9	João Antônio Barboza	Ausente
10	João Augusto Júnior	Arraz/pescaria, Praia da Freguesia - 2º quarteirão.
11	José Rodrigues Venceslau de Sant'Anna	Pescador, Tapera - 3º Quarteirão.
12	José Nunes de (Imperio)	Ausente
13	Manoel José de M.	Ausente
14	José Caetano Pereira de Mello	Ausente
15	Pais incógnitos	
16	José Ferreira Leite, português, reconheceu na pia batismal	-
17	Maria Rosa de Jesus	-
18	Joaquim Freire da Silva	Ausente
Padrinhos de seus filhos		
19	Manoel Ferreira de Araújo	Caieiro (<i>Almanak</i>)
20	Manoel Domingues Guedes	Caieiro (<i>Almanak</i>)
21	José Francisco Lopes da Rocha	Ausente
22	Pedro Barbosa da Silva	Pescador, Praia da Tapera - 3º quarteirão.
23	Bernardino da Silva Carvalho	Ausente
24	Domingos Pereira Alves de Magalhães	Caieiro

3.5. “A cal só enriquece os pais e empobrece os filhos”: a crise da cal

A frase publicada no periódico *O Auxiliador da Indústria Nacional*, referente ao mau uso da cal na agricultura, não parece se aplicar ao destino dos filhos de caieiros da freguesia da Ilha¹⁶⁰. Uma fábrica de cal podia passar de uma geração para outra trazendo bons resultados nos negócios, como foi o caso de Francisco Pereira Bittencourt, Manoel Leite Bittencourt e João Coelho da Silva Júnior, que deram continuidade ao fabrico da cal após a morte de seus pais.

Houve pelo menos um caieiro, Domingos Pereira Alves de Magalhães, que optou por diversificar sua fonte de renda, investindo em fábrica de inseticida a partir de 1885, paralelamente ao negócio da cal. Seria aquele investimento resultado de uma desconfiança no futuro da atividade movida por extração de conchas?

Pelo número de fábricas na Ilha do Governador naquela década (1880), não pudemos verificar indícios que justificassem preocupações, pois a freguesia já havia passado por momentos mais críticos (Ver quadro 6 do primeiro capítulo). No entanto, este dado, por si só, não é suficiente para assegurar que a atividade caieira continuava sendo um bom negócio. Vale lembrar que em 1880 o engenheiro José Américo afirmou que a fabricação de cal de marisco caminhava para a decadência¹⁶¹.

Vinte anos depois, a ocorrência de uma crise foi estampada em periódico local. O jornal *O Suburbano* dedicou pelo menos uma coluna e dois de seus editoriais, intitulados “A crise e os seus remédios”, para a discussão das dificuldades encontradas pelas caieiras no ano de 1900. O problema estaria na concorrência com a cal importada de outros estados e na rivalidade dos caieiros entre si. Alegou-se que a cal vinda de fora não pagaria os mesmos 393 mil e trezentos réis pagos pelos fabricantes do Rio de Janeiro (393\$300). Estes eram obrigados a custear – além do pessoal necessário, utensílios para a extração do marisco, carvão para as máquinas, um maquinista com carta, exigência da Prefeitura – dez mil-réis de licença para o funcionamento de um forno; 100 mil-réis para um gerador a vapor; 150 mil-réis para o licenciamento de três barcos (número com que em média se trabalhava); 27 mil-réis de licença dos barcos, pagos à Capitania do Porto; 100 mil-réis do imposto de indústrias e profissões e seis mil e trezentos réis de aferição¹⁶².

Medidas protecionistas foram as soluções apontadas: diminuição de impostos sobre a cal produzida no então Distrito Federal e taxaço daquela importada, assim como a formação de convênios entre os caieiros. Os convênios anteriores à crise teriam se dado por meio de acordos bilaterais em que firma e caieiro entravam com partes iguais, deixando-se a propriedade como garantia. Contudo, nos idos de 1900, muitos eram os que pagavam

aluguéis aos donos de tais fábricas para produzir. A solução sugerida seria um convênio em que o caieiro passaria a receber uma quantia fixa, como um empregado, enquanto o capitalista ficaria responsável pelas despesas.

O número de caieiras diminuiu rapidamente. Se em 1889 havia 14¹⁶³, em 1900 apenas oito estavam em funcionamento¹⁶⁴, e em 1922 não se falava em mais de duas¹⁶⁵. As razões para esta queda exigem localização de novas fontes, mas é muito provável que o fechamento das fábricas de cal na Ilha do Governador tenha ocorrido pelas razões apontadas nas páginas de *O Suburbano*: os altos custos da produção, em consonância com os fatores apontados por Vivaldo Coaracy quando tratou da Ilha de Paquetá.

Para Coaracy, o desaparecimento das caieiras em Paquetá teria se dado em consequência de três fatores: o esgotamento das fontes de matéria-prima; a falta de combustível e o desenvolvimento de processos industriais mais eficientes que dispensavam a proximidade do mar. Findos os sambaquis e extintos os mangues, a produção ficava cada vez mais cara e já não tinha como se sustentar¹⁶⁶.

Em suma, a produção de cal na Freguesia da Ilha do Governador iniciou o século XX em declínio e não tornou a se recuperar. A cal deu suporte aos pais e auxiliou filhos, mas em nada contribuiu para os netos. A lembrança de uma “vasta caieira” ficaria restrita ao Oitocentos.

NOTAS

¹ Adotamos conceito de rede de sociabilidade nos mesmos termos de Michel Bertrand, que a apreende em sua tripla dimensão. A primeira diz respeito a seu aspecto morfológico, entendida como uma estrutura constituída por um conjunto de pontos e linhas que materializam as relações mantidas entre um conjunto de indivíduos. A segunda dimensão se refere ao aspecto relacional ao constituir um sistema de intercâmbios que permite uma circulação de bens e serviços. Por último consideramos sua dinâmica relacional submetida à variação de seus laços. Estes podem ficar longos tempos desativados, desaparecer provisória ou definitivamente, bem como mudar de conteúdo e variar de intensidade. BERTRAND, Michel. *Del actor a lared: análisis de redes de interdisciplinaridad*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos. <<http://nuevomundo.org/57505>>; DOI: 104000/nuevomundo. 57505.

² BRASIL. Constituição (1824). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em 27 de maio de 2013. TAPAJÓS, Vicente & LACOMBE, Américo Jacobina. *Organização Política e Administrativa do Império*. FUNCEP: Brasília-DF, 1984. p. 195.

³ TAPAJÓS & LACOMBE, op. cit., p. 202.

⁴ TAPAJÓS & LACOMBE, op. cit., p. 142.

⁵ CARVALHO, José Murilo. *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 41 e 42 .

⁶ BRASIL. Lei nº 387 de 19 de agosto de 1846. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-387-19-agosto-1846-555122-publicacaooriginal-83186-pl.html>>. Acesso em 27 de maio de 2013.

⁷ LINHARES, Maria Yedda. As listas eleitorais do Rio de Janeiro no século XIX: projeto de classificação sócio-profissional. In: Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien, nº 22, 1974. Numéro consacré au Brésil. p. 41-67. Disponível em: <doi: 0.3406/carav.1974.1928 http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/carav_0008-0152_1974_num_22_1_1928>. Acesso em: 20 de agosto de 2013.

⁸ CARVALHO, José Murilo. op. cit., p. 44-48.

⁹ *A Actualidade*, 11 de agosto de 1863. *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de agosto de 1863.

¹⁰ *Almanak Laemmert*, 1878.

¹¹ *A Actualidade*, 12 de agosto de 1863.

¹² BR AGCRJ 64.1.14 Qualificação de votantes da Ilha do Governador. 1873. *Almanak Laemmert*, 1862-1879; 1880-1888.

¹³ Vide quadro 3 do primeiro capítulo. BR AGCRJ 63.2.26 Atas de eleição de eleitores da Freguesia da Ilha do Governador. 11ª legislatura, 1860. BR AGCRJ 64.1.14 Qualificação de votantes da Ilha do Governador, 1873. BR AGCRJ 64.4.4 Atas da eleição de vereadores do município da Corte, e dos juízes de paz. Freguesia da Ilha do Governador, 1877. BR AGCRJ 64.3.16 Ata de eleição de eleitores da freguesia da Ilha do Governador, 1878. BR AGCRJ 66.4.7 Atas de Qualificação de votantes da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador, 1872-1880. *Almanak Laemmert*, 1860-1873, 1878.

¹⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 02 de março de 1877. Segundo Luiz Carlos Soares, aqueles classificados como artistas eram não só os atores de teatro, cantores, músicos, bailarinos, artistas de circo, pintores de quadro, como também podiam ser todos aqueles que trabalhavam nas oficinas de marcenaria, ourivesaria, objetos de prata, relojoaria, tapeçaria, decorações, objetos ornamentais, alfaiataria, sapataria, fabricação de santos, entre outros. SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007. p. 158.

¹⁵ Os nomes em negrito se referem a caieiros. *Almanak Laemmert* 1857-1881. AGCRJ 63.2.26 Atas de eleição de eleitores da Freguesia da Ilha do Governador. 11ª legislatura, 1860. AGCRJ 64.1.14 Qualificação de votantes da Ilha do Governador, 1873; AGCRJ 64.2.9 Atas da junta paroquial da freguesia da Ilha do Governador, 1876-1880. AGCRJ 64.4.4 Atas da eleição de vereadores do município da Corte, e dos juízes de paz. Freguesia da Ilha do Governador, 1877; AGCRJ 64.3.16 Ata de eleição de

eleitores da freguesia da Ilha do Governador, 1878. AGCRJ 66.4.7. Atas de Qualificação de votantes da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador, 1872-1880.

¹⁶ Os nomes em negrito se referem a caieiros. Não foram localizados dados para os anos 1880, 1889, 1890 e 1892-1900. Fonte: *Almanak Laemmert*, 1861-1900.

¹⁷ BR RJ AGCRJ 48.3.52 Processo policial contra Manoel Gonçalves da Cruz. Delegacia da Ilha do Governador, 1863. *Almanak Laemmert*, 1862-1879, 1881-1888. Inventário de 1896: Antonio da Cunha Pereira (falecido) e Thereza Maria Pereira (inventariante). Acervo Arquivo Nacional. BR AN RIO, Fundo/Coleção: Juízo de Órfãos e Ausentes da 2ª Vara – ZM. nº 1093, caixa 4218.

¹⁸ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p. 86-87.

¹⁹ *Almanak Laemmert* (1861-1888); AGCRJ 48.3.52. Processo policial, contra Manoel Gonçalves da Cruz. Delegacia da Ilha do Governador, 1863. Não foram localizados dados para os anos 1880, 1889- 1890. Fonte: *Almanak Laemmert*, 1861-1900.

²⁰ GRAHAM, op. cit., p. 87.

²¹ *Ibidem*, p. 90.

²² BR AGCRJ 58.4.12. Casas de comércio e carros. Freguesias de Inhaúma, Irajá, Campo Grande, Guaratiba, Santa Cruz e Ilha do Governador (relações), 1878. Ofício do fiscal municipal da Ilha do Governador à Câmara Municipal, 1878. BR RJAGCRJ CM IFP 9.2.16. Infração de Posturas Ilhas, 1850-1906. Ofícios de fiscais municipais da Ilha do Governador à Câmara Municipal. 1850-1886. *Almanak Laemmert*, 1862-1879; *Almanak Laemmert* 1880-1888.

²³ *Almanak Laemmert* (1861-1900); Boletim da Ilustríssima Camara Municipal da Corte, 1 de junho de 1864- 30 de junho de 1864. p. 14. Não foram localizados dados para os anos 1893-1894 e 1898. Fonte: *Almanak Laemmert*, 1861-1900. Os nomes em negrito se referem a caieiros.

²⁴ NEVES, L. B. P. Salões. IN: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

²⁵ RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. *O Rio de Janeiro Imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. p. 344.

²⁶ ABREU, Marta. Irmandades. VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

²⁷ OLIVEIRA, Anderson José M. de, *Devoção e Caridade. Irmandades Religiosas no Rio de Janeiro Imperial (1840-1889)*, Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1995.

²⁸ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário da Arte Sacra Fluminense*. Vol. 2. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008. p. 57.

²⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 18 de junho de 1823.

³⁰ Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador (1897-1898). Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – AR 364.

³¹ SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 136-137.

³² BERNARDO, Maria Ana. *Sociabilidade e distinção em Évora no século XIX: o círculo eborense*. Lisboa: Edições Cosmos, 2001. p. 40.

³³ *Diário do Rio de Janeiro*, 18 de junho de 1823; 20 de dezembro de 1831. *Correio Mercantil*, 19 de novembro de 1856. *A Actualidade*, 23 de abril de 1864. *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1876; 30 de julho de 1876; 04 de fevereiro de 1882.

³⁴ *Correio Mercantil*, 19 de novembro de 1856.

³⁵ *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1876.

³⁶ *Correio Mercantil*, 9 de outubro de 1861.

³⁷ *Diário de Notícias*, 10 de julho de 1885.

³⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de janeiro de 1863.

³⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de fevereiro de 1863.

⁴⁰ *O Suburbano*, 1 de setembro de 1900.

⁴¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 12 de fevereiro de 1863.

⁴² *Correio Mercantil*, 29 de setembro de 1880.

⁴³ *Correio Mercantil*, 29 de janeiro de 1881.

⁴⁴ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880)*. *Topoi*. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, jan-jun. 2008, p. 117-136.

⁴⁵ VISCARDI, op.cit, p. 129.

⁴⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 02 de março de 1867.

⁴⁷ Inventário de 1885: Francisco Antonio Bittencourt (falecido) e Manoel Leite Bittencourt (inventariante). Acervo Museu da Justiça Estadual do Rio de Janeiro.

⁴⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 25 de novembro de 1860. *Almanak Laemmert*, 1862-1864.

⁴⁹ *Almanak Laemmert*. 1883-1887.

⁵⁰ *O Cruzeiro*, 23 de fevereiro de 1878.

⁵¹ Inventário de 1885: Francisco Antônio Bittencourt (falecido) e Manoel Leite Bittencourt (inventariante). Acervo Museu da Justiça Estadual do Rio de Janeiro.

⁵² Embora não conste como rendimento, este juiz de paz deixou um conto e quatrocentos mil réis (1:4000\$000) referente ao serviço de escravos.

⁵³ Inventário de 1885: Francisco Antonio Bittencourt (falecido) e Manoel Leite Bittencourt (inventariante). Acervo Museu da Justiça Estadual do Rio de Janeiro.

⁵⁴ A antiga praia do Cabaceiro, bastante reduzida em razão de aterramento, hoje em dia é chamada de praia Intendente Bittencourt, homenagem a Francisco Pereira Bittencourt, o primeiro intendente da Ilha. IPANEMA, Cybelle de. *Indicador da Ilha do Governador: litoral relevo e hidrografia*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Marcelo de Ipanema, 1993. p. 79.

⁵⁵ *Almanak Laemmert*, 1852 -1889.

⁵⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 02 de março de 1867.

⁵⁷ *Diário Oficial da União*, 15 de abril de 1895, Seção 1, p.8.

⁵⁸ *Diário Oficial da União*, 29 de dezembro de 1912, Seção 1, p. 14. A Linha de Tiro estava situada nas proximidades do Rio Jequiá, a leste do Morro do Matoso.

⁵⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 02 de março de 1867.

⁶⁰ *O Cruzeiro*, 19 de janeiro de 1878.

⁶¹ *Diário de Notícias*, 10 de julho de 1885.

⁶² TORRES, Rosane dos Santos. *Filhos da pátria, homes do progresso: o Conselho Municipal e a instrução pública na capital federal (1892-1902)*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.

⁶³ *Almanak Laemmert*, 1862-1864, 1873-1878 e 1883-1884.

⁶⁴ Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador (1897-1898).

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – AR 364.

⁶⁵ Inventário de 1886: Manoel Barbosa da Silva (falecido) e Margarida Barbosa da Silva (inventariante). Acervo Museu da Justiça Estadual do Rio de Janeiro.

⁶⁶ Durante o inventário a escravidão foi abolida pela Lei Áurea (1888), acarretando a redução do montante a ser partilhado que já não poderia incluir o valor de cinco escravos.

⁶⁷ AGCRJ 66.1.14. Qualificação de votantes da Ilha do Governador, 1873. Ata de organização da Junta de Qualificação e revisão de votantes da Freguesia da Ilha do Governador em 1874. *Diário do Rio de Janeiro*, 02 de março de 1877. Suplemento. Lista de qualificação de votantes do Município Neutro. Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador. p. 3-4.

⁶⁸ PINSKY, Carla B. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 112.

⁶⁹ FLORENTINO, Manolo & FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁷⁰ MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil Oitocentista (1840-1889)*. Niterói: tese de doutorado apresentada à Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 367. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_MUAZE_Mariana_de_Aguiar_Ferreira-S.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2014.

⁷¹ *Almanak Laemmert*, 1871, 1882, 1884.

⁷² Em sua homenagem, foi este o nome que recebeu uma das ruas do bairro denominado Cocotá.

⁷³ *Almanak Laemmert*, 1844, 1850, 1854-1855 e 1860-1862. BR AGCRJ 63.2.26 Atas de eleição de eleitores da Freguesia da Ilha do Governador. 11ª legislatura, 1860.

⁷⁴ *Almanak Laemmert*, 1860.

⁷⁵ Partilha. João Coelho da Silva (falecido). ANRJ ZM. Juízo de Órfãos e Ausentes da 2ª Vara. Ano 1873, Maço 107, nº 2070, Caixa O.

⁷⁶ *Almanak Laemmert*, 1848.

⁷⁷ *Almanak Laemmert*, 1848-1860.

⁷⁸ *Correio Mercantil*, 3 de agosto de 1860. *Almanak Laemmert*, 1860.

⁷⁹ *Correio Mercantil*, 3 de agosto de 1860.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ *Almanak Laemmert*, 1863-1874.

⁸² *Correio Mercantil*, 29 de julho de 1860.

⁸³ *Correio Mercantil*, 07 de agosto de 1860.

⁸⁴ Partilha. João Coelho da Silva (falecido). ANRJ ZM. Juízo de Órfãos e Ausentes da 2ª Vara. Ano 1873, Maço 107, nº 2070, Caixa O.

⁸⁵ *Correio Mercantil*, 3 de maio de 1862.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ *Almanak Laemmert*, 1851- 1853.

⁸⁸ *Almanak Laemmert*, 1874-1875.

⁸⁹ *Correio Mercantil*, 19 de janeiro de 1855; 16 de maio de 1855; 11 de julho de 1855; 05 de fevereiro de 1856; 25 de agosto de 1856; 15 de julho de 1857; 19 de outubro de 1857; 16 de julho de 1858; 11 de outubro de 1858; 9 de maio de 1859; 16 de janeiro de 1860.

⁹⁰ *Almanak Laemmert*, 1869.

⁹¹ *Correio Mercantil*, 09 de outubro de 1861.

⁹² *Correio Mercantil*, 26 de agosto de 1862; 28 de agosto de 1862; 21 de dezembro de 1862; 28 de dezembro de 1862; 30 de dezembro de 1862; 31 de dezembro de 1862; 30 de março de 1863; 16 de abril de 1863; 5 de maio de 1863; 6 de maio de 1863; 7 de maio de 1863.

⁹³ *Correio Mercantil*, 29 de agosto de 1854; 23 de outubro de 1854.

⁹⁴ *Correio Mercantil*, 25 de março de 1859. *A Actualidade*, 4 de dezembro de 1863.

⁹⁵ *Correio Mercantil*, 25 de abril de 1856. *Diário do Rio de Janeiro*, 18 de agosto de 1860; 12 de setembro de 1860; 19 de agosto de 1860; 30 de agosto de 1860; 6 de setembro de 1860; 7 de setembro de 1860; 3 de novembro de 1863; 18 de novembro de 1863.

⁹⁶ *Correio Mercantil*, 8 de agosto de 1863.

⁹⁷ *Almanak Laemmert*, 1852-1864.

⁹⁸ *Almanak Laemmert*, 1854-1856.

⁹⁹ *Correio Mercantil*, 09 de outubro de 1861.

¹⁰⁰ *Correio Mercantil*, 21 de julho de 1861.

¹⁰¹ *Almanak Laemmert*, 1844-1889.

¹⁰² *Correio Mercantil*, 26 de agosto de 1862.

¹⁰³ *Almanak Laemmert*, 1844-1889. Em 1890 o nome Serrão foi dado à rua situada no bairro do Zumbi. *Diário Oficial da União*, 08 de julho de 1890, Seção 1, p. 26.

¹⁰⁴ *Correio Mercantil*, 9 de outubro de 1861.

¹⁰⁵ *Correio da Tarde*, 24 de abril de 1857.

¹⁰⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 12 de fevereiro de 1863.

¹⁰⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 05 de abril de 1870.

¹⁰⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 22 de agosto de 1871.

¹⁰⁹ *Gazeta de Notícias*, 29 de janeiro de 1881.

¹¹⁰ *Gazeta de Notícias*, 02 de julho de 1880.

¹¹¹ *Almanak Laemmert*, 1844-1889.

¹¹² GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p. 112.

¹¹³ BR RJAGCRJ 64.2.9. Atas da junta paroquial da freguesia da Ilha do Governador. 1876-1880.

¹¹⁴ CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 34.

¹¹⁵ *Almanak Laemmert*, 1869-1891

¹¹⁶ *Almanak Laemmert*, 1870 e 1871.

¹¹⁷ *Almanak Laemmert*, 1869-1972; *A Reforma*, 8 de fevereiro de 1872.

¹¹⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 15 de março de 1874; *A Reforma*, 17 de março de 1874; *Almanak Laemmert*, 1875-1879 e 1881.

¹¹⁹ BR RJAGCRJ 64.2.9. Atas da junta paroquial da freguesia da Ilha do Governador. 1876-1880.

¹²⁰ O Decreto 6097 de 12 de janeiro de 1876 trouxe instruções regulamentares para a execução do Decreto 2675 de 20 de janeiro de 1875.

¹²¹ BR AGCRJ 65.1.24. Eleição de vereadores e juizes de paz, 1 de julho de 1880.

¹²² *Gazeta de Notícias*, 19 de agosto de 1880; 24 de setembro de 1880.

- ¹²³ GRAHAM, op. cit., p. 87 e 124.
- ¹²⁴ *A Gazeta de Notícias*, 14 de setembro de 1882. Livro de Óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda (março de 1883 a setembro de 1891).
- ¹²⁵ Inventário de 1891: Emília Rosa Corrêa Guedes (falecida) e Joaquim Pereira Alves de Magalhães (inventariante). Acervo Arquivo Nacional. BR AN RIO, Fundo/Coleção Vara Cível do Rio de Janeiro, 1 – CG. n° 2, caixa 9.
- ¹²⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 02 de março de 1867.
- ¹²⁷ *Almanak Laemmert*, 1870-1871.
- ¹²⁸ *Almanak Laemmert*, 1869-1872 e 1881. *A Reforma*, 8 de fevereiro de 1872.
- ¹²⁹ *Almanak Laemmert*, 1867-1868, 1878-1881. *Diário do Rio de Janeiro*, 8 de agosto de 1878.
- ¹³⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 02 de março de 1867.
- ¹³¹ *Gazeta de Notícias*, 22 de fevereiro de 1877; 23 de fevereiro de 1877; 24 de fevereiro de 1877; 27 de fevereiro de 1877.
- ¹³² *Diário de Notícias*, 10 de julho de 1885.
- ¹³³ *O Paiz*, 11 de setembro de 1894.
- ¹³⁴ *O Paiz*, 28 de abril de 1894.
- ¹³⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 02 de março de 1867.
- ¹³⁶ Inventário de 1891: Emília Rosa Corrêa Guedes (falecida) e Joaquim Pereira Alves de Magalhães (inventariante). Acervo Arquivo Nacional. BR AN RIO, Fundo/Coleção: Vara Cível do Rio de Janeiro, 1 – CG. n° 2, caixa 9.
- ¹³⁷ *Almanak Laemmert*, 1883-1887.
- ¹³⁸ *O Paiz*, 26 de novembro de 1890.
- ¹³⁹ Diário Oficial da União, 8 de julho de 1890.
- ¹⁴⁰ *Almanak Laemmert*, 1891.
- ¹⁴¹ *O Paiz*, 07 de outubro de 1884. *Gazeta de Notícias*, 08 de julho de 1890.
- ¹⁴² *Almanak Laemmert*, 1885- 1888.
- ¹⁴³ *Brazil*, 22 de junho de 1884.
- ¹⁴⁴ *Almanak Laemmert*, 1891- 1893.
- ¹⁴⁵ *Diário de Notícias*, 10 de julho de 1885.
- ¹⁴⁶ *Gazeta de Notícias*, 12 de março de 1893; *O Paiz*, 22 de março de 1893.
- ¹⁴⁷ *Jornal do Brasil*, 16 de março de 1899.
- ¹⁴⁸ MUAZE, op. cit. p. 51.
- ¹⁴⁹ PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. p. 65. Sobre o compadrio ver também: BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal - família e sociedade (São João Del Rei, séculos XVIII e XIX)*. 2002. 412 f. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea) – Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- ¹⁵⁰ Foram consultados os livros de batismo referentes aos anos de 1861 a 1871 e 1879 a 1900, livros 4, 6, 7 e 8. Não pudemos localizar o livro n° 5 A. Registros paroquiais de batismo da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador. 1861-1900. Disponível em: <<https://familysearch.org/search>>. Acesso em: 10 de novembro de 2014.

¹⁵¹ Livro de Registro de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador, 1861-1900.

¹⁵² Vide item 3.1.

¹⁵³ *Almanak Lammert*, 1860-1891.

¹⁵⁴ Registro paroquial de batismo da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador em 1º de janeiro de 1892.

¹⁵⁵ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *op. cit.* p. 367.

¹⁵⁶ Livro de Registro de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador, 1861-1871.

¹⁵⁷ GRAHAM, *op. cit.*, 1997, p. 37.

¹⁵⁸ Vide item 3.3.1

¹⁵⁹ Os nomes em negrito se referem a caieiros. AGCRJ. 64.1.14 Qualificação de votantes da Ilha do Governador, 1874; Registros paroquiais de batismo da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador. 1861-1900; Lista de qualificação de votantes do Município Neutro. Suplemento. *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de janeiro de 1877.

¹⁶⁰ Indústria fabril e agrícola, alabastro, mármore artificial, empregos calcareos e do gesso nas artes e na agricultura, phosphatos e de seus empregos na agricultura. *Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro, 1862. p. 187.

¹⁶¹ SANTOS, José Américo. Cal de marisco. *Revista de Engenharia*. Rio de Janeiro, ano 11, n. 1 p. 4-7, 1880.

¹⁶² *O Suburbano*, 15 de março de 1900; 15 de outubro de 1900, 1º de novembro de 1900.

¹⁶³ *Almanak Laemmert*, 1889.

¹⁶⁴ *O Suburbano*, 15 de março de 1900.

¹⁶⁵ Brasil. Serviço Geográfico Militar. Ilha do Governador / Serviço Geográfico Militar, II. Grupo. Rio de Janeiro: Serviço Geográfico Militar, 1922. 1 mapa em 2 seções : col.; ada seção 71 x 62cm. 1:10.000. Acervo Fundação Biblioteca Nacional. ARC. 011,06,001 x.1 Cartografia ARC.011,06,002 ex 2 Cartografia.

¹⁶⁶ COARACY, Vivaldo. *Paquetá: imagens de ontem e hoje*. 2. ed. Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1965. p. 76.

Considerações finais

no 1

Ilha do Governador, 1 de Abril de 1900

N. 3

O SUBURBANO

Orgão dos Interesses Locaes
 PROPRIEDADE DE A. ROCHA & COMP



ASSIGNATURAS

o..... 6\$000
 estrangeira..... 4\$000

DIRECTORES

Antonio Hilario da Rocha.
 Manuel Candido da Silva Castro.

Antonio de Mattos Ferreira.
 Pio Dutra da Rocha.

Publicação Quinzenal

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

ZUMBY — ILHA DO GOVERNADOR
 OFFICINAS
 Imprensa Gutenberg, Andradas 4

EXPEDIENTE

Para a correspondência deve ser dirigida para a redacção d'O Suburbano Zumby (Ilha do Governador).

Originals enviados para publicação não serão rezo-
 lvidos, sejam ou não
 pedidos.

que existam pantanos, pela falta de escoamento das aguas, ficariam seccos e aptos para serem explorados.

O abastecimento de agua potavel não é de difficil execução pela proximidade em que está a Ilha do continente. O Sr. Dr. Prefeito, segundo uma lei do Conselho Municipal, é autorizado a entrar em accordo com o Governo Federal, afim de abastecer a Ilha do Governador, de agua potavel.

Este accordo que ainda não foi feito, poderia tel-o sido muito facilmente se houvesse um pouco de boa vontade por parte daquelles que tem sobre seus hombros o peso de grandes responsabilidades, como se acontecer com a saude publica. O accordo poderia ser: ou o Governo Municipal fornecer todo o material necessario dando o Governo Federal a mão de obra ou vice-versa, ou a Municipalidade entrar com a metade em dinheiro do necessario para o custo de todo o serviço.

Desembargador, 1 de Abril de 1900

NOSSA INDIFFERENÇA

de um paz grandioso, e a natureza aberrante e-se n'uma totalidade e habituados a conção constante das nossas is, não temos pelo só a admiração e entusiasmo tem os estrangeiros e nelle pisam.

um impulso sentimos revolver os grandes elementos naturais de que somos tores afim de, melho- os, tornarmos nos gran-

que existam pantanos, pela falta de escoamento das aguas, ficariam seccos e aptos para serem explorados.

O abastecimento de agua potavel não é de difficil execução pela proximidade em que está a Ilha do continente. O Sr. Dr. Prefeito, segundo uma lei do Conselho Municipal, é autorizado a entrar em accordo com o Governo Federal, afim de abastecer a Ilha do Governador, de agua potavel.

Este accordo que ainda não foi feito, poderia tel-o sido muito facilmente se houvesse um pouco de boa vontade por parte daquelles que tem sobre seus hombros o peso de grandes responsabilidades, como se acontecer com a saude publica. O accordo poderia ser: ou o Governo Municipal fornecer todo o material necessario dando o Governo Federal a mão de obra ou vice-versa, ou a Municipalidade entrar com a metade em dinheiro do necessario para o custo de todo o serviço.

preciosos e não lhe darimos lugar que merece?

Infelizmente o habito de contemplação das nossas riquezas nos tem tirado o entusiasmo que tanto admiramos nos estrangeiros quando apontam as nossas plagas.

No Galeão

Aos pequenos, aquelles que não obtiveram da fortuna tantos sorrisos, aquelles que a vida não desliza mansa e suave, devem os poderes publicos maior somma de cuidados, mais regalias, algum corrigido de alguma sorte de dureza do destino, delles não fazer reprobos execrados pelos seus pares!

A organização da sociedade resultado lento do progresso obedecem ao principio incontestavel do dominio da força.

Vive, resiste o mais forte aquelle que melhor apparelhado, possue elementos poderosos para anteop as difficuldades...

O Suburbano: Organ dos Interesses Locaes, 1º de abril de 1900.
Acervo: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A relação entre os fabricantes de cal e os ocupantes de cargos públicos muito nos intrigou, constituindo o ponto de partida de nossa pesquisa. A quantidade de indivíduos envolvidos com a indústria caieira ao longo de todo o século XIX, conforme registrado no *Almanak Laemmert*, e o destaque dado para esta atividade pelo jornal local revelaram uma Ilha do Governador um tanto olvidada na memória suburbana.

Lima Barreto descreveu a Ilha do Governador como um território abandonado “pelos seus grandes proprietários” por causa das dificuldades com a formiga saúva, um lugar onde roceiros viviam em constante enfrentamento contra a praga da agricultura. Este e outros dados até aqui expostos indicam uma das mais prováveis razões da fragilidade da lavoura nessa Ilha.

Durante a segunda metade do Oitocentos, a agricultura não foi a atividade mais proveitosa do lugar. Membros do poder político local, como juízes de paz, subdelegados da polícia, delegados da instrução pública, inspetores de quartirão, detentores de títulos honoríficos e fiscais municipais estavam mais envolvidos com a produção manufatureira que com a lavoura.

Não podemos nos esquecer, contudo, que houve os que buscaram diversificar sua fonte de lucros aproveitando as diversas possibilidades oferecidas pela terra, fosse por meio do arrendamento desta, da atividade pesqueira, do negócio em casas de secos e molhados, fosse aliando a propriedade de serrarias com a produção de sabão. Entretanto, o que se verificou nesse trabalho foi um envolvimento dos detentores de cargos públicos com o negócio da cal.

Esta produção foi, sem dúvida, a mais importante indústria desenvolvida na Ilha do Governador durante todo o século XIX, tendo declinado no século seguinte. Nos inventários, o interesse dos herdeiros em dar continuidade à fabricação de cal e os valores deixados por pessoas dedicadas basicamente a essa atividade apontaram para a boa rentabilidade do negócio. No jornal *O Suburbano*, que se dizia voltado para os interesses locais, vimos que ainda havia em 1900 forte presença e organização de caieiros em busca de soluções para um mercado em crise.

Paralelamente à crise da cal, uma nova indústria surge nesse lugar: a de formicidas. Iniciada pelo barão de Capanema, teve como objetivo principal o extermínio das formigas saúvas, praga que dificultava a lavoura no país.

Não se quer negar aqui o caráter rural da Ilha do Governador nem defender uma ilha essencialmente fabril, mas trazer à luz outras atividades desenvolvidas nesse território que não só marcaram sua geografia como também foram significativas para seus moradores e para a cidade do Rio de Janeiro. Consideremos para tanto a praia Intendente Bittencourt, homenagem ao caieiro e primeiro intendente do local; a praia da Rosa, alusão a Emília Rosa Corrêa Guedes; o morro do Barão, referência à chácara de Guilherme Schüch de Capanema; a praia Congonhas do Campo, que até hoje é conhecida pelos moradores como praia do Barão.

O que buscamos em todo o nosso trabalho foi nos aproximar da Ilha do Governador da segunda metade do século XIX e analisar a inserção dos fabricantes de cal na sociedade local. Identificamos caieiros subdelegados, caieiros fiscais da municipalidade, caieiros eleitores, caieiros juizes de paz, caieiro intendente municipal, caieiros agraciados com títulos honoríficos, caieiros integrantes da guarda nacional, caieiros proprietários, associação de caieiros, enfim, uma intensa participação desses produtores na Ilha do Governador.

Os fabricantes de cal lançaram mão das ferramentas da época para garantir prestígio social, como o estabelecimento de vínculos pessoais e a ocupação de cargos públicos. Da análise de três famílias vimos o estabelecimento e o reforço de vínculos pessoais por meio do batismo e do casamento. Nas publicações na imprensa e nas atas das eleições verificamos que as eleições eram intensamente disputadas.

Em suma, ao reduzir a escala de análise para a Ilha do Governador da segunda metade do século XIX verificamos uma freguesia cuja maioria da população era livre, pobre, estava voltada para a pesca e que tinha como chefes locais os fabricantes de cal. Uma “freguesia de fora” cujos moradores, em especial os fabricantes de cal, se esforçaram e muito para integrar e se manter na “boa sociedade” fluminense.

Fontes Primárias

MANUSCRITAS

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador da Freguezia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador (1897-1898). Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – AR 364.

Arquivo Nacional

CUNHA, Antônio Estevão da Costa e. *Notícia descritiva da Ilha do Governador*. 1870. Arquivo Nacional. NP – Diversos Códices da Antiga SDH, Cód. 807, vol. 3.

Apelação. João Coelho da Silva Júnior (apelado). Prudêncio Luís Ferreira Travassos (apelante). 84 – Relação do Rio de Janeiro. Ano 1862-1866, nº 159, caixa 516. Galeria “C”. Acervo: ANRJ.

Inventário de 1857: Zeferino José Serrão (falecido) e Alexandrina Rosa Serrão (inventariante). Acervo Arquivo Nacional. BR AN RIO, Fundo/Coleção: Juízo Municipal da 3ª Vara do Rio de Janeiro – ZW. nº 158, caixa 57, Gal. A.

Inventário de 1891: Emília Rosa Corrêa Guedes (falecido) e Joaquim Pereira Alves de Magalhães (inventariante). Acervo Arquivo Nacional. BR AN RIO, Fundo/Coleção: Vara Cível do Rio de Janeiro, 1 – CG. nº 2, caixa 9.

Inventário de 1896: Antonio da Cunha Pereira (falecido) e Thereza Maria Pereira (inventariante). Acervo Arquivo Nacional. BR AN RIO, Fundo/Coleção: Juízo de Órfãos e Ausentes da 2ª Vara – ZM. nº 1093, caixa 4218.

Partilha. João Coelho da Silva (falecido). ANRJ ZM. Juízo de Órfãos e Ausentes da 2ª Vara. Ano 1873, Maço 107, nº 2070, Caixa O.

Museu da Justiça Estadual

Inventário de 1875: Francisco Antonio Leite (falecido) e Manoel Antonio Leite (inventariante). Acervo Museu da Justiça Estadual do Rio de Janeiro. Código 985. Caixa 33. RG 178.

Inventário de 1884: Adelina Tatagiba Ribeiro (falecido) e Manoel Luiz Alexandre Ribeiro (inventariante). Acervo Museu da Justiça Estadual do Rio de Janeiro.

Inventário de 1885: Francisco Antonio Bittencourt (falecido) e Manoel Leite Bittencourt (inventariante). Acervo Museu da Justiça Estadual do Rio de Janeiro.

Inventário de 1886: Manoel Barbosa da Silva (falecido) e Margarida Barbosa da Silva (inventariante). Acervo Museu da Justiça Estadual do Rio de Janeiro.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

9.2.16 Infração de Posturas Ilhas, 1850-1906.

40.3.30 Comércio de cal, 1855-1893.

48.3.52 Processo policial, contra Manoel Gonçalves da Cruz. Delegacia da Ilha do Governador, 1863.

55.3.30 Carris: Linhas para a Ilha do Governador. Concessão Henrique de Alencastro Autran, petição e outros papéis de 1890 (consta uma planta). Petição de Manoel E. Schinfler de 1891 (consta uma planta). Concessão Dr. José Martins da Silva e Dr. João Franklin D’Alencar Lima. Projeto do Conselho (1895).

57.3.14 Embarcações, 1818-1895.

- 57.4.2 Navegação: Lavradores e proprietários de embarcações e transportes de suas mercadorias. 1830-1899.
- 58.4.9 Casas de comércio da Ilha do Governador (relação), 1865.
- 58.4.12 Casas de comércio e carros. Freguesias de Inhaúma, Irajá, Campo Grande, Guaratiba, Santa Cruz e Ilha do Governador (relações), 1878.
- 63.2.26 Atas de eleição de eleitores da Freguesia da Ilha do Governador. 11ª legislatura, 1860.
- 64.1.14 Qualificação de votantes da Ilha do Governador, 1873.
- 64.2.9. Atas da junta paroquial da freguesia da Ilha do Governador, 1876-1880.
- 64.3.16 Ata de eleição de eleitores da freguesia da Ilha do Governador, 1878.
- 64.4.4 Atas da eleição de vereadores do município da Corte, e dos juizes de paz. Freguesia da Ilha do Governador, 1877.
- 65.1.24. Eleição de vereadores e juizes de paz, 1 de julho de 1880.
- 66.4.7 Atas de Qualificação de votantes da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador, 1872-1880.
- 68.3.6. Limites das freguesias das ilhas de Paquetá e do Governador, 1833.
- 68.3.33. Limites das freguesias das ilhas de Paquetá e do Governador, 1870-1871.

IMPRESSAS

Viajantes e cronistas

- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. 4º vol. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1946.
- _____. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário da Arte Sacra Fluminense*. Vol. 2. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008.
- ASSIS, Machado de. *Iaiá Garcia*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte; Garnier, 1988.
- BARRETO, Lima. *O triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Paulus, 2002.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: *Círculo do Livro*, sd. 2 v.
- VICENTE DO SALVADOR, frei. *História do Brasil: 1500-1627*. 7. ed. Belo Horizonte: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.
- EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil ou diário de uma visita à terra do cacauero e das palmeiras*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- MORAES, Alexandre José Mello. *Historia da trasladação da corte portuguesa para o Brasil em 1807-1808*. Rio de Janeiro: Livraria da Casa Imperial, 1872.
- SAINTE-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem ao interior do Brasil: Espírito Santo*. Trad. Carlos Madeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- _____. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Clado Ribeiro de Lessa. Tomo 1: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.

SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio antigo*. Edições O Cruzeiro: Rio de Janeiro, 1965.

SANTOS, Noronha. *Corographia do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguiar Editor, 1907.

SANTA MARIA, Agostinho de. *Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora: tomo décimo e último*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2007.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Hedra, 2010.

VICENTE DO SALVADOR, frei. *História do Brasil: 1500-1627*. 7. ed. Belo Horizonte: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

Legislação

BRASIL. Decisão de 2 de maio de 1821.

BRASIL. Decreto de 12 de agosto de 1811.

BRASIL. Decreto de 22 de agosto de 1811.

BRASIL. Lei nº 387 de 19 de agosto de 1846. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-387-19-agosto-1846-555122-publicacaooriginal-83186-pl.html>> Acesso em 27 de maio de 2013.

BRASIL. Lei 261 de 03 de dezembro de 1841.

BRASIL. Lei nº 2.033 de 20 de setembro de 1871.

BRASIL. Decreto nº 5.357 de 23 de julho de 1873.

BRASIL. Decreto 2.675 de 20 de janeiro de 1875.

BRASIL. Decreto 6.097 de 12 de janeiro de 1876.

BRASIL. Decreto nº 7.534 de 8 de novembro de 1879. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=64139&norma=80043>>. Acesso em: 17 de outubro de 2014.

BRASIL. Constituição (1824). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm> Acesso em 27 de maio de 2013.

Diário Oficial da União, 8 de julho de 1890; 15 de abril de 1895. 29 de dezembro de 1912.

Decreto de 12 de agosto de 1811.

Decreto 3.157 de 1981.

JUIZ DE FORA. Decreto Municipal nº 7145 de 08 de outubro de 2001.

Fundação Biblioteca Nacional

GARCIA REDONDO. *A Grande Fábrica de Productos Cerâmicos Santa Cruz, sita à Ilha do Governador*. Revista de Engenharia, ano II, nº 2, 1880.

BNRJ. II, 31, 24, 015, nº 001. Projecto da estrada de ferro do Rio de Janeiro a praia da Guia.

Mosteiro de São Bento

II Livro de Tombo 1688-1793. Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.

CARTOGRÁFICAS

Carta do Distrito Federal: Planta com informações sobre a lavoura no Distrito Federal, prestadas em ofícios ao Senhor Prefeito, pelos Agentes Municipais (Revisão 1907). Acervo Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro.

Brasil. Serviço Geográfico Militar. Ilha do Governador / Serviço Geográfico Militar, II. Grupo. Rio de Janeiro: Serviço Geográfico Militar, 1922. 1 mapa em 2 seções : col.; ada seção 71 x 62cm. 1:10.000. Acervo Fundação Biblioteca Nacional. ARC.011,06,001 x.1 Cartografia ARC.011,06,002 ex 2 Cartografia.

DIGITAIS

Banco de Dados da Estrutura Fundiária do Recôncavo da Guanabara (1635-1770). Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br/escrituras/>>. Acesso em: 8 de setembro de 2013.

Comando Pessoal de Fuzileiros Navais. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/cpesfn/oms/ciasc.htm>>. Acesso em: 10 de maio de 2014.

Debret, Jean Baptiste, 1768-1848. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Tome II. Paris: Firmin Didot Frères, Imprimers de L'Institut de France, 1835. Prancha 35. il. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/node/393>>. Acesso em: 10 de maio de 2013.

Livro de Óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda (março de 1883 a setembro de 1891). Disponível em: <<https://familysearch.org/search>>. Acesso em: 2 maio de 2014.

Instituto Municipal Nise da Silveira. Disponível em: <<http://www.ccs.saude.gov.br/memoria%20da%20loucura/mostra/apresenta.html>>. Acesso em: 17 de setembro de 2011.

MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, J. C. R. [Mapas do] Dicionario geographico, historico e descriptivo do Imperio do Brazil: contendo a origem e historia de cada provincia, cidade, vila e aldeia. Paris [França]: J. P. Aillaud, 1845. 6 mapas, il. [1 col.], 35 cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1004808/cart1004808.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2014. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1004808/gallery/index.htm>. Acesso em: 23 dez. 2014.

Mostra *Memória da Loucura*, organizada pelo Centro Cultural da Saúde. Disponível em: <<http://www.ccs.saude.gov.br/memoria%20da%20loucura/mostra/apresenta.html>>. Acesso em: 17 de setembro de 2011.

PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionario da língua brasileira. Typographia de Silva, 1832: Ouro Preto. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100#page/3/mode/1up>>. Acesso em: 17 de outubro de 2014.

Registros paroquiais de batismo da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador. 1861-1900. Disponível em: <<https://familysearch.org/search>>. Acesso em: 2 de maio de 2014.

SOUZA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brasil. *RIHGB*. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885. p. 5-140. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>>. Acesso em: 2 de outubro de 2014.

PERIÓDICOS

Fundação Biblioteca Nacional

A Actualidade: 11 de agosto de 1863, 12 de agosto de 1863, 4 de dezembro de 1863, 23 de abril de 1864.

A Reforma: 8 de fevereiro de 1872, 17 de março de 1874.

Almanak Laemmert: 1840-1930.

Annaes Brasilienses de Medicina. Vol 14, 14º ano, nov/1862.

Arquitetura no Brasil: engenharia e construção. Ano 1, vol 1, nº 5. Fev. 1922.

Auxiliador da Indústria Nacional: nº 2, 1833; nº 3, 1836; vol. 5, 1856; n. 3-7, 1862.

Boletim da Ilustríssima Camara Municipal da Corte: mar. 1865; 1 de junho de 1864; 30 de junho de 1864.

Brasil, 22 de junho de 1884.

Cidade do Rio: 12 de julho de 1893, 22 de setembro de 1895, 29 de setembro de 1895, 30 de abril de 1896, 29 de novembro de 1896.

Correio da Manhã: 28 de junho de 1930, 01 de fevereiro de 1949.

Correio da Tarde: 24 de abril de 1857.

Correio Mercantil: 18 de fevereiro de 1854, 19 de fevereiro de 1854, 21 de fevereiro de 1854, 29 de agosto de 1854, 22 de outubro de 1854, 23 de outubro de 1854, 19 de janeiro de 1855, 31 de janeiro de 1855, 16 de maio de 1855, 11 de julho de 1855, 5 de fevereiro de 1856, 25 de abril de 1856, 25 de agosto de 1856, 19 de novembro de 1856, 15 de julho de 1857, 19 de outubro de 1857, 9 de julho de 1858, 16 de julho de 1858, 11 de outubro de 1858, 25 de março de 1859, 9 de maio de 1859, 16 de janeiro de 1860, 31 de maio de 1860, 29 de julho de 1860, 3 de agosto de 1860, 7 de agosto de 1860, 21 de julho de 1861, 09 de outubro de 1861, 3 de maio de 1862, 24 de maio de 1862, 28 de maio de 1862, 12 de junho de 1862, 23 de julho de 1862, 24 de julho de 1862, 25 de julho de 1862, 08 de agosto de 1862, 16 de agosto de 1862, 17 de agosto de 1862, 18 de agosto de 1862, 22 de agosto de 1862, 26 de agosto de 1862, 28 de agosto de 1862, 29 de agosto de 1862, 31 de agosto de 1862, 22 de novembro de 1862, 21 de dezembro de 1862, 28 de dezembro de 1862, 30 de dezembro de 1862, 31 de dezembro de 1862, 30 de março de 1863, 16 de abril de 1863, 23 de abril de 1863, 5 de maio de 1863, 6 de maio de 1863, 7 de maio de 1863, 6 de junho de 1863, 24 de junho de 1863, 16 de abril de 1863, 10 de julho de 1863, 8 de agosto de 1863, 18 de agosto de 1863, 25 de agosto de 1863, 23 de setembro de 1863, 6 de outubro de 1863, 18 de dezembro de 1863, 8 de outubro de 1865, 29 de setembro de 1880, 29 de janeiro de 1881.

Diário Carioca: 01 de fevereiro de 1949.

Diário de Notícias: 10 de julho de 1885, 27 de agosto de 1885, 03 de setembro de 1886, 08 de setembro de 1886.

Diário do Rio de Janeiro: 1 de abril de 1822, 18 de junho de 1823, 5 de abril de 1824, 19 de dezembro de 1828, 20 de dezembro de 1831, 16 de janeiro de 1832, 2 de abril de 1836, 14 de novembro de 1854, 19 de novembro de 1856, 22 de outubro de 1857, 18 de agosto de 1860; 19 de agosto de 1860, 30 de agosto de 1860; 6 de setembro de 1860, 7 de setembro de 1860, 12 de setembro de 1860, 25 de novembro de 1860, 19 de março de 1861, 1 de dezembro de 1861, 19 de janeiro de 1863, 12 de fevereiro de 1863, 2 de fevereiro de 1863, 12 de fevereiro de 1863, 11 de agosto de 1863, 3 de novembro de 1863, 18 de novembro de 1863, 28 de fevereiro de 1866, 02 de março de 1867, 05 de abril de 1870, 22 de agosto de 1871, 15 de março de 1874, 16 de janeiro de 1877, 02 de março de 1877, 8 de agosto de 1878.

Gazeta de Notícias: 4 de abril de 1876, 13 de maio de 1876, 10 de julho de 1876, 14 de julho de 1876, 30 de julho de 1876, 22 de fevereiro de 1877, 23 de fevereiro de 1877, 24 de fevereiro de 1877, 27 de fevereiro de 1877, 19 de abril de 1879, 7 de junho de 1879, 8 de junho de 1879, 14 de novembro de 1879, 29 de junho de 1880, 2 de julho de 1880, 19 de agosto de 1880, 10 de setembro de 1880, 24 de setembro de 1880, 29 de setembro de 1880, 29 de janeiro de 1881, 22 de outubro de 1881, 23 de outubro de 1881, 04 de fevereiro de 1882, 14 de setembro de 1882, 10 de julho de 1883, 07 de dezembro de 1883, 21 de agosto de 1886, 31 de dezembro de 1887, 10 de março de 1889, 4 de outubro de 1889, 08 de julho de 1890, 12 de março de 1893.

Jornal da Tarde: 26 de abril de 1871.

Jornal do Agricultor: jul/dez, 1880; jan/jun, 1881; jan/jun, 1883; jan/jun 1887.

Jornal do Brasil: 16 de março de 1899, 23 de março de 1899.

Jornal do Commercio: 14 de julho de 1935.

Museo Universal: jornal das famílias brasileiras: 9 de dezembro de 1837.

O Cruzeiro: 19 de janeiro de 1878, 23 de fevereiro de 1878.

O Despertador: 22 de agosto de 1838.

O Globo: 20 de janeiro de 1875.

O Paiz: 15 de agosto de 1862, 07 de outubro de 1884; 11 de junho de 1886, 13 de junho de 1886, 20 de agosto de 1886, 12 de outubro de 1886, 26 de novembro de 1890, 16 de agosto de 1892, 17 de agosto de 1892; 28 de abril de 1894; 22 de março de 1893; 11 de setembro de 1894; 08 de setembro de 1895, 15 de dezembro de 1898, 16 de março de 1899, 23 de março de 1899, 7 de novembro de 1899, 7 de dezembro de 1899, 4 de junho de 1904.

O Suburbano, 1 de março de 1900; 15 de março de 1900; 1 de abril de 1900; 15 de abril de 1900; 1 de maio de 1900; 15 de maio de 1900; 1 de junho de 1900, 1 de julho de 1900; 15 de julho de 1900; 1 de setembro de 1900, 15 de outubro de 1900; 1 de novembro de 1900; 15 de novembro de 1900; 1 de dezembro de 1900.

Revista de Engenharia: n. 1, 1880; n. 257, 1891.

Revista Popular: jornal ilustrado. 1860.

Revista da Semana: 27 de janeiro de 1907, 30 de maio de 1931, 13 de maio de 1933.



Referências Bibliográficas

- ABREU, Marta. Irmandades. VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.
- _____. *Geografia histórica do Rio de Janeiro*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.
- ABREU, S. Fróes de. *O Distrito Federal e seus recursos naturais*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1957.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto (1881-1922)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1964.
- BEAUCLAIR, Geraldo de & HONORATO, César. Niterói Industrial: ramos da pré indústria (1834 – 1860). p. 107-108. In: MARTINS, Ismênia de Lima & KNAUSS, Paulo. *Cidade Múltipla: temas de história de Niterói*. Niterói, RJ: Niterói Livros, 1997.
- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho. *Pré-história do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
- BERNARDO, Maria Ana. *Sociabilidade e distinção em Évora no século XIX: o círculo eborense*. Lisboa: Edições Cosmos, 2001.
- BERTRAND, Michel. *Del actor a lared: análisis de redes de interdisciplinaridad*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos. <<http://nuevomundo.org/57505>>; DOI: 104000/nuvomundo. 57505.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal - família e sociedade (São João Del Rei, séculos XVIII e XIX)*. 2002. 412 f. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea) – Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- CARRARA Jr., & MEIRELLES, Helio. *A indústria química e o desenvolvimento do Brasil (1500-1889)*. São Paulo: Metalivros, 1996.
- CARVALHO, João Dirceu Nogueira de. Sobre as origens e desenvolvimento do concreto. *Revista Tecnológica*, v. 17, p. 19-28, 2008. p. 25-26. Disponível em:<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevTecnol/article/download/8169/5163>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2014.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- _____. *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: Luiz Felipe de Alencastro (org.). *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade Nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2004.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- COARACY, Vivaldo. *Paquetá: imagens de ontem e hoje*. 2. ed. Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1965.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- DEANE, Phyllis e CIPOLLA, Carlo. *História econômica da Europa pré-industrial*. Lisboa: Edições 70, 1974.
- FREYRE, Gilberto. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX: tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de características de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços,

fugidos ou expostos à venda como escravos, no Brasil do século passado. 4. ed. São Paulo: Global, 2010.

FERREIRA, Gilton Luis, *Um desejo chamado metrópole : a modernização da cidade de Vitória no limiar do século XIX*. Dissertação de mestrado. 2009. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_3568_Gilton_Luis_Ferreira.pdf>. Acesso em: 15 de novembro de 2014.

FLORENTINO, Manolo & FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro. DIFEL, 1991.

GOUVÊA, Maria de Fátima. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

HOUAISS, A. & VILLAR, M. de S. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IPANEMA, Cybelle de. *Indicador da Ilha do Governador: litoral, relevo e hidrografia*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Marcelo de Ipanema, 1993.

_____. *História da Ilha do Governador*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Marcello de Ipanema, 1991.

_____. *História da Ilha do Governador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

Irmandades. VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KANAN, Maria Isabel. *Manual de conservação e intervenção em argamassas e revestimentos à base de cal*. Brasília, DF : Iphan / Programa Monumenta, 2008.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIMA, José Edson Schüman (org.). *A província fluminense: administração*

provincial no tempo do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

LIMEIRA, Aline de Moraes. *Educação Particular e Publicidade no Almanak Laemmert(1844/1859)*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 2007. p. 18. Disponível em: <www.bn.br/porta/arquivos/pdf/Aline_de_Moraes.pdf>. Acesso em: 11 de outubro de 2013.

LINHARES, Maria Yedda. As listas eleitorais do Rio de Janeiro no século XIX: projeto de classificação sócio-profissional. In: *Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, n° 22, 1974. Numéro consacré au Brésil. p. 41-67. Disponível em: <doi: 0.3406/carav.1974.1928 http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/carav_0008-0152_1974_num_22_1_1928>. Acesso em: 20 de agosto de 2013.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer Lobo. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. 1° vol. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa abolicionista e a censura no Império do Brasil. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. (org.) *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

_____. A atuação da imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ano, 171, n. 448, p. 31-62, jul./set. 2010.

_____. *Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói, Editora da UFF, 2014.

MARQUES, E. C. *Da higiene à construção da cidade: o Estado do Rio de Janeiro: História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, II (2): 51-67, jul-out. 1985.

MARTINS, Ismênia de Lima. Dom João. Príncipe Regente: um soberano e muitas controvérsias. *Navegador: subsídios para a história marítima do Brasil.*, Rio de Janeiro, v.6, n.11, p. 24-42, jun. 2010.

- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Acces, 1994.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. 2. ed. Niterói: EDUFF, 2008.
- _____. Terras da Igreja: arrendamentos e conflitos no Império do Brasil. IN: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2007.
- MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil Oitocentista (1840-1889)*. Niterói: tese de doutorado apresentada à Universidade Federal Fluminense, 2006. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_MUAZE_Mariana_de_Aguiar_Ferreira-S.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2014.
- NEVES, L. B. P. Salões. IN: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- NEVES, Lúcia Maria B. Pereira & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- OLIVEIRA, Anderson José M. de. *Devoção e Caridade. Irmandades Religiosas no Rio de Janeiro Imperial (1840-1889)*, Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1995.
- LEVI, Giovanni. Sobre micro-história. BURKE, PETER (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 135-163.
- OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. *Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed., 1992.
- OLIVEIRA, Maria Luíza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e a experiência da urbanização: São Paulo, 1850-1900*. São Paulo: Alameda, 2005.
- PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.
- PINSKY, Carla B. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.
- REVEL, Jacques. *Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado*. Revista Brasileira de Educação. V. 15, n. 45, set./dez. 2010.
- RIBEIRO, José Alcides. *Correio Mercantil: gêneros jornalísticos, literários e muito mais*. Revista USP, São Paulo, n. 65, p. 131-147, março/maio 2005.
- RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. *O Rio de Janeiro Imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe Maria. Para além das senzalas: campeonato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-abolição. IN: CUNHA, Olívia Maria Gomes da. & GOMES, Flávio dos Santos. (Org.) *Quase-cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- SANTOS, Nadja Paraense dos. *O formicida Capanema e os privilégios industriais no Império Brasileiro*. Instituto de Química da UFRJ. Disponível em: <<http://sec.sbjq.org.br/cd29ra/resumos/T0158-1.pdf>>. Acesso em: 04 de julho de 2011.
- SCHUELER, Alessandra. Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (Corte imperial, 1860-1889). *Revista de Educação Pública*. Universidade Federal do Mato Grosso, n. 17, 2008.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- SILVA, José Luiz Werneck da. Isto é o que me parece: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira: a conjuntura de 1871 a 1877. Dissertação (Mestrado). Niterói: UFF, 1979.
- SOARES, Luiz Carlos. *O "Povo de Cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007.
- SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e*

escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

TAPAJÓS, Vicente & LACOMBE, Américo Jacobina. *Organização Política e administrativa do Império*. FUNCEP: Brasília-DF, 1984.

TORRES, Rosane dos Santos. *Filhos da pátria, homes do progresso: o Conselho Municipal e a instrução pública na capital federal (1892-1902)*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.

VIANNA, Helio. *Vultos do Império*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1968. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Experiências da prática associativa no*

Brasil (1860-1880). *Topoi*. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, jan-jun. 2008, p. 117-136.

VITA, Soraya; LUNA, Fernando J.; TEIXEIRA, Simonne. *Descrições de técnicas da química na produção de bens de acordo com os relatos dos naturalistas viajantes no Brasil colonial e imperial*. *Quím. Nova, São Paulo*, v. 30, n. 5, Oct. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-4042200700050005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 de setembro de 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-40422007000500055>.

WEHRS, Carlos. *Niterói: tema para colecionadores*. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda., 1987.



APÊNDICE

**Cargos e Atividades dos Caieiros
da Ilha do Governador conforme
o *Almanak Laemmert* e
registros paroquiais (1861-1900)**

Anna de Carvalho Gama

Viúva do caieiro Luiz Pinto da Gama
Fabricante de cal (1861-1871).

Adriano Corrêa Bandeira

Fabricante de cal (1893).

Antônio da Cunha Pereira

Fabricante de cal (1861-1885),
proprietário (1884, 1885 e 1891),
proprietário de um engenho de cana
(1874-1885), de uma casa de secos e
molhados (1860-1861 e 1871-1874) e de
uma olaria (1876-1877).

Antônio de Mattos Ferreira

Fabricante de cal (1899-1900)

Antônio Dutra do Souto Vargas

Fabricante de cal (1891), negociante
(1891).

Antônio José de Souza Gomes

Fabricante de cal (1861-1868 e 1883-
1888, 1891), juiz de paz (1887-1888),
eleitor (1872-1878) e proprietário.

Antônio Leal Goulart

Fabricante de cal (1861-1872)

Antônio de Oliveira Bittencourt

Fabricante de cal (1891).

Bernardo José Serrão

Fabricante de cal (1861), proprietário e
juiz de paz (1873-1878).

Caetano Alves de Paula Paiva

Fabricante de cal (1861-1888 e 1891).

Constâncio José Rosa

Fabricante de cal (1861 e 1862).

Domingos José Rosa

Fabricante de cal (1861-1871).

Domingos Pereira Alves de Magalhães

Fabricante de cal (1884-1888 e 1891),
proprietário (1891), delegado da instrução
pública e fabricante de inseticida.

Eduardo Dutra do Souto

Fabricante de cal (1888 e 1891).

Emília Rosa Corrêa Guedes

Viúva de Manoel Domingos Guedes
Fabricante de cal (1861-1879) e
proprietária de uma caieira (1873-1879).

Felizarda Maria da Silva Rosa

Viúva de Manoel José Rosa
Fabricante de cal (1864-1871).

Francisco Antônio Bittencourt

Fabricante de cal (1861-1887), juiz de
paz (1883-1885) e fiscal municipal (1861-
1863).

Francisco Antonio Leite

Fabricante de cal (1861-1879).

Francisco Dutra Souto

Fabricante de cal (1878-1885).

Francisco José do Nascimento

Fabricante de cal (1863-1873), fiscal
municipal (1872-1873) e agraciado com a
Ordem da Rosa no grau de cavaleiro.

Francisco Pereira Bittencourt

Fabricante de cal (1876-1888 e 1891),
subdelegado substituto de polícia (1882-
1885), subdelegado titular de polícia
(1886), secretário da municipalidade
(1874-1878) e secretário da Irmandade do
Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz.

João Coelho da Silva

Fabricante de cal (1853-1862), juiz de paz
(1861), eleitor (1861-1863) e agraciado
com a Ordem de Cristo (1860) no grau de
cavaleiro.

João Coelho da Silva Júnior

Fabricante de cal (1861-1877),
proprietário (1874 e 1875), negociante
(1851-1853) e consultor da Imperial
Sociedade Amante da Instrução (1869).

João Francisco Rosa

Fabricante de cal (1861-1873).

João Pires Ribeiro de Moraes

Fabricante de cal (1863-1870).

João Rodrigues Carrilho

Fabricante de cal (1861-1883), agraciado
com a Ordem da Rosa no grau de

cavaleiro (1869), eleitor (1857-1860 e 1864-1875), juiz de paz (1861-1878) e oficial da Guarda Nacional.

Joaquim Augusto Carrilho

Fabricante de cal (1883-1888 e 1891).

Joaquim Pereira Alves de Magalhães

Fabricante de cal (1869-1888 e 1891), proprietário, juiz de paz (1869-1872 e 1879), fiscal municipal (1864-1871) e eleitor (1867-1868 e 1879-1881).

José Antônio da Costa Gama

Fabricante de cal (1871-1885 e 1888), delegado da instrução pública (1871-1878), subdelegado substituto de polícia (1868-1872), subdelegado de polícia (1873-1877) e Oficial da Guarda Nacional.

Manoel Ferreira de Araújo

Fabricante de cal (1863-1868).

Manoel José de Borba

Fabricante de cal (1851-1852 e 1861-1866).

Manoel José Rosa

Fabricante de cal (1851-1852 e 1861), oficial da Guarda Nacional (1848), subdelegado substituto de polícia (1851-1861), juiz de paz (1849-1852 e 1857-1861), eleitor (1861) e agraciado com a Ordem da Rosa no grau de cavaleiro.

Manoel Leite Bittencourt

Fabricante de cal (1883-1888 e 1891), eleitor (1879-1881), fiscal municipal (1879-1883 e 1888-1892), agente da municipalidade (1895-1897) e inspetor de quarteirão (1875-1881).

Manoel Pereira de Araújo

Fabricante de cal (1861-1862).

Manoel Rodrigues Pereira Alves

Fabricante de cal (1861-1872), eleitor (1864-1866 e 1869-1871), juiz de paz (1862-1871), subdelegado (1869-1871) e fiscal municipal (1899-1900).

Maria da Glória Borba

Casada com o caieiro Manoel José de Borba.

Fabricante de cal (1869-1870).

Maria Máxima Alves

Viúva de Manoel Rodrigues Pereira Alves
Proprietária de uma caieira (1872-1878).

Maria Silveira Souto

Fabricante de cal (1891-1900).

Pedro José Soares

Fabricante de cal (1885-1887 e 1891), proprietário de uma casa de secos e molhados e inspetor de quarteirão (1873, 1879 e 1881).

Vicente Lúcio de Carvalho

Fabricante de cal (1872-1879, 1891), eleitor (1879-1881), subdelegado (1888), juiz de paz (1879, 1882, 1887-1891) e proprietário de uma olaria (1875) e de um armazém de secos e molhados (1878).





